

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
MARIA EUNICE RODRIGUES CHAVES

ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O ENSINO RELIGIOSO:
uma produção de conhecimento no período de 1995 a 2010

CURITIBA
2013

MARIA EUNICE RODRIGUES CHAVES

**ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O ENSINO RELIGIOSO:
uma produção de conhecimento no período de 1995 a 2010**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Teologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Rogério Azevedo
Junqueira

**CURITIBA
2013**

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

C512a 2012	Chaves, Maria Eunice Rodrigues Artigos científicos sobre o ensino religioso : uma produção de - conhecimento no período de 1995-2010 / orientador, Sérgio Rogério Azevedo Junqueira. – 2012. 169 f. : il. ; 30 cm Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2012. Bibliografia: f. 86-89 1. Ensino religioso. 2. Conhecimento e aprendizagem. 3. Pesquisa. 4. Publicações científicas. 5. Religião e ciência. I. Junqueira, Sérgio Rogério Azevedo. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título CDD 20. ed. – 377.1
---------------	--



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Escola de Educação e Humanidades

PUCPR

GRUPO MARISTA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 045
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
MARIA EUNICE RODRIGUES CHAVES

Aos vinte e oito dias, do mês de fevereiro de dois mil e treze, às dezesseis horas, reuniu-se na Sala de Defesa – Segundo Andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a Banca Examinadora constituída pelos professores: Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, Uipirangi Franklin da Silva Câmara e Márcio Luiz Fernandes, para examinar a Dissertação da candidata, **Maria Eunice Rodrigues Chaves**, ingressante no Programa de Pós-Graduação em Teologia – Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e onze. Linha de Pesquisa: Teologia e Sociedade. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: **“ARTIGOS CIENTÍFICOS SOBRE O ENSINO RELIGIOSO: UMA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO PERÍODO DE 1995 A 2010”**. A candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu-se à arguição pelos membros da banca e, após a defesa, a candidata foi aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 17 h min. Para constar, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Banca Examinadora.

Membros da Banca:

Prof.Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira

Presidente/Orientador.

Prof. Dr. Uipirangi Franklin da Silva Câmara

Convidado Externo

Prof. Dr. Márcio Luiz Fernandes

Convidado Interno

CIENTE

Prof. Dr. Agenor Brighenti

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia- *Stricto Sensu*
PPGT - PUCPR



A leitura do mundo precede a leitura da palavra!

Paulo Freire

Agradecimentos

Pensar e agradecer a todos que me ajudaram a construir esta dissertação não é uma tarefa fácil. Contudo, decidir quem não mencionar é muito mais difícil. Assim, gostaria de expressar aos meus amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram com sua amizade e com sugestões efetivas para a realização deste trabalho, minha profunda gratidão.

RESUMO

A presente pesquisa desenvolveu-se com o objetivo de mapear e discutir, através do estado da arte ou estado do conhecimento a produção do Ensino Religioso através dos artigos científicos produzidos no período de 1995 a 2010. Foram propostos os seguintes objetivos específicos para que a meta desta pesquisa fosse alcançada: Identificar a compreensão do conceito de produção do conhecimento e sua relação com o Ensino Religioso. Identificar a produção dos artigos sobre o Ensino Religioso no contexto brasileiro, estabelecendo o estado da arte no período de 1995 a 2010. Estabelecer categorias de análise dos artigos científicos para o Ensino Religioso, a fim de contribuir na construção da estrutura desta área do conhecimento. Os autores que deram ênfase no embasamento teórico foram: Bardain (1977), Marcone e Lakatos (2000), Mazzotti (2002), Romanowski (2006), Soares (1999), Ferreira (2002), Severino (2007). A metodologia é de abordagem qualitativa de caráter exploratório e do tipo estado da arte ou estado do conhecimento. Foram analisados 124 artigos localizados sobre o Ensino Religioso em periódicos científicos no período de 1995 a 2010. A análise dos artigos apresenta uma produção científica que circula em torno do eixo Culturas e Tradições Religiosas, com crescimento constante distribuído em todo o território nacional. Outra temática que poderá ser explorada é a publicações de obras em que os(as) autores(as) ofereçam subsídios para estabelecer relações entre a Teologia, a Ciência da Religião e o ER, assim como fundamentações teóricas relacionadas com a prática pedagógica, para os(as) docentes.

Palavras-chave:

Ensino Religioso. Produção de conhecimento. Estado da arte ou do conhecimento

ABSTRACT

This research was developed with the aim to map and discuss, through the state of the art or state of knowledge production of Religious Education through the papers produced in the period 1995 to 2010. We proposed the following specific objectives for the goal of this research was achieved: Identify the understanding of the concept of knowledge production and its relation to Religious Education. Identify the production of articles on religious education in the Brazilian context, establishing the state of the art in the period 1995 to 2010. Establish categories of analysis of scientific articles for Religious Education, in order to contribute in building the structure of this area of knowledge. The authors emphasized that the theoretical basis were Bardain (1977), Marcone and Lakatos (2000), Mazzotti (2002), Romanowski (2006), Smith (1999), Ferreira (2002), Severino (2007). The methodology is qualitative and exploratory-type state of the art or state of knowledge. We analyzed 124 articles found on the Religious Education in scientific journals in the period 1995 to 2010. The article presents an analysis of scientific literature that circulates around the axis Cultures and Religious Traditions, with steady growth distributed throughout the national territory. Another issue that could be explored is the publication of works in which (the) author (s) provide grants to establish relationships between theology, the science of religion and ER, as well as theoretical predictions related to teaching practice, for (as) teachers.

.

Keywords:

Religious Education, Knowledge Production, State of the Art

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	48
Quadro 2	50
Quadro 3	52
Quadro 4	61
Quadro 5	62
Quadro 6	65
Quadro 7	72
Quadro 8	77
Quadro 9	78
Quadro 10	78
Quadro 11	78
Quadro 12	78
Quadro 13	81
Quadro 14	82
Quadro 15	82

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
AECPR - Associação de Educação Católica do Paraná
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CELADEC – Comissão Evangélica Latino Americana de Educação Cristã
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMUT - Comutação Bibliográfica
CONAE - Conferência Nacional de Educação
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
ENER – Encontros Nacionais para a formação de Coordenadores e Professores de Ensino Religioso nos Estados.
ER - Ensino Religioso
FONAPER - Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso
GPER - Grupo de Pesquisa, Educação e Religião
IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ISSN -International Standard Serial Number
JCR - Journal Citation Report
LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
LDBNE - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LER - Laboratório de Ensino Religioso
PCNER - Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ENSINO RELIGIOSO: PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO	20
3 UMA ÁREA DO CONHECIMENTO E SUA DIVULGAÇÃO	32
3.1 O conhecimento: um conceito, uma construção	32
3.2 A difusão do conhecimento: um exercício – os artigos em periódicos	40
3.3 A difusão do conhecimento no ensino religioso	59
4. ANÁLISE DOS ARTIGOS DE ENSINO RELIGIOSO4. 9	56
4.1 Metodologia	56
4.1.2. Pré-análise	57
4.1.3. Codificação e categorização	58
4.1.4. Inferência e conclusão	58
4.2. Análise dos artigos	59
4.2.1. Quantificação dos artigos e sua distribuição nos periódicos	59
4.2.2. Autores: uma leitura a partir do Currículo Lattes	72
4.2.3. Temas abordados nas diferentes publicações	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86
ANEXO	91

1 INTRODUÇÃO

A questão da Educação em Ensino Religioso sempre foi muito forte em minha vida, enquanto professora desta disciplina, pensava em trabalhar com pessoas principalmente adolescentes e crianças, no papel de mediadora na busca por novos conhecimentos nesta área. Foi o que me motivou para entrar no mestrado de Teologia.

Durante o tempo em que trabalhei como professora de Ensino Religioso tanto em colégio público, como particular, pela experiência e diversos cursos voltados para esta área, percebi certa desvalorização por parte dos profissionais da área de educação e muitas vezes o desinteresse pelos próprios alunos por não ser uma disciplina como as demais que “dependem” de uma boa avaliação para a aprovação. Depois trabalhando em colégios, porém em outra função, observei professores bastante despreparados para trabalhar a disciplina de Ensino Religioso na perspectiva fenomenológica, e concordo com Dissenha (2010) quando diz que a causa da não valorização dessa área é a falta de formação específica para tal exercício. Foi diante desta realidade que percebi a necessidade de compreender este componente curricular e no qual pretendo contribuir em uma ampla discussão, especialmente pela minha experiência em sala de aula.

As disciplinas cursadas no Mestrado em Educação contribuíram muito para o enriquecimento do meu objeto de pesquisa, que é voltado para a produção do conhecimento do Ensino Religioso publicado em artigos científicos, e se insere na linha Teologia e Sociedade. Foi de grande valia conhecer como foi o início da formação de professores no Brasil, evidenciando também a formação do professor para disciplina de Ensino Religioso.

Partindo desta motivação é que a presente pesquisa pretende estabelecer os modelos e perfil do Ensino Religioso, por meio de análise de artigos publicados nesta área, para contribuir com os pesquisadores e na formação de professores.

Diante das profundas mudanças que vem ocorrendo no contexto contemporâneo, se analisarmos pelo ponto de vista histórico, podemos concluir que mudanças acontecem também na educação, a fim de acompanhar a sociedade e a formação do ser humano nas dimensões física, intelectual, sócio-cultural, psicológica, afetiva e religiosa. Nesta perspectiva, o Ensino Religioso enquanto parte

integrante da formação básica do cidadão, procura auxiliar a responder ao apelo existencial tão presente no contexto das discussões da sociedade contemporânea.

A presente pesquisa leva em consideração que o Ensino Religioso é uma área do conhecimento em construção, por isso, a importância de estabelecer suas bases epistemológicas, perfil e tendências para a sua consolidação. Parte-se do princípio de que um dos meios para atingir esta finalidade é identificar e analisar a produção de conhecimento na área de artigos científicos publicados no Brasil, no período de 1995 a 2010.

Optou-se pelo recorte histórico nos períodos de 1995 a 2010, porque neste período surgiu o FONAPER (Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso) que objetivamente discutiu assuntos ligados ao Ensino Religioso na LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) 9394/96, sancionada em 20 de dezembro de 1996, e a revisão do artigo sobre este componente curricular na Lei 9475/97, que traz uma nova redação para o art. 33. Este processo resultou na caracterização do Ensino Religioso e publicação do documento da Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Esta pesquisa traz o desafio de mapear e discutir por meio do estado da arte ou estado do conhecimento, a produção do Ensino Religioso por meio dos artigos científicos produzidos em periódicos, por estes serem um dos instrumentos de divulgação do conhecimento científico.

Nesta perspectiva, segue na pesquisa a seguinte questão: Os artigos científicos publicados sobre o Ensino Religioso seguem o rigor necessário de uma produção científica?

Levando em consideração a questão problema desta pesquisa, prossegue o objetivo geral: Identificar e analisar a produção do conhecimento no Ensino Religioso por meio do estado da arte, nos artigos científicos produzidos no Brasil no período de 1995 a 2010.

Para que o objetivo geral da pesquisa fosse alcançado, foram propostos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a compreensão do conceito de produção do conhecimento e sua relação com o Ensino Religioso.
- Identificar a produção de artigos científicos sobre o Ensino Religioso no contexto brasileiro, estabelecendo o estado da arte no período de 1995 a 2010.

- Estabelecer categorias de análises de artigos científicos para o Ensino Religioso, a fim de contribuir na construção da estrutura desta área do conhecimento e da formação do(a) professor(a).

No seguimento de poder alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa se realizou por meio do estado da arte ou do estado do conhecimento. Com abordagem qualitativa, utilizando-se da metodologia exploratória e história analítica, buscando, portanto, identificar e analisar a produção do conhecimento no Ensino Religioso. Metodologia esta que se apóia na análise da produção registrada nos artigos científicos, tendo em vista estabelecer a identidade desta disciplina inserida no currículo escolar brasileiro.

A pesquisa qualitativa tem se mostrado uma alternativa bastante interessante enquanto modalidade de pesquisa numa investigação científica. É útil para firmar conceitos e objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade. Os métodos qualitativos contribuem com o trabalho de pesquisa, pois apresentam uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo, capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. Nas pesquisas qualitativas, é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos, segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir daí situe sua interpretação dos fenômenos estudados.

Nas abordagens qualitativas, o termo pesquisa ganha novo significado, passando a ser concebido como uma trajetória circular em torno do que se deseja compreender, não se preocupando única e/ou aprioristicamente com princípios, leis e generalizações, mas voltando o olhar à qualidade, aos elementos que sejam significativos para o observador-investigador. Esta "compreensão", por sua vez, não está ligada estritamente ao racional, mas é tida como uma capacidade própria do homem, imerso num contexto que constrói e do qual é parte ativa. O homem compreende porque interroga as coisas com as quais convive. Assim, não existirá neutralidade do pesquisador em relação à pesquisa -forma de descortinar o mundo-, pois ele atribui significados, seleciona o que do mundo quer conhecer, interage com o conhecido e se dispõe a comunicá-lo.

Para os pesquisadores, os estudos qualitativos têm hoje lugar assegurado como forma variável e promissora de investigação. Pois reúnem dados por meio de entrevistas e observações, técnicas normalmente associadas aos métodos qualitativos. Considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de

pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

A metodologia de pesquisa, porém, é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a serem adotadas para construir uma realidade.

A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência, que visa à construção da realidade, mas se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003, pp. 16-18).

A pesquisa como processo de construção de conhecimento, tem uma tríplice dimensão: uma dimensão propriamente epistêmica, uma vez que se trata de uma forma de conhecer o real; uma dimensão pedagógica, pois é por intermédio de sua prática que ensinamos e aprendemos significativamente; uma dimensão social, na medida em que são seus resultados que viabilizam uma intervenção eficaz na sociedade por meio da atividade de extensão.

O interesse e a curiosidade do homem pelo saber levam-no a investigar a realidade sob os mais diversos aspectos e dimensões. Cada abordagem ou busca admite níveis diferentes de aprofundamento e enfoques específicos conforme o objeto de estudo, os objetivos visados e a qualificação do pesquisador. O campo de conhecimento, principalmente no que concerne à pesquisa, não está deveras limitado, posto que, quando se julga que se está no final de uma pesquisa, assim há muito para ser descoberto, estudado, discutido, analisado.¹

A pesquisa, para tanto, não pode ser compreendida enquanto resposta imediata, mas sim que contemple uma “missão” de ir e vir, ver e rever, fazer e refazer, construir e reconstruir e, principalmente, aprender e reaprender. Este movimento de idas e vindas caracteriza a condição espiral e solidária, desenvolver o progresso científico, confirmando assim a posição de Mazotti (2002), ao declarar que:

A produção do conhecimento não é um empreendimento isolado. É uma construção coletiva da comunidade científica um processo continuado de busca, no qual cada nova investigação se insere, complementando ou

¹ Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Resumo/148933.html> Acesso em 12/05/2012.

contestando contribuições anteriormente dadas ao estudo do tema (MAZZOTTI, 2002, p. 27).

Atualmente algumas pesquisas estão sendo realizadas com o objetivo de mapear as produções científicas de determinadas áreas do conhecimento,

[...] estas pesquisas são denominadas de estados da arte ou estados do conhecimento, no entanto, tais pesquisas não se limitam ao árduo trabalho de mapeamento científico, mas também, ao árduo trabalho de análise qualitativa das produções acadêmicas. Diferentemente das pesquisas intituladas de estados do conhecimento que efetuam uma abordagem seccionada sobre as publicações, isto é, analisam um setor de publicações, os estados da arte, muito mais abrangentes, abordam diferentes setores e aspectos das publicações (ROMANOWSKI, 2006, p.17).

Qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento do estado da arte do tema, quer para a fundamentação teórica ou ainda para justificar os limites e as contribuições da própria pesquisa. Dentre as diversas pesquisas, encontra-se a pesquisa denominada estado da arte ou estado do conhecimento.

Recentemente no Brasil, os estudos de estado da arte, de acordo com Soares (1999),

são sem dúvida, de grande importância, pois pesquisas desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. A relevância de pesquisas do tipo estado da arte está em acompanhar e pontuar o movimento do conhecimento em um determinado período, permitindo conseqüentemente compreendê-lo em perspectivas relacionáveis no que concerne a contextos históricos, políticos e sociais (SOARES, 1999, p. 4).

Esta modalidade de pesquisa segundo (Romanowski, 2006), é relevante para a constituição de um determinado campo teórico na medida em que pode indicar lacunas, restrições, ênfases, temas abordados, entre outros aspectos que possam colaborar com o desenvolvimento de novas pesquisas. Deste modo sabendo que a realização de estado da arte possibilita a efetivação de balanço da pesquisa de uma determinada área, pode também significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procura identificar as colaborações significativas da construção da teoria e prática pedagógica, apontar restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de

disseminação e identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas de ordem prática.

Para Ferreira (2002) os trabalhos de pesquisa que tem denominação de estado da arte constituem-se em inventários descritivos, cujo objetivo principal é o de criar um quadro panorâmico das pesquisas realizadas em torno de temas específicos. Aliás, a confecção de inventários desse gênero constitui um passo de fundamental importância para a reflexão acadêmica, uma vez que todo conhecimento científico ancora-se na produção anteriormente realizada, quer para reafirmar ou aprofundar abordagens. Pois o trabalho que realiza o mapeamento das obras de uma determinada área de pesquisa destaca-se na sua importância trazendo ainda a discussão da autora que define como uma pesquisa de caráter eminentemente bibliográfico como foi citado acima, e que também propõem a mapear e discutir a produção de uma determinada época e área.

As pesquisas do estado da arte permitem indicar os temas mais abordados, evitando assim repetições, e conseqüentemente conhecer as diferentes perspectivas, abordagens e metodologias empregadas. Em suma, visam à elaboração de uma revisão crítica da produção de uma determinada área. Soares (1987) afirma que

esta compreensão do Estado do conhecimento sobre um tema, em determinado momento, é necessária no processo de evolução da ciência, afim de que se ordene periodicamente o conjunto de informação que permita indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicação de lacunas e vieses (SOARES, 1987, p.03).

A necessidade de se compreender a pesquisa enquanto um processo de investigação contínua afirma a importância do desenvolvimento de propostas de formação que estimulem um olhar crítico do pesquisador. Considera-se que o elemento central das pesquisas do tipo da arte é a investigação, pois tem como processo de levantamentos apurados sobre o estado de determinada área, conhecimento, sob a ótica de vestígio marcantes e significativas que contribuem para a construção do conhecimento científico.

O conhecimento se constrói e reconstrói constantemente, as pesquisas do tipo da arte se caracterizam como uma importante possibilidade de rever os resultados já apresentados à comunidade científica, mas com um olhar de

mapeamento que interagiu o já pesquisado, abrindo espaços de reflexão quanto ao que permeia tal objeto de estudo, ponto de vista, concepções que o cercam, enfim uma rede de conceitos. Pesquisar em uma perspectiva de estado da arte é acima de tudo conhecer o objeto de estudo sob ponto de vista diferenciado, em que dados que compõem a sua história científica são elementos base para compreender o que ainda precisa ser investigado.

Este tipo de pesquisa é bastante instigante à medida que suas características e procedimentos fazem do pesquisador um investigador de vestígios, de determinado tema, sob um olhar detalhista, focado e acima de tudo cercado de dados que compõem o cenário de sua caminhada.

Para a realização de uma pesquisa do tipo do estado da arte, segundo Romanowski (2002), são necessários os seguintes passos:

- definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas;
 - localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações, catálogos e acervos de bibliotecas, biblioteca eletrônica que possam proporcionar acesso a coleções de periódicos, assim como aos textos completos dos artigos;
 - estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o corpus do estado da arte;
 - levantamento de teses e dissertações catalogadas;
 - coleta do material de pesquisa, selecionado junto às bibliotecas de sistema COMUT ou disponibilizados eletronicamente;
 - leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, os objetivos, as problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área;
 - organização do relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses, identificando as tendências dos temas abordados e as relações indicadas nas teses e dissertações;
 - análise e elaboração das conclusões preliminares.
- (ROMANOWSKI, 2002, p.p.15-16).

Atualmente, os PCNERS (Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso), são bons balizadores na criação da identidade do Ensino Religioso, e boa parte das publicações nesta área, tem a tendência de seguir tais parâmetros. Um estudo, como o do estado da arte, traz a possibilidade de verificar se tal situação de fato ocorre, e contribui para fortalecer as áreas que ainda carecem de mais aprofundamento.

Considerando o objetivo proposto para esta pesquisa, o caminho percorrido para a análise de dados seguiu os seguintes passos: 1-Levantamento do referencial bibliográfico para análise documental; 2- Levantamento do referencial teórico para estado da arte ou estado do conhecimento, análise qualitativa, pesquisa histórica

exploratória; 3- Validação dos indicadores; 4- Aplicação dos indicadores na análise, categorização e interpretação das contribuições teóricas.

O procedimento metodológico escolhido foi a pesquisa exploratória, por meio de levantamento bibliográfico. Levou-se dessa forma a efeito, o trabalho de identificação dos artigos. Quanto à escolha dos artigos a serem submetidos à análise, foram selecionados 124, publicados no Brasil, no período de 1995 a 2010, considerando os que explicitamente discutissem aspectos relativos ao Ensino Religioso e que fossem apresentados em periódicos com características acadêmicas (comissão científica, periodicidade, normas para autores).

A pesquisa exploratória é considerada o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e um auxílio para a formulação de hipóteses significativas para posteriores pesquisas. Para Severino (2007) a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto.

Nesta pesquisa fez-se à opção por uma abordagem qualitativa, pois permite uma variedade de análises do material coletado. A análise de conteúdo foi empregada na perspectiva de Bardin (1977). Pois de acordo com Bardin (1977, p.44), “a análise de conteúdo busca conhecer aquilo que está por trás das palavras... é a busca de outras realidades através das mensagens”, é tratar a informação contida na mensagem, analisando seus significados.

O processo de coleta e análise de dados na presente pesquisa, conforme o referencial teórico de Bardin (1977) seguiu as seguintes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Nesta perspectiva a estrutura desta pesquisa foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo traz a compreensão da justificativa do tema, o problema, os objetivos da pesquisa e a metodologia da investigação. O segundo capítulo trata do processo de escolarização do Ensino Religioso para a sua compreensão dentro desse referencial. O terceiro capítulo trata da questão do Ensino Religioso como área de conhecimento e da divulgação do saber, aprofundando o seu conhecimento e sua construção, bem como, o processo de divulgação dos artigos científicos referentes ao Ensino Religioso. E no quarto capítulo é realizada a análise dos artigos científicos, seguindo o referencial teórico de Laurence Bardin, 1977. E por último as considerações finais, finalizando com os resultados encontrados.

2 ENSINO RELIGIOSO: PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Para que possamos compreender a razão de ser do Ensino Religioso, é importante partir de uma concepção de educação como um processo global, integral e de uma visão ampla que se encontra todos os níveis de conhecimento, dentre os quais, está o aspecto religioso.

A educação pode ser definida das mais diferentes formas e com parâmetros diversos, porém em se tratando de seu objetivo final, todas as definições convergem para o desenvolvimento pleno do ser humano na sociedade. É exatamente aí que o Ensino Religioso contribui para a formação integral, no que diz respeito à dimensão religiosa.

Refletindo sobre essa transformação no meio da educação Junqueira (2009) afirma que:

Ao longo da história da educação ocidental, o processo de formalização do ensino-aprendizagem sofreu inúmeras alterações segundo as mais variadas formas de organização social, sobretudo ao longo da urbanização. A medida que se aglomeravam os cidadãos desde os romanos e gregos, posteriormente os burgos, as formas de iniciação das novas gerações nos mais diversos campos do saber foram diferenciados (JUNQUEIRA, 2009, p.27).

Em se tratando das diversas fases da educação na dimensão religiosa, segundo Junqueira (2009):

Ao percorrermos as diversas fases da história da educação no contexto ocidental, a presença do ensino religioso é uma constante, a ponto de interferir na compreensão das diversas áreas do conhecimento, como bem ilustrado no texto pedagogo, de Clemente de Alexandria, que mostra que o homem regenerado pela água deve ser modelado em santo e celeste para que seja plenamente realizada a “palavra de Deus” (JUNQUEIRA, 2009, p.27).

Durante o processo de escolarização do Ensino Religioso ao longo do tempo, foram registradas inúmeras alterações nas leis que regeram as orientações para este componente curricular no Brasil. Portanto o Ensino Religioso sofreu um processo lento de alterações, devido ao desenvolvimento do Estado e suas opiniões políticas. Compreende-se que o Ensino Religioso sofreu alterações a partir dos diferentes contextos da história brasileira, as tensões entre Estado e Religião

chegaram à Educação por meio das legislações, que por sua vez promoveram concepções para este componente do currículo.

A discussão atual é, no entanto uma decorrência deste longo processo de busca das experiências e reflexões de diferentes grupos envolvidos nesta área que almejam promover a escolarização do Ensino Religioso.

O Ensino Religioso na história da educação na Europa tinha um papel importante da instituição católica, como responsável no processo de formação cultural dos diversos países desse continente.

No século XVI, durante o processo da Reforma Protestante, o papel da educação numa perspectiva religiosa é bem visível. Os reformistas Lutero (1483-1546) e Melanchthon (1497-1560) trabalharam intensamente para a implantação da escola elementar para todos. Neste sentido pela primeira vez se falava numa educação universal.

Nesta perspectiva, vinha uma solicitação de Lutero às autoridades oficiais para assumirem a tarefa de educar, considerando que a educação para todos seria de competência do Estado, pois, por meio da alfabetização e do estudo de outros elementos, haveria a possibilidade de ler a bíblia e sua interpretação, contudo a motivação religiosa demandaria uma organização no processo de ensino-aprendizagem.

Porém as escolas surgidas na Alemanha por inspiração da Reforma tendiam a buscar a universalização do ensino elementar, tendo em vista a divulgação religiosa. Em contrapartida no século XVII continua a existir essa tendência que se contrapõe, portanto, ao ensino elitista dos jesuítas, predominantemente centrado no nível secundário.

Na França, porém dentro do ideal de escola pública e gratuita, é possível destacar o trabalho do abade Charles Démia, com a publicação de um livro defendendo a necessidade da educação popular. Com esse ideal e sob sua direção foram fundadas diversas escolas gratuitas para crianças pobres e um seminário para formação de mestres. Neste sentido o pedagogo francês Compayré visava a instrução religiosa nas escolas, assim como a disciplina e os trabalhos manuais.

Durante o período colonial e imperial do Brasil no qual prevalecia o regime do padroado, a função da Escola era a formação de valores baseados na Igreja Católica Romana. A cultura brasileira foi marcada profundamente com a chegada da frota dirigida por Pedro Álvares Cabral ao Brasil, que estaria relacionada a um

projeto político-religioso o qual patrocinou a expansão colonial brasileira. A educação foi implantada e ministrada sob a orientação dos Jesuítas. Originou-se nessa época uma educação de característica humanística, por ser individualista e centralizada nos valores do Renascimento impondo uma ideologia reinante e fixando métodos tradicionais. Segundo Junqueira (2002, p.12), “o ser católico não era uma opção pessoal, mas uma precondição para a plena cidadania”. Neste aspecto o Ensino Religioso ocorre na escola muito em função da relação estabelecida entre Estado e Igreja católica, como afirma Figueiredo (1996):

Na colônia, o Ensino Religioso, compreendido e efetivado como ensino da religião, é questão de cumprimento dos acordos estabelecidos entre o Sumo Pontífice (Igreja Católica) e o Monarca de Portugal, segundo os princípios e critérios do Regime de Padroado... O Ensino Religioso, nos padrões da época, ocupa o lugar central da educação escolar. Jesuítas, franciscanos e beneditinos desempenharam papel importante nesse empreendimento. A união entre missão e colonização é um marco entre o processo da educação implementada e implantada no período. Assim o Ensino Religioso visa a cristianização por delegação pontifícia (FIGUEIREDO, 1996, p.p 22-23).

Nesta fase o ensino da religião é tratado como questão de cumprimento dos acordos estabelecidos entre a Igreja Católica e o Monarca de Portugal. Em primeira instância para a evangelização dos gentios, estão as leis, os decretos e instruções em geral. E o caráter disciplinado de toda catequese concorre para a transmissão de uma cultura que adere ao catolicismo. Contudo a história do Ensino Religioso se processou em consonância com a trajetória da educação brasileira e mostra a luta entre Igreja e o Estado, a qual refletiu nos diversos documentos normativos.

Com a expulsão dos Jesuítas durante o século XVIII (1759), a educação passou por transformações, pois estava em poder do estado. Nesta fase a educação permaneceu de caráter elitista, devido a Reforma Pombalina que implantou um modelo impregnado pelo racionalismo do Iluminismo. Ainda nesta fase o Ensino da Religião passou pelo crivo da Inquisição e caracterizou-se como catequese dirigida aos índios, aos escravos e ao povo como um todo.

A orientação pela formação religiosa e cristã da população, inclusive dos escravos foi proposta no sínodo de 1707, na Bahia por meio das Constituições do Arcebispado da Bahia.

Sobre a importância dessas Constituições vale ressaltar que:

Essas Constituições, em sua edição de 1853, passam a referir-se também ao Ensino Religioso nas escolas e vigoram desde o Sínodo Diocesano do Brasil de 1701 e durante todo o Império, que infligia aos leigos que ousassem ser instrutores de religião, penas como punição financeiras e excomunhão (JUNQUEIRA, 2009, pp. 37-38).

No estado monárquico o Ensino Religioso é de caráter mais privativo e doméstico do que institucional, devido às confrarias religiosas que processou na efetivação do sincretismo religioso.

Ainda nesta época o projeto religioso da educação não conflita com o projeto político dos reis e da aristocracia. O que se desenvolve, portanto nesta época é a evangelização, conforme os padrões, da época para justificar o poder estabelecido, decorrente do regime de padroado.

O Ensino Religioso então se desenvolve com Ensino da Religião, evangelização dos gentios e catequese dos negros, de acordo com as normas estabelecidas entre o Sumo Pontífice e o Monarca de Portugal. A lei de 15 de outubro de 1827 mostra uma manifestação de um esforço de escolarização da religião.

Anterior à proclamação da República, períodos de 1824 a 1889, a educação é ainda humanística e a sua finalidade é produzir a própria estrutura de classes. Neste período de Império a religião católica torna-se oficial, na constituição de 1824, artigo 5 (Brasil, 1824).

A ideia do respeito à diversidade da população nasce durante o Império. Porém Rui Barbosa em projeto relativo à Constituição propõe em seu artigo primeiro, terceiro parágrafo, que as escolas mantidas pelo estado não poderiam ser impostas nenhuma crença.

A Reforma de 1911, anterior a de 1890, representou também o ideal positivista principalmente quando se refere à introdução das disciplinas científicas, marcando o caráter humanístico de nossa tradição cultural.

Desde a primeira República, houve vários confrontos entre Igreja e o Estado. Portanto, na Constituição de 1891, o artigo 72, § 6 (Brasil, 1891) foi decretado que o ensino nos estabelecimentos públicos seria leigo. Seguidamente a Igreja toma posição de defesa do ensino da religião como algo necessário e evidente da liberdade religiosa, da liberdade de consciência.

A ideia de uma escola pública, com um ensino entendido como leigo, ou seja, sem o ensino da doutrina cristã, foi duramente criticada pela Igreja Católica. No

entanto, a Constituição apresentava a separação do Estado e da Igreja, como podemos notar em seu artigo 72:

§ 3º Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim e adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum.

§ 4º A República só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam amoral pública e as leis.

§ 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§ 7º Nenhum culto ou Igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União, ou o dos Estados (BONAVIDES; AMARAL, 1996, p. 193).

Já na constituição de 1934, no artigo 153 (Brasil, 1934), o Ensino Religioso é admitido, porém de caráter facultativo, ministrado somente de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno e manifestado pelos pais e ou responsáveis, constituindo então como matéria do currículo nas escolas públicas.

O Ensino Religioso torna-se de caráter religioso obrigatório para a escola, concedendo ao aluno o direito de opção de matrícula. E no sistema escolar, portanto só foi garantido pela outorgação constitucional. Porém na prática, continua sendo discriminado ao que dá origem a muitos desafios de natureza pedagógica e administrativa.

Nestes 500 anos de Ensino Religioso no Brasil evidencia-se a presença e ação da Igreja Católica Apostólica Romana. Com a criação da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), em 1952, houve esta preocupação da Igreja com “ensino de Religião nas escolas públicas”. Ao se organizar, a Igreja criou em 1952, o Departamento de Educação e o Secretariado Nacional de Ensino da Religião, tendo a catequese como base do ensino da doutrina católica. Mais ou menos por volta de 1965, uma crise veio à tona, da qual foi reconhecido que o Ensino Religioso perdeu sua função catequética, pois a escola descobre-se como instituição autônoma que rege por seus próprios princípios e objetivos, na área da cultura, do saber e da educação.

O catecismo por sua vez deixa de ser ministrado na escola, e o Ensino Religioso busca uma nova identidade como elemento integrante do processo educativo. E esta nova identidade exigiu anos de prática e estudo; contribuíram para

isso os Encontros de Ensino Religioso (ENER), desde 1974.

A busca de uma redefinição do papel do Ensino Religioso nas escolas e, portanto, de sua identidade em termos de legislação, foi de suma importância no processo da revisão constitucional nos anos 80.

No Brasil o Ensino Religioso passou por diferentes concepções. De início era entendido como Ensino da Religião, doutrina, educação pastoral na escola, meio de evangelização e Ensino Religioso confessional. Nos anos 70, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71, Artigo 7º, parágrafo 1º, o Ensino Religioso foi incluído na grade curricular, tornando-se obrigatório nas escolas de ensino fundamental e médio. O Ensino Religioso como tal toma novas características no contexto da Educação brasileira, passando a ser compreendido como Ensino Religioso confessional cristão, dividindo-se em três concepções: Ensino Religioso ecumênico, inter-confessional e inter-religioso.

O Ensino Religioso concebido historicamente como doutrinário, na atualidade adquiriu status de área de conhecimento, identidade pedagógica curricular. E como parte obrigatória dos currículos nacionais enquanto área de conhecimento refere-se às noções conceitos essenciais sobre fenômenos, processos, sistemas e operações que contribuem para constituição de saberes, conhecimentos, valores e práticas sociais indispensáveis ao exercício a uma vida de cidadania plena.²

Um aspecto que favoreceu a discussão sobre o Ensino Religioso como componente no currículo foi a declaração que afirma o direito a liberdade religiosa (século XVIII) e a obrigatoriedade da instrução (século XXVI), visando, portanto a formação de uma geração aberta ao diálogo e as novas relações sócio culturais.

O Ensino Religioso vem conquistando seu espaço, por meio de muitas lutas, que tiveram vitórias, como sua valorização na Constituição e na vigência do substitutivo nº 9475/97, um marco fundamental para a identidade e integração desta disciplina, no sistema público de ensino. Consequentemente, a elaboração do texto o Ensino Religioso como disciplina presente na Lei de Diretrizes e Bases, responsável por explicitar elementos da Constituição (art. 210), foi desafiador e mobilizador, com inúmeras discussões.

Aqui vale destacar a afirmação de Junqueira e Wagner (2011), a respeito da

²Disponível em (<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Maria%20Cristina%20Caetano%20e%20Maria%20Auxiliadora%20Monteiro%20Oliveira.pdf>). Acesso em 21 de abril de 2012.

alteração do eixo do Ensino Religioso:

No decorrer do século XX, o eixo do Ensino Religioso alterou entre aspectos do conteúdo, da metodologia e do sujeito, entretanto uma forte corrente explicitou a importância de pôr em relevo o espaço, ou seja, a escola, pois os elementos anteriores citados são significativos, mas assumem, conforme o espaço em que estão sendo orientados, perspectivas diferenciadas (JUNQUEIRA, WAGNER, 2011, p.36).

Em 22 de julho de 1997, foi promulgada a Lei 9.475, que alterou o artigo 33 da LDB 9394/96 retirando o termo “sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos” e dando outros dispositivos:

[...] Art. 33 O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. Parágrafo 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores. Parágrafo 2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso [...] (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei 9.475 [22 de julho de 1997, que dá nova redação ao artigo 33 da Lei (9.394/96) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional]. In: JUNQUEIRA, 2007. p. 45).

A partir deste momento, prioriza-se o princípio religioso, sem acentuar esta ou aquela tradição religiosa; cada aluno será aceito independente do credo professado. Esta alteração da legislação foi consequência de um significativo movimento articulador promovido pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER).

A nova redação do artigo 33 centra o enfoque do Ensino Religioso como disciplina escolar, entendendo-o como uma área do conhecimento, com a finalidade de reler o fenômeno religioso, este colocado como objeto da disciplina

Com a nova L.D.B. muitas mudanças vêm sendo organizadas a curto e longo prazo, seja do ponto de vista estrutural, quanto do conteúdo de nosso sistema educacional. Para o Ensino Religioso, inicia-se uma nova fase da história, foi aprovada uma nova lei que o constitui, agora, em uma disciplina com todas as propriedades, enquanto tal. Isto significa que o Ensino Religioso não se dá mais no processo linear como foi concebido até recentemente, mas por meio de articulações complexas num mundo pluralista e multiforme, pois é nela e a partir dela que se inicia o processo. O próprio artigo 33 da L.D.B., já sofreu muitas críticas e está hoje em vigor (MAKIYAMA, 2003, p. 17).

A partir da LDB foi estabelecida uma nova concepção para o Ensino Religioso, o seu foco deixou de ser teológico para assumir um perfil pedagógico de releitura das questões religiosas da sociedade, baseado na compreensão de área do conhecimento orientado pelos Parâmetros Curriculares.

O artigo 33 da LDB, com o parecer 4/98 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, dá um novo impulso a toda esta proposta. Ao deliberarem as Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecem que o Ensino Religioso seja compreendido como área de conhecimento, reafirma-se, portanto, a necessidade de capacitarem educadores para ministrarem esta disciplina, pois, diante do seu novo “*status*”, exige-se que tenha um tratamento adequado às novas propostas pedagógicas, o que seria alcançado com uma formação mais sistemática e efetiva do professor.

Em se tratando ainda sobre a formação de professores desta área, Junqueira e Wagner (2011) ressaltam que:

Para tais concepções de Ensino Religioso, as igrejas se preocuparam com a formação de professores. É destacada aqui a preocupação da Igreja Católica Apostólica Romana quando, em 1974, deu início aos Encontros Nacionais para a formação de Coordenadores e Professores de Ensino religioso nos Estados (ENER). Esta preocupação com o Ensino Religioso nas escolas públicas e a formação de professores continua. Em 1998, foi realizado o 12º Encontro nacional de Ensino Religioso, procedeu uma pausa nesta modalidade de encontros e retomou, a partir de 1999, a mesma questão com ênfase, na formação de professores de Ensino Religioso das escolas católicas. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) e a Comissão Evangélica Latino Americana de Educação Cristã (CELADEC) – Região Brasil – também entram na questão da formação de professores e promovem encontros e seminários para tal finalidade (JUNQUEIRA, WAGNER 2011, p. 18-19).

Sendo o Ensino Religioso visto como área de conhecimento,

[...] será mais um importante espaço de reflexão e formação, onde o educando fomentará interações de diversas áreas de conhecimento, possibilitando assim uma formação integral, ecológica, holística, sistêmica e não mais uma formação fragmentada, dividida em áreas, vinda da escola tecnicista e do cartesianismo da ciência. O Ensino Religioso colabora com a formação integral da pessoa humana (STIGAR, 2009, p.1).

É o Ensino Religioso uma das áreas de conhecimento sobre o fenômeno religioso, o qual estuda as diversas tradições e culturas religiosas. Pode ainda o Ensino Religioso ser um espaço de reflexão dos valores humanos, entretanto tais

temas não são apenas de responsabilidade do Ensino Religioso e sim de todas as disciplinas segundo o que aponta a LDB.

A proposta pedagógica, para ter sentido, assume, não como tarefa isolada, mas em sua essência, todas as ações humanas e, conseqüentemente, também as religiosas. O Ensino Religioso deve, pois, brotar do interior deste projeto, constituindo-se em disciplina, enquanto busca de conhecimento religioso e de fundamentos para um compromisso ético na perspectiva de um agir solidário e transformador das realidades existentes.

Nesta dimensão pedagógica e a partir de uma abordagem antropológico filosófica, que reconhece o fenômeno religioso como decorrência de sua propriedade humana, de sua condição existencial, e seguindo para uma abordagem mais específica e de nossos interesses que é a de ordem pedagógica, podemos dizer que o específico do religioso para o Ensino Religioso é ajudar o aluno a se posicionar e a se relacionar da melhor forma possível com as novas realidades que o cercam. Primeiramente em relação aos seus limites e depois quanto às linguagens simbólicas.³

O Ensino Religioso é, portanto, uma questão diretamente ligada à vida, se reflete no comportamento, no sentido que orienta a sua ética.

O papel do Ensino Religioso é despertar o educando para o mundo do conhecimento religioso, abrindo-se para o pluralismo religioso e para a alteridade, promovendo assim uma ação transformadora capaz de garantir o respeito a diversidade, a pluralidade e o reconhecimento da importância de todas as tradições religiosas. O Ensino Religioso possibilita um diálogo entre a cultura e a desenvolvendo a dimensão religiosa respeitando as diferenças culturais e religiosas (STIGAR, 2009, p.2).

Portanto a inserção do Ensino Religioso no contexto global da educação visava tornar as relações do saber mais solidárias e participativas. No período entre 1995 (abril) a 1996 (dezembro), assistiu-se a uma nova mobilização para a definição desta disciplina. Apesar de garantida na Constituição, necessitava de elementos complementares para serem melhores definidos na Lei de Diretrizes da Educação.

No ano de 1995, o Ensino Religioso teve um marco importante em sua história. Ocorreu neste período de 26 de setembro na cidade de Florianópolis (SC) a fundação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER), durante

³ Disponível em http://www.hottopos.com/videtur4/o_ensino_religioso.htm Acesso em 17 de março de 2012.

a celebração dos 25 anos do Ensino Religioso neste Estado. O evento promovido e apoiado pela Editora Vozes, contou com a presença de coordenadores e professores provenientes de dezoito estados.

O FONAPER caracterizou-se como espaço supra-institucional, com profissionais da disciplina, com uma firme convicção de que o problema que se faz necessário discutir é pedagógico, e não das religiões. Para tal, definiram quatro princípios norteadores de trabalho:

- [...] 1. Garantir que a Escola, seja qual for sua natureza, ofereça o Ensino Religioso ao educando, em todos os níveis de escolaridade, respeitando as diversidades de pensamento e opção religiosa e cultural do educando.
 - 2. Definir junto ao Estado o conteúdo programático do Ensino Religioso integrante e integrado às propostas pedagógicas.
 - 3. Contribuir para que o Ensino Religioso expresse uma vivência ética pautada pela dignidade humana.
 - 4. Exigir investimento real na qualificação e capacitação de profissionais para o Ensino Religioso, preservando e ampliando as conquistas de todo magistério, bem como garantir-lhes condições de trabalho e aperfeiçoamento necessários.
- Em sua primeira fase, foram propostos três objetivos significativos:
- a) inicialmente garantir a presença do Ensino Religioso na LDB, fato este concluído com a alteração do artigo 33 no final do primeiro semestre de 1997;
 - b) a produção e publicação de Parâmetros Curriculares Nacionais para esta disciplina, também concluído, enquanto produção nesse mesmo ano, já apresentado ao Ministério de Educação e Cultura, para ser discutido e aprovado;
 - c) a formulação de uma proposta para a formação, a nível de graduação, para o profissional desta área [...] (JUNQUEIRA, 2002, p. 49).

Segundo as diretrizes para a capacitação docente estabelecida pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) o Ensino Religioso deve ocupar-se do conhecimento religioso, porém o enfoque deve ser sempre o ser humano perante a transcendência.

Em 22 de julho de 1997, foi promulgada a Lei 9.475, que alterou o artigo 33 da LDB 9394/96 retirando o termo “sendo oferecido, sem ônus para os cofres públicos” e estabelecendo outros dispositivos:

- [...] Art. 33 O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. Parágrafo 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos

conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

Parágrafo 2º - Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso [...] (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei 9.475 [22 de julho de 1997, que dá nova redação ao artigo 33 da Lei (9.394/96) de Diretrizes e Bases da Educação Nacional]. In: JUNQUEIRA et al, 2007, p. 45).

A partir deste momento, prioriza-se o princípio religioso, sem acentuar esta ou aquela tradição religiosa; cada aluno será aceito independente do credo professado. Esta alteração da legislação foi consequência de um significativo movimento articulador promovido pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER).

A nova redação do artigo 33 centra o enfoque do Ensino Religioso como disciplina escolar, entendendo-o como uma área do conhecimento, com a finalidade de reler o fenômeno religioso, este colocado como objeto da disciplina. A partir da Lei 9475/97, o Conselho Nacional de Educação por meio da resolução 02/98, “estabelece que a disciplina deva ser integrada no conceito de área de conhecimento, definindo-se norteadores e estruturas de leitura e interpretação da realidade essencial para garantir a possibilidade de participação autônoma do cidadão na construção de seus referenciais religiosos” (OLIVEIRA et al. 2007, p. 58).

O FONAPER, em 1997 elabora coletivamente, em meio a um debate acadêmico, legislativo e com a participação da sociedade civil, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER), com a finalidade de

subsidiar e auxiliar sistemas de ensino, professores e estudantes na caracterização geral do Ensino Religioso, através da organização dos conteúdos (Cultura e Tradições Religiosas, Escrituras Sagradas, Teologias, Ritos, Ethos): tratamento didático dos conteúdos e dos pressupostos para avaliação. É tomada como diretriz a abordagem do fenômeno religioso e das religiões pelo prisma da Antropologia da Religião (FONAPER, 1997, p.p 28-30).

Diante destes pressupostos foi definida a estrutura do conteúdo para o Ensino Religioso, proposta no Parâmetro Curricular Nacional, estruturada dentro das cinco invariantes do campo religioso:

A) Culturas e Tradições Religiosas: estudo do fenômeno religioso à luz da razão humana, analisando questões como: função e valores da

tradição religiosa, relação entre tradição e ética, teodicéia, tradição religiosa natural e revelada, existência e destino do ser humano nas diferentes culturas;

B) Textos Sagrados (Orais e Escritos): textos que transmitem, conforme a fé dos seguidores, uma mensagem do Transcendente, através da qual, pela revelação, cada forma de afirmar o Transcendente faz conhecer aos seres humanos seus mistérios e sua vontade, dando origem às tradições. E estão ligados ao ensino, à pregação, à exortação e aos estudos eruditos;

C) Teologias: conjunto de afirmações e conhecimentos elaborados pela religião e repassados para os fiéis sobre o Transcendente, de um modo organizado ou sistematizado;

D) Ritos: série de práticas celebrativas das tradições religiosas formando um conjunto de rituais, símbolos e espiritualidades;

E) Ethos: forma interior da moral humana em que se realiza o próprio sentido do ser. É formado na percepção interior dos valores, através dos quais nasce o dever como expressão da consciência e como resposta do próprio “eu” pessoal. O valor moral tem ligação com um processo dinâmico da intimidade do ser humano e, para atingi-lo, não basta deter-se à superfície das ações humanas (PCNER, 1997, p.p 34-38).

Segundo os PCNER (1998) a escola deve promover ações que levem o educando a cidadania e ao respeito perante a alteridade religiosa e ao ecumenismo.

Os esforços de estruturar uma identidade para uma disciplina, que desde a origem possui um caráter mais político do que pedagógico, favorecem este embate; enquanto o FONAPER compreende o Ensino Religioso como um componente do currículo, que, por isto mesmo, existe algo a ser pesquisado e ensinado por favorecer a formação do cidadão – “Ensino Religioso direito de todo cidadão” (JUNQUEIRA, 2002, p.p 81-82).

A escolarização do Ensino Religioso ainda não é uma realidade nacional; existe a carência de profissionais capacitados para empreender esta proposta, assim como subsídios para apoiar todo esse processo. As linhas que ainda apostam na ação desta disciplina com espaço legítimo de doutrinação é forte, muitos professores aderem a estas linhas que divergem da lei de e o fazem não por acreditar ou desacreditar na escolarização do Ensino Religioso, mas porque não sabem o que fazer. Sempre atuaram como catequistas e não como professores, sobretudo, não tem onde buscar suporte para a disciplina como componente escolar. São muitos os esforços ainda que se tem a fazer (FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, normas para habilitação e admissão de professores de Ensino Religioso, p. 17).

Segundo Junqueira (2002), a estruturação do atual modelo de Ensino Religioso exigirá atenção política e competência teórico-pedagógica, que deverá ser estabelecida progressivamente, mas não lentamente. Com o objetivo de favorecer o transcorrer deste percurso, exigem-se instrumentos novos ou a reorientação de outros já existentes, entre os quais os subsídios didáticos, como os livros.

3 UMA ÁREA DO CONHECIMENTO E SUA DIVULGAÇÃO

Neste capítulo coloca-se em questão a produção do conhecimento científico como uma das expressões da relação sujeito-objeto, analisando-a a luz da teoria histórico dialética do conhecimento. Com o intuito de demonstrar que a interação prática do sujeito com o objeto apenas fundamenta a construção da produção científica pela mediação teórica, reiteramos a importância do Ensino Religioso escolar e da apropriação dos saberes historicamente sistematizados.

A prática humana, na qual se inclui a produção do conhecimento, encerra sempre a relação entre o singular particular e o universal, sendo um fenômeno histórico, posto que as propriedades humanas subjetivas e objetivas que a comportam resultam de amplas e complexas relações do homem com a natureza.

O conhecimento está necessariamente imbuído no campo da atividade prática do homem, mas para garantir o êxito desta atividade ele deve relacionar-se necessariamente com a realidade objetiva que existe fora do homem e serve de objeto a essa atividade (KOPNIM, 1978, p. 125).

3.1. O CONHECIMENTO: UM CONCEITO, UMA CONSTRUÇÃO

Falar de conhecimento científico exige fazer uma leitura minuciosa de uma série de implicações que envolvem as questões filosóficas, a ciência, a política, a economia e a ética. Pretende-se nesse contexto, discutir abertamente o conhecimento científico buscando maior esclarecimento sobre o mesmo, numa abordagem crítica e qualitativa.

O ser humano ao nascer é meramente condenado a viver em um mundo que lhe é estranho até então. Logo, é obrigado a interpretar a si mesmo e a interpretar o mundo ao qual ele passa a fazer parte. Quando o ser humano começa a entender e criar suas próprias representações para as coisas do mundo, ele passa a dar forma e significado a elas e assim, a conhecê-las. Eis que surge o processo ao qual denominamos de conhecimento.

Segundo Garcia (1997, 45), o conhecimento é uma forma de estar no mundo. E, durante o processo de aquisição de conhecimento o homem percebe que ele é um ser em constante construção, um ser que está em mutação e que pode ser melhorado diariamente se este estiver aberto à realidade.

O conhecimento científico é uma conquista recente da humanidade: data de quase quatrocentos anos, tendo surgido no século VII com a revolução galileana. Não significa, portanto que antes não houvesse um saber rigoroso, no entanto desde o século VI a. c., na Grécia Antiga os sábios aspiravam a um conhecimento que se distinguisse do mito e do saber comum.

Pode-se afirmar que o ser humano detém vários tipos de conhecimento científico, desde aquele mais simples, comum a todas as pessoas e que nos passa despercebido, até aquele mais profundo e complexo não comum a todos os indivíduos. Deve-se levar em consideração que em cada tipo de conhecimento existe um objeto e um método de produção para realizá-lo, bem como, a diferença entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento científico.

Primeiramente analisemos o conhecimento de senso comum, o qual é estendido a todos os indivíduos, mesmo que não o percebamos, simplesmente nos vem como herança genética, de geração em geração. É também a forma mais usual que o homem utiliza para interpretar a si mesmo, o seu mundo e o universo como um todo, produzindo interpretações significativas. Usamos este conhecimento diariamente, muitas vezes sem nos dar conta, em atividades corriqueiras sem questionarmos se está certo ou errado. Contudo o conhecimento do senso comum, sendo resultado da necessidade de resolver os problemas diários não é, portanto, antecipadamente programado ou planejado. Nele, há uma tendência de manter o sujeito que o elabora como um espectador passivo da realidade, atropelado pelos fatos. Por esse motivo, o conhecimento do senso comum caracteriza-se por ser elaborado de forma espontânea e instintiva. À medida que a vida vai acontecendo ele se desenvolve, seguindo a ordem natural dos acontecimentos.

Entretanto o conhecimento do senso comum é o conhecimento acumulado pelos seres humanos, de forma empírica, baseado apenas na experiência cotidiana, sem se preocupar com o rigor da experiência científica.

[...] O senso comum não deixa de produzir saberes que, como os demais servem para a compreensão do nosso mundo e da nossa sociedade, e para nela viver com o auxílio de explicações simples e cômodas. Mas deve-se desconfiar dessas explicações, uma vez que podem ser um obstáculo à construção do saber adequado, pois seu caráter aparente de evidência reduz a vontade de verificá-lo. É, aliás, provavelmente o que lhes permite, muitas vezes, serem aceitas apesar de suas lacunas. Desse modo, em nossa sociedade, não se aceitam igualmente os ditados “Diga-me com quem andas e te direis que és” e “Os opostos se atraem”, ou até

“Tal pai, tal filho” e “Pai avarento, filho pródigo”, mesmo se tais ditados se contradigam? [...] (LAVILLE. C.: DIONE J., 1999. p. 19).

Outro tipo de conhecimento é o científico. Surgiu da necessidade do ser humano querer saber como as coisas funcionam ao invés de apenas aceitá-las passivamente.

Com este tipo de conhecimento o homem começou a entender o porquê de vários fenômenos naturais e com isso vir a intervir cada vez mais nos acontecimentos ao nosso redor. Este conhecimento se bem utilizado é muito útil para humanidade, porém se utilizado incorretamente pode vir a gerar enormes catástrofes para o ser humano e tudo mais ao seu redor. Utilizamos como exemplo a descoberta pela ciência da cura de uma moléstia que assola uma cidade inteira salvando várias pessoas da morte, mas também, destruir esta mesma cidade em um piscar de olhos com uma arma de destruição em massa criada com este mesmo conhecimento (MENDES, 2008, p.1).

O conhecimento científico é um produto resultante da investigação. Surge não apenas da necessidade de encontrar soluções para problemas de ordem prática da vida diária, característica esta do conhecimento do senso comum, mas do desejo de fornecer explicações sistemáticas que possam ser testadas e criticadas através de provas empíricas e a discussão intersubjetiva. Este surge da necessidade do homem não assumir uma posição meramente passiva, de testemunha dos fenômenos, sem poder de ação ou controle dos mesmos. Cabe ao homem, otimizando o uso da sua racionalidade, propor uma forma sistemática, metódica e crítica da sua função de desvelar o mundo, compreendê-lo, explicá-lo e dominá-lo.

Sendo o conhecimento, na sua pretensão de construir uma resposta segura para responder às dúvidas existentes, propõe-se atingir dois ideais: o ideal da racionalidade e o ideal da objetividade.

O ideal da racionalidade consiste em atingir uma sistematização coerente do conhecimento presente em todas as suas leis e teorias. É o ideal da objetividade, por sua vez, pretende que as teorias científicas, como modelos teóricos representativos da realidade, sejam construções conceituais que representem com fidelidade o mundo real, ou seja, que contenham imagens dessa realidade que sejam “verdadeiras”, evidentes, impessoais, passíveis de serem submetidas a testes experimentais e aceitas pela comunidade científica como provadas em sua veracidade.⁴

O conhecimento se classifica ainda em conhecimento filosófico e

⁴ Disponível em http://www.inf.ufsc.br/~cancian/ciencia/ciencia_conhecimento_cientifico.html Acesso em 10 de março de 2012.

conhecimento religioso, sendo que o conhecimento filosófico apresenta como racional em virtude de consistir num conjunto de enunciados logicamente correlacionados. Possui característica de sistemático devido as suas hipóteses e enunciados visarem a uma representação coerente da realidade estudada. Por último é infalível e exato, pois na busca da realidade é capaz de abranger todas as outras tanto na definição do instrumento como nas suas hipóteses.

Portanto, o conhecimento filosófico é caracterizado pelo esforço da razão pura para questionar os problemas humanos e poder discernir entre o certo e o errado, unicamente recorrendo às luzes da própria razão humana (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.19).

O conhecimento filosófico naturalmente distingue-se do conhecimento científico pelo objeto de investigação e pelo método. O objeto das ciências são os dados próximos, imediatos, perceptíveis de experimentação.

O conhecimento religioso, ou teológico

parte do princípio de que as “verdades” tratadas são infalíveis e indiscutíveis, por consistirem em “revelações” da divindade (sobrenatural). É marcado, portanto pela presença da fé, e validado por uma atitude frente ao conhecimento revelado. Esse conhecimento revelado ocorre quando há algo oculto ou um mistério, alguém que o manifesta e alguém que pretende conhecê-lo.⁵

Segundo Garcia (1997) a realidade do conhecimento científico só é estabelecida após sua comprovação ser efetivada, demonstrada e experimentada. Portanto o conhecimento científico é extremamente importante para a sociedade, pois é a partir dele que é possível a transformação social e tecnológica.

A produção do conhecimento científico segundo Junqueira et al (2010) inicia com o reconhecimento de uma situação problema, sobre a qual o pesquisador formula possíveis hipóteses e propõe a busca da causa ou solução desta situação. E, a partir dessas situações postas, utiliza-se a força de um espírito investigativo; metodicamente verifica-se cada uma delas, para finalmente com a confirmação uma hipótese ou questão, produzir um novo conhecimento. Para que se produza um conhecimento é preciso ter em mente que a ciência é passível de falhas existindo assim a possibilidade do conhecimento ser refutado.

⁵Disponível em http://www.inf.ufsc.br/~cancian/ciencia/ciencia_conhecimento_religioso.html Acesso em 12 de junho de 2012.

Os autores Lakatos e Marconi (2001) destacam algumas características do conhecimento científico

- real: porque lida com ocorrências ou fatos;
- contingente: pois suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por meio da experimentação e não apenas pela razão;
- sistemático: trata-se de um saber ordenado, logicamente, formando um sistema de idéias, de teorias;
- verificabilidade: as hipóteses que não podem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência.
- falível: em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final;
- aproximadamente exato: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.80).

Se cada ciência tem a sua particularidade como cita Dissenha (2010), surge então alguns questionamentos relacionados ao método do saber religioso. Qual o seu método? Em que consiste seu conhecimento enquanto Ensino Religioso? E qual o seu objeto de estudo?

Segundo Junqueira et al (2010) neste contexto se discute também a questão do Ensino Religioso que compreende a religião como um tipo de conhecimento humano, pois ela responde as questões existenciais do ser humano e reflete sobre a sua dimensão religiosa.

O Ensino Religioso segundo Oliveira et all (2008) é um conhecimento dos componentes básicos do fenômeno religioso, pois realiza-se em nível de análise e de síntese. Pelo fato de ser um conhecimento construído na pluralidade cultural da sala de aula, não se trata de um conhecimento fragmentário e simples; antes, o Ensino Religioso é um conhecimento complexo.

A busca da fundamentação epistemológica do Ensino Religioso ao mesmo tempo é uma busca por um sistema científico que defina os princípios epistemológicos e metodológicos da investigação acerca das religiões, enquanto produto cultural.

Os fundamentos epistemológicos deste saber, não se articulam de modo estanque, e sim interdisciplinar, pois na religação dos saberes mostra que para tal religação aconteça para estabelecer elos entre os diferentes conhecimentos, os passos necessários são: 1) a abordagem analítica; 2) a abordagem sintética; 3) a passagem para o sistema da complexidade.

Em primeiro lugar a abordagem analítica do conhecimento valorizou a

precisão dos detalhes, pois nesta abordagem epistemológica, quando se estudam duas perspectivas diferentes, a abordagem analítica modifica uma variável de cada vez.

Em um segundo momento, a abordagem sistêmica oferece a percepção global de um tema complexo como o da experiência religiosa, por exemplo. A abordagem sistêmica modifica grupos de variáveis simultaneamente. Por um lado, a abordagem analítica exige que os fatos sejam validados por provas experimentais no âmbito de uma teoria. Por outro lado, a abordagem sistêmica compara o funcionamento do modelo com a realidade.

Portanto o Ensino Religioso não é um saber fechado a si mesmo, e sim um saber aberto a estabelecer elos de ligação com outros saberes.

Atualmente o Ensino Religioso é compreendido como área de conhecimento do fenômeno religioso, o qual estuda as diversas tradições religiosas.

Nas palavras de Oliveira et al (2008) o Ensino Religioso é um saber que se constrói:

Como área do conhecimento, o Ensino Religioso constrói significados com bases nas relações que os alunos estabelecem no entendimento da experiência religiosa. Essas construções vão arquitetando-se pelos diferentes processos de observação que se constata, pela reflexão acerca do que se observa e pela informação sobre que se reflete de forma continuada e concomitante (OLIVEIRA, 2008, p.66).

Segundo as diretrizes para a capacitação docente estabelecida pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) o Ensino Religioso deve ocupar-se do conhecimento religioso, porém o enfoque deve ser sempre o ser humano perante a transcendência.

Ainda segundo o FONAPER (1997, p.22), todo conhecimento humano torna-se patrimônio da humanidade. O conhecimento religioso é um conhecimento disponível e, por isso, a escola não pode recusar-se a socializá-lo, sem, contudo, “propor aos educandos a adesão e vivência desses conhecimentos, enquanto princípios de conduta religiosa e confessional”.

Epistemologicamente o Ensino Religioso ocupa-se do conhecimento Religioso, situado num espaço para além das tradições religiosas e dentro da Antropologia. O enfoque é o ser humano enquanto ser em busca de Transcendência que ultrapassa o conhecimento comum das crenças que tem um conhecimento dado e aceito na adesão de fé. Estuda o conhecimento religioso como uma construção,

fruto do esforço humano para subsidiar o fenômeno religioso e por isso enfocado nas dimensões: antropológica, sociológica, psicológica e teológica.

A fenomenologia da religião, por sua vez, entende, a redução como suspensão do fenômeno para captar sua essência e o seu sentido, ou seja, os métodos das outras ciências auxiliam, mas a fenomenologia da religião reduz o fenômeno religioso num sentido muito diferente da redução das outras ciências. Oliveira (2008) assim destaca:

Ao atribuir nomes, a fenomenologia da Religião da conta do que aparece. Mas ela deve organizar sistematicamente esses aparecimentos a partir a experiência dos mesmos, pois nessa experiência, estão a essência, o sentido, a doação por parte do objeto, ao caos, o aspecto disforme e o aspecto da forma. O sujeito não está estático diante de um objeto. O sujeito, mesmo sem compreender tudo, deve descrever o que encontrou ao observar o que apareceu. Ao organizar sistematicamente ele esclarece o que vive nesses aparecimentos nos fenômenos que aparecem, buscando compreendê-los. Esse esclarecimento não busca pelo que lhe parece mais interessante, e sim pela impossibilidade de reduzir tudo ao único condicionante, que histórico, quer psicológico ou outro. Na sistematização não se busca pelo que acaba de ser compreendido, mas por aquilo que ainda não se compreendeu. A sistematização dos aspectos que constituem a totalidade de um objeto se dá sem excluir caótico e a irregularidade. A interação com o objeto não ocorre a partir de um corte específico, e sim a partir da relação, da interação. A interação é sempre renovável e original, pois nela ocorre uma oscilação entre o aqui e o ali. Ao se descrever e sistematizar, o que parecia caótico e disforme passa ter um sentido a partir do objeto que se doa ao sujeito (OLIVEIRA et al, 2008, p.p 15-16).

Portanto o fenômeno religioso constitui atualmente um aspecto que tem suscitado renovado interesse por um expressivo grupo de pessoas. O retorno ao sagrado e à busca de experiências espirituais, muitas vezes carregadas de misticismo, devocionismo e magias, situam-se no horizonte das profundas e rápidas transformações que atingiram a sociedade nos últimos tempos.

Analizando neste contexto, mantém-se a convicção de que a vida humana precisa de um transcendente. Transcendente não como fuga da concretude do mundo, mas como uma abertura para a dimensão mais ampla, um mergulhar para a interioridade das coisas, um profundo envolvimento com a complexa trama da existência.

Daí a afirmação de que

o fenômeno religioso, numa perspectiva atual, é a resposta articulada culturalmente para afrontar as questões existenciais do ser humano, diante de um mundo em constante transformação e continuamente pelas condições socioculturais de sua realidade (JUNQUEIRA, 2002, p.139).

Deste modo, todas as expressões religiosas concretas existentes emergem como valor constituinte e ação significativa da condição humana.

O modelo fenomenológico exige uma metodologia diferenciada dos modelos anteriores, pois como disciplina do currículo, precisa estar compreendida a concepção de escola que estará desenvolvendo o conteúdo tornando “clara a proposta de aluno que interagirá por meio do itinerário metodológico”. O Ensino Religioso torna-se elemento de formação que “favorece o desenvolvimento integral do educando, a educação de pessoas capazes de fazer coisas novas, não apenas repetir o que outras gerações já produziram e a formação do indivíduo crítico”. (JUNQUEIRA, 2000. p.89)

É a partir desta compreensão que se devem situar tanto o retorno ao sagrado, quanto a perspectiva de um novo modelo de Ensino Religioso.

O Ensino Religioso como parte obrigatória dos currículos nacionais como área de conhecimento refere-se às noções e conceitos essenciais sobre fenômenos, processos, sistemas e operações que contribuem para a constituição de saberes, conhecimentos, valores e práticas sociais indispensáveis ao exercício a uma vida de cidadania plena (JUNQUEIRA, 2002, p.21).

Por isso, o aspecto religioso não pode ser visto como algo isolado da vida cotidiana de um povo ou de uma pessoa, mas integrado com os demais aspectos culturais e vivenciais daquele mesmo povo ou daquela pessoa. Tanto na esfera da existência quanto na das culturas, os diferentes sistemas de valores e significados não estão isolados, mas em relação com o todo cultural do qual são partes integrantes.

Aprofundando ainda o Ensino Religioso como área de conhecimento Oliveira et al (2008) faz a seguinte afirmação:

O ensino religioso é uma área de conhecimento. Como tal, há que se levar em conta o fato desse conhecimento ser contextualizado lingüística e culturalmente. Os sujeitos envolvidos diretamente nesse conhecimento são influenciados pela cultura à qual pertencem desde a infância. Além disso, no contexto nacional brasileiro, há que se levar em consideração o referencial indígena, africano, asiático e europeu-cristão que historicamente formou a nação brasileira (OLIVEIRA et al, 2008, p. 37).

3.2. A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO: UM EXERCÍCIO – OS ARTIGOS EM PERIÓDICOS.

As novas descobertas e invenções criaram uma grande revolução em todas as épocas, pois interferiram nos padrões de comportamento e ao acesso do conhecimento nas sociedades, entre estas criações encontra-se a imprensa, pois provocou radicais mudanças na cultura permitindo que o conhecimento chegasse de forma mais ampla ao público, precisamos destacar a Revolução industrial, pois representou a evolução do mercado e o desenvolvimento da ciência e tecnologia. Consequentemente não é suficiente produzir o conhecimento, é fundamental a sua difusão enriquecendo as diferentes áreas de conhecimento, para tal é significativo articulação da pesquisa com o tornar público os resultados (VALÉRIO; PINHEIRO, 2008, p.159).

À medida que a pesquisa é organizada surge a necessidade de criar as estratégias de publicizar os trabalhos, neste cenário encontram-se a elaboração e divulgação de artigos científicos em periódicos. A comunicação científica é essencial dentro da ciência, pois enquanto a pesquisa não for analisada pelos pares não será certificada, esta divulgação poderá ser formal ou informal. Entre os processos de sistematização encontra-se a publicação em periódicos científicos que são revistas especializadas voltadas para discussão universitária e institutos de pesquisa, especialmente para proporcionar à comunidade científica um canal formal de comunicação e disseminação da produção técnico-científica nacional, por meio da publicação de artigos originais que sejam resultados de pesquisas tecno-científica e que contribuam para o avanço do conhecimento.

O periódico científico ou revista científica, denominação cada vez mais aceita para designar as publicações produzidas em intervalos regulares e constituídas graças à contribuição de artigos, como um dos produtos da ciência que tem tido maior aceitação como registro da produção científica. O reconhecimento pela comunidade científica exige do pesquisador a publicação de suas pesquisas e, para esse fim, cada vez mais se impõe a busca pelas revistas mais bem avaliadas pelos órgãos reguladores e indexadores, para então ocorrer a submissão do artigo. É certo, porém, que quanto melhor a avaliação da revista, maior é o interesse dos mais renomados pesquisadores nela publicarem (MULLER, 1994, p. 309).

O que dificulta consequentemente, a participação de novos autores nessas publicações, principalmente dada à quantidade reduzida de artigos publicados em cada edição.

Do outro lado do processo da comunicação científica, pode-se identificar o papel desempenhado pelo editor-chefe da revista, o responsável pelo recebimento das submissões dos pesquisadores, escolha e envio a pareceristas da área para avaliação (blind review) e finalmente para decidir o que pode ser publicado e em qual edição (BUFREM et al, 2010, p.p 125-126).

O conhecimento incorporado pela literatura científica, por meio dos periódicos científicos, é também disponibilizado nas redes eletrônicas. Versões eletrônicas dos periódicos científicos impressos, bem como periódicos científicos exclusivamente eletrônicos, são cada vez mais comuns na grande rede, cópias fiéis, espelhos ou não, do formato em papel, proporcionando o aumento da visibilidade da ciência e ampliando a audiência.

O mundo acadêmico e o conhecimento científico legitimado pelo sistema formal de comunicação da ciência, cuja expressão máxima é o periódico científico, passam a conviver com uma forma de comunicação e informação diferente que extrapola o convencional, rompendo fronteiras “re-conhecidas”, ampliando a audiência e alcançando outros públicos, atingindo a audiência da alçada da divulgação científica, fazendo uma grande interseção com públicos não especializados. A interação da divulgação científica com a comunicação referente à pesquisa sobre o processo de comunicação científica de comunidades científicas brasileiras em redes eletrônicas, da qual os autores participaram. Especificamente, a pesquisa visou a verificar a função e a importância dos diversos recursos eletrônicos na comunicação científica em rede, na sua interdependência e relação com canais de comunicação formais e informais, tradicionais e convencionais. Entre os resultados, foi visto: Um dos primeiros fenômenos observados, decorrente da Internet, foi à aproximação entre comunicação científica (de cientistas para cientistas) e divulgação científica.

O advento da revista científica data do século XVII, com o surgimento do Journal des Sçavants, fundado pelo francês Denis de Sallo. A comunicação de novas descobertas científicas era realizada anteriormente por um grupo restrito de pesquisadores que trocavam cartas para divulgar suas idéias ou esporadicamente se reuniam para trocar conhecimento.

O cerne da concretização da revolução científica ficou evidenciado com a invenção da imprensa no século XV, fato que exerceu importante papel na difusão do conhecimento científico. Tanto o periódico científico quanto o artigo representam uma das inovações mais características e

notáveis da revolução científica. Enquanto no Brasil temos o registro do Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia (1827) idealizado por Xavier Sigaud, médico francês radicado no Brasil, temos ainda a Gazeta Médica (Rio de Janeiro – 1862) e a Gazeta Médica (Salvador – 1866). Mas, foi somente no século XX que este tipo de publicação assumiu uma maior proporção e qualificação nos diferentes países (BUFREM et al, 2010, 126 ss.).

O periódico científico demonstra sua importância quando nos remete a autoridade do que é escrever e do grande valor que este ato representa, pois a linguagem escrita é uma das conquistas mais relevantes da humanidade, ela passa a ter importância quando é descoberta e reconhecida como uma forma de comunicação. A explicitação permite que a informação seja socializada. Assim, ao serem publicadas, as revistas cumprem práticas de um itinerário consagrado, definido pelas relações presentes no âmbito da sua área de atuação, de modo a assegurar, tanto seu retorno econômico quanto simbólico, pois o contexto comporta a existência de grupos em formação e até em competição, ocupantes de diversas posições no que se considera um campo da produção cultural todos em busca da legitimidade atribuída pelas instâncias de consagração.

A partir da década de 1950, um grande número de periódicos científicos começou a surgir principalmente nos Estados Unidos e Europa, contribuindo para o rápido crescimento das inovações. Nessa mesma época, Eugene Garfield, cujo primeiro trabalho data de 1955, demonstrou preocupação em identificar, entre a grande quantidade de títulos existentes, quais seriam os mais importantes para cada área, o que ele chamou de literatura nuclear, para estabelecer pelo fator de impacto, o núcleo básico de publicações relevantes na área. Em 1972, o Journal Citation Report (JCR) começou a utilizar índices bibliométricos que geravam o fator de impacto. A utilização desse indicador é considerada uma importante ferramenta para avaliação das publicações, especialmente se utilizada na comparação entre títulos de uma mesma área do conhecimento.

A partir da década de 1960, estudos apontam a preocupação com a avaliação de revistas científicas e técnicas, sinalizando a necessidade de se definirem parâmetros mensuráveis, capazes de refletir a qualidade da informação registrada. Ainda na visão desses autores, várias críticas vêm sendo formuladas, em âmbito internacional, quanto à publicação de revistas sem critérios de qualidade e para as quais vêm se perdendo esforços, material publicado, recursos financeiros e até prestígio de organizações científicas ou instituições. Aferir ou mensurar qualidade

não é um processo fácil, todavia, quando se trata de revista científica, a avaliação é realizada por um conjunto de aspectos relacionados que atendem ao cumprimento das normas estabelecidas pela própria revista, pelo corpo editorial (distribuição geográfica e competência de seus membros), pelo processo de revisão por pares (revisores ou pareceristas e fluxo de revisão), pelo conteúdo e mérito científico (originalidade, relevância e validade), pela regularidade e frequência de publicação, pela aceitação da comunidade científica (distribuição geográfica e citações). Em geral, esses critérios são analisados por bases de dados e por agências de fomento à pesquisa que são os principais responsáveis pelo controle, medição e análise da produção científica. Os motivos pelos quais um editor busca que a revista seja indexada em base de dados estão geralmente ligados à oportunidade de aumento de sua visibilidade e disseminação nacional e/ou internacional.

No Brasil, existe o conjunto de avaliação de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, o órgão disponibiliza uma lista com a classificação das revistas publicadas pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção, instituída no ano de 1998, com a finalidade de qualificar os periódicos científicos existentes nas áreas (CAPES). Em 2007, o processo de avaliação sofreu modificações e a nova estratificação (CAPES) passou a ser avaliada. A modificação na maneira de avaliação pela CAPES - o sistema de avaliação denominado Qualis - causou grande impacto na comunidade científica, e para a maioria dos periódicos científicos o momento é de reestruturação.

A avaliação de um periódico contribui igualmente para o comportamento da literatura nas áreas específicas, o que pode ser observado em estudos de autoria e citações. Além disso, a realidade no Brasil aponta para outros fatores que na maioria das vezes não são considerados para avaliação da produção científica das áreas, prejudicando exponencialmente a avaliação e o reconhecimento do periódico científico na comunidade. Entre os critérios de avaliação encontramos os seguintes critérios: corpo editorial; indexação em bases de dados; circulação nacional e /ou internacional; colaboração de consultores nacional/estrangeiros; permuta regular com publicações nacional/estrangeiras; veiculação virtual; periodicidade regular; artigos em idiomas de grande penetração na comunidade acadêmica; projeto gráfico de qualidade (BUFREM et al, 2010, 127 ss).

Nestes periódicos encontramos fundamentalmente três tipos: artigo científico são resultados de pesquisa, discute ideias, métodos, técnicas relatos de experiência, estudos de caso etc.; artigo original relata trabalhos originais completos que envolvem abordagens teórico-práticas referentes a pesquisas, indicando resultados conclusivos e significativos; artigo de revisão constitui um relato sobre o conhecimento disponível de determinado tema, mediante análise e interpretação da produção científica existente de informações já publicadas.

Os artigos científicos, publicados nos periódicos científicos, além de oferecerem um meio para a preservação do conhecimento neles registrado, servem a pelo menos mais três propósitos: a comunicação entre cientistas, a divulgação de resultados de pesquisa e dos estudos acadêmicos, e o estabelecimento da prioridade científica. Dessas funções, apenas na última citada é considerado como o único meio, gozando, até agora, de consenso na comunidade científica e acadêmica. Nas demais funções, o artigo publicado não é a única nem a primeira vez em que os resultados são divulgados, nem é o principal meio de comunicação entre os cientistas. Entre o início da pesquisa e a publicação de seus resultados em um artigo, há várias instâncias de comunicação e divulgação, em diversos níveis de abrangência e formalidade. O conhecimento dessas atividades de comunicação e divulgação que precedem a publicação do artigo é importante para o estudo dos periódicos e das literaturas científicas em geral.

Neste contexto para destacar a importância do artigo numa revista científica Laville e Dionne (1999) fazem a seguinte alusão:

Nas revistas científicas, o artigo é provavelmente o meio por excelência para comunicação da pesquisa. É nas revistas que se vê melhor e mais rapidamente a ciência que se faz; é nelas que a comunidade pode avaliar a justa medida da pesquisa, pois o pesquisador precisa dizer o essencial, e com concisão, pois as páginas são limitadas. Problemas, problemática, método, tipos de dados considerados, conclusões tiradas e suas incidências sobre o saber em evolução são expostos no artigo com precisão. Isso é nele exposto, sem que seja necessário reproduzir os dados em pormenor, nem elaborar longamente sobre os instrumentos utilizados para colhê-los e os tratamentos particulares que receberam, pois os leitores dos artigos, desde que tenham um pouco de experiência em pesquisa, habitualmente sabem a que se remeter (LAVILLE, DIONNE, 1999, p.247).

Para definir tecnicamente um artigo científico NBR (2003) conceitua como: “Artigo científico é parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e

discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas de conhecimento” (NBR 6022, 2003, p.2)

Mas a melhor definição para o termo artigo científico, é a de que este é um texto científico, daí o nome, por vezes acadêmico, mas que tem a função de relatar uma gama de resultados imbuídos de originalidade, encontrados a partir de uma pesquisa.

O artigo científico é apresentado segundo a linguagem e método próprios de uma área de ciência e, de modo geral, com uma estrutura lógica de argumentação, apresentando inicialmente o problema ou objetivo da investigação, o conjunto de hipóteses, as possíveis soluções do problema ou modos de se atingir o objetivo, uma descrição dos métodos e técnicas, utilizados, uma análise dos resultados obtidos, uma conclusão que aponta qual hipótese foi verificada experimentalmente.

Assim, um artigo científico pode ser conceituado como

um estudo realizado de maneira resumida sobre uma questão que se fundamenta em alguma natureza científica. Define-se então como um relatório escrito e publicado que descreve resultados originais de uma pesquisa. É a publicação válida por excelência e todas as revistas científicas têm uma seção ampla dedicada a publicar artigos originais. Pois de fato, os artigos publicados nos periódicos científicos servem ao menos a três propósitos: a comunicação entre cientistas, a divulgação de resultados de pesquisa e dos estudos acadêmicos, e o estabelecimento da prioridade científica (MULLER, 1994, p. 309).

O artigo científico relata informações e resultados de uma pesquisa de maneira clara e concisa. Sua característica principal é ser publicado em periódicos científicos. É histórico o fato de que o conceito deste já é praticamente o mesmo desde o século XVIII, a partir da evolução científica ocorrida na época, a necessidade de destacar resultados de uma determinada pesquisa, o desenvolvimento das editoras especializadas, entre outros aspectos, mas o principal era a demanda por pesquisa que estava presente.

Um elemento sobre os periódicos é o seu registro, embora não seja obrigatório é um parâmetro para o controle de qualidade de revistas científicas, assim como um critério de indexação em base de dados nacionais e internacionais, este registro é o ISSN - Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas (International Standard Serial Number) é o identificador aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, tornando-o único e definitivo. Seu uso é definido pela norma técnica internacional da

International Standards Organization ISO 3297. O ISSN é operacionalizado por uma rede internacional, e no Brasil o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT atua como Centro Nacional dessa rede. (IBICT, 2011)

A qualidade dos periódicos é sem dúvida consequência do resultado dos artigos publicados, como ressalta a sua especificidade. Severino (2007) argumenta a respeito do artigo científico que

[...] destinado a serem publicados em revistas e periódicos científicos, esta modalidade de trabalho tem por finalidade registrar e divulgar, para público especializado, resultados de novos estudos e pesquisas sobre aspectos ainda não devidamente explorados ou expressando novos esclarecimentos sobre questões em discussão no meio científico (SEVERINO, 2007, p.208).

Escrever artigos científicos é importante, pois permite: a) expor aspectos novos por nós descobertos, mediante o estudo e a pesquisa, a respeito de uma questão, ou de aspectos que julgamos terem sido tratados apenas superficialmente, ou soluções novas para questões conhecidas; b) expor de uma maneira nova questão já antiga; c) anunciar resultados de uma pesquisa, que será exposta futuramente em livro; d) desenvolver aspectos secundários de uma questão que não tiveram o devido tratamento em livro que foi editado ou que será editado; e) abordar assuntos controvertidos para os quais não houve tempo de preparar um livro.

O artigo é um meio de atualização de informações e por isso, enquanto fonte de pesquisa, jamais pode ser ignorada por alunos e professores no processo de busca e aquisição de conhecimentos.

O artigo científico é o grande responsável pela divulgação nos eventos e podemos definir artigo científico como um texto escrito para ser publicado, com o objetivo de comunicar os dados de uma pesquisa. Segundo Santos (1999),

são geralmente utilizados como publicações em revistas especializadas, seja para divulgar conhecimentos, seja para comunicar resultados ou novidades a respeito de um assunto, como ainda, para constatar, refutar ou apresentar outras soluções de uma situação controvertida (SANTOS, 1999, p. 41).

Lakatos e Marconi (2001) ressaltam outro aspecto importante dos artigos:

Concluído um trabalho de pesquisa – documental, bibliográfico ou de campo – para que os resultados sejam conhecidos, faz-se necessário sua publicação. Esse tipo de trabalho proporciona não só a ampliação de

conhecimentos como também a compreensão de certas questões. Os artigos científicos, por serem completos, permitem ao leitor, mediante a descrição da metodologia empregada, do processamento utilizado e resultados obtidos, repetir a experiência (LAKATOS E MARSONI 2001, p. 259).

Noronha (2000) reconhece que na divulgação do conhecimento em meios formais, os periódicos científicos têm reconhecido valor pela rapidez e eficiência na comunicação de resultados. Entretanto, há que se ressaltar também o papel desempenhado por outros tipos de documentos como no caso das dissertações e teses – produtos finais dos cursos de pós-graduação.

Como há diversidade no que seja o método em cada área da ciência, a forma do artigo científico pode variar em sua apresentação, não existindo em sua estrutura única que assegure, por si mesma, a cientificidade de um artigo ou texto que pretenda ser científico.

Diante dessa impossibilidade de uma construção textual objetivamente científica, há a necessidade do exame de um artigo pela comunidade científica, pois a ciência é uma forma de conhecimento de caráter público, cuja validade só se estabelece após o debate em torno dos resultados e do caminho percorrido – o método – que conduziu a sua construção.

O papel do artigo científico fundamentalmente é derivado do próprio gênero do mesmo. Conforme a regra, podemos dividi-lo fundamentalmente em três gêneros:

- Artigos de revisão bibliográfica: são elaborados a partir da análise de referenciais teóricos ou fontes bibliográficas. Sua função é ampliar o entendimento sobre o tema a partir, da síntese e da estruturação conceitual.

- Artigos originais: seu papel é destacar os resultados de uma pesquisa prática realizada pelo autor ou pelo grupo de trabalho, apesar de também se apoiarem em fontes bibliográficas. Porém, as diferenças estão na metodologia de elaboração, que foge do universo da leitura para a vida prática real.

- Artigos de divulgação: servem para comunicar ao público alvo que seja do interesse do autor.

Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2003) os artigos são classificados em dois tipos: original e revisão. O artigo original “parte de uma publicação que apresenta temas ou abordagens originais [...] (relatos de experiência de pesquisa, estudo de caso, etc.)”. O artigo de revisão “parte de uma publicação que resume, analisa e discute informações já publicadas.

A partir dessas diferenças conceituais, pode-se ter uma ideia da complexidade do trabalho exigido, de modo que, desta forma um artigo científico pode não ser mais simples ou fácil que uma monografia ou um TCC sobre o mesmo tema.

Para Lakatos e Marconi (2001) os, artigos científicos têm as seguintes características:

- não constituem em matéria de um livro;
- são publicados em revistas ou periódicos especializados;
- permitem ao leitor, por serem completos, repetir a experiência.

A estrutura de artigos publicados em periódicos científicos está denominada na norma NBR 6022/2003, criada para especificar a apresentação de Artigos em publicação periódica científica impressa, cuja atualização foi realizada em Maio de 2003. Esta estrutura é constituída de três partes:

- a) pré-textuais [título, nome(s) do(s) autor(es), resumo da língua do texto e as palavras-chave na língua do texto, resumo e palavras chave em língua estrangeira].
- b) textuais [introdução, desenvolvimento e conclusão];
- c) pós-textuais [título em língua estrangeira (se houver), nota(s) explicativa(s), referências, glossário, apêndice(s), anexo(s)].

Considerando que a apresentação de um artigo científico não inclui capa, folha de rosto e sumário, a primeira folha inicia com o próprio título. Assim nas páginas a seguir, serão descritas as orientações gerais de apresentação e formatação do próprio modelo.

Título:	Correspondendo ao conteúdo, deve ser conciso, todo em letras maiúsculas e em negrito. Se houver subtítulo, após dois pontos, este virá em letras minúsculas e sem o negrito.
Autoria:	Alinhado à direita deve vir, em itálico, o nome do autor, com inserção de asterisco indicativo de nota de rodapé com a sua qualificação acadêmico-profissional no pé da página (para que essa nota de rodapé apareça você deve clicar em exibir, cabeçalho e rodapé, rodapé direito e, na caixa, escreve-se a titulação e status profissional do autor).
Resumo Técnico:	Tem a finalidade de informar ao leitor o teor do artigo. Começa informando qual é a natureza do trabalho, o objeto de estudo, os objetivos visados, as teorias em que se apoiou o autor, onde e como os dados foram coletados e se

	os objetivos foram alcançados. Tudo isto deve ser feito em um único parágrafo, sem entrada na primeira linha, contendo entre 200 e 250 palavras.
Palavras-chave:	São palavras (chamadas de unitermos temáticos ou descritores) que caracterizam de forma precisa o conteúdo do trabalho, separadas por ponto e vírgula e ponto final. Ex. Palavras-chave: Formação do Professor; PROFORMAR-UE; Curso Normal Superior.
O corpo do artigo:	O artigo científico solicitado para os convidados que participarão da coletânea pode ser classificado como um Artigo Científico de Relato de Experiência Docente e, assim sendo, deve: iniciar com apresentação do tema e dos objetivos do artigo; em seguida passar a expor os fatos na ordem cronológica descendente ou ascendente; recorrer a dados e se os apresentar, analisá-los e, com base neles, concluir.
Nos artigos científicos:	Os agradecimentos por apoios financeiros para a pesquisa; a pessoas que contribuíram com dados ou informações e observações críticas, revisões, vêm depois das conclusões.
As Referências:	Devem ser feitas de acordo com as normas da ABNT. Devem ser referenciadas todas as obras que são citadas no corpo do trabalho direta ou indiretamente. Por obras entende-se: livros, artigos de revista científicas e demais periódicos impressos, artigos, depoimentos de pessoas, anotações de aula ou outras informações retirados de publicações eletrônicas, sítios eletrônicos com legislação, de DVDs, CDs ou qualquer outro suporte que contenha informação.
Anexos:	Nesta parte pós-textual colocam-se documentos importantes que não devem constar do corpo do texto (quadros, tabelas, mapas, fotos, etc.).

Quadro 1

Orientações gerais de apresentação e formatação de um artigo científico

Referindo-se da evolução do conceito de artigos de pesquisa, e apesar da aparente novidade, a importância dos artigos científicos para produção científico-acadêmica já tem alguns séculos de história. Esta forma textual foi uma das principais maneiras de perpetuação e divulgação em muitas disciplinas de pesquisa, mantendo uma forma mais ou menos estável há muito tempo. Os artigos científicos encontram nos eventos acadêmicos o espaço de exposição. Em áreas com uma tradição e com sociedade científicas já consolidadas, é facilmente compreendido o rigor e a qualidade dos trabalhos apresentados. No que se refere ao Ensino Religioso, uma área em que as pesquisas são recentes e naturalmente a sua divulgação e o seu rigor de análise ainda se encontram sendo estabelecidos, torna-

se necessário inicialmente contextualizar o cenário dos eventos para identificarmos as referidas produções.

Deste modo, o artigo científico, ao tornar público e aberto ao debate o conhecimento elaborado em pesquisa, é um meio fundamental para a divulgação e desenvolvimento da ciência.

3.3. A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO NO ENSINO RELIGIOSO.

Historicamente o primeiro registro que temos sobre publicação de textos sobre o Ensino Religioso foi promovido pelo Secretariado Nacional de Ensino da Religião contava com o apoio das escolas e com da Associação de Educação Católica (1945), a este secretariado cabiam as seguintes funções: campanhas eficientes que visassem à catequese como base de todo apostolado, sobretudo no que se referia à grande ignorância religiosa em que o país se encontrava. Por isso ocorreram esforços conjugados no aprimoramento da catequese, para que houvesse claro conhecimento dos objetivos da formação religiosa, do catecúmeno e dos métodos catequéticos, inclusive sobre o material a ser utilizado; para tal seria estabelecido um texto único de religião que fosse prudente e seguro, além da manutenção e aprimoramento da Revista Catequética, ocorreu nas décadas de quarenta e cinquenta (CNBB, 1952).

Posteriormente não foram encontrados registros de artigos sobre o Ensino Religioso, até a década de setenta quando a Revista de Catequese criada em 1977 (n. 0), Editora Salesiana (SP) passou a publicar artigos, notícias, experiências sobre este componente curricular que com a Lei 5692 (1971) iniciava um novo percurso e orientação para a disciplina. O primeiro Conselho Editorial era composto por: Bernadette Mello, Hilário Moser, Hilário Passero, Luiz Colussi, Maria Stella Sanches Coelho, Mário Bonatti, Raimundo José A. Soares, Ralfy Mendes de Oliveira (Coordenador) e Wolfgang Gruen. A partir de 1995 foi reduzido significativamente a temática do Ensino Religioso na Revista de Catequese, sendo a temática de fato assumida pela “Diálogo” (JUNQUEIRA, 2000, 187). Entre 1978 a 1999 estes foram os textos publicados pela Revista de Catequese sobre o Ensino Religioso, tornaram-se como que únicas fontes para os pesquisadores desta área do conhecimento:

Período	Título	Autor
Ano 01 – n.03 - 1978	Ensino Religioso em Mato Grosso	Redação
Ano 02 – n. 05 –	Aspectos Legais do Ensino Religioso na	Wolfgang Gruen

1979	Escola	
Ano 03 – n. 09 1980	Encontro de Professores	Diocese de Presidente Prudente (SP)
Ano 04 n. 14 - 1981	Roteiro para o Ensino Religioso	Maria José Dias Brosch
Ano 05 – n. 18 – 1982	Catequese e Ensino Religioso	Diocese de Itabira/Cel Fabriciano
Ano 05 – n. 18 – 1982	O Ensino Religioso em Classes de 5º e 8ª séries	Arquidiocese de São Paulo
Ano 06 – n. 22 1983	Ensino Religioso nas escolas	Pia Clara
Ano 06 – n.24 - 1983	Coordenação do Ensino Religioso	Raimundo Ricardo Sobrinho
Ano 07 – n.26 - 1984	Ensino Religioso no Estado do Mato Grosso do Sul	Redação
Ano 07 – n.28 - 1984	Problemas do professor do ensino religioso	Wolfgang Gruen
Ano 07 – n.26 - 1984	O Ensino Religioso e a confessionalidade	Luiz Alves de Lima
Ano 07 – n.26 - 1984	Diferença entre catequese nas comunidades e Ensino Religioso	José Geeurickx
Ano 07 – n.26 - 1984	Ensino Religioso – a escola – o currículo	Maria Leônida Fávero
Ano 07 – n.26 - 1984	O 4º Encontro Nacional sobre Ensino Religioso	Israel José Nery
Ano 08 – n.29 - 1985	Ensino Religioso escolar	Ivo Lorscheiter
Ano 08 – n.30 - 1985	III Seminário Nacional de Educação e Ensino Religioso de Deficientes Auditivos	CNBB
Ano 08 – n.30 - 1985	Experiência de Ensino Religioso	Equipe de Coordenação de Belém (PA)
Ano 09 – n.33 – 1986	Grupo de Reflexão sobre Ensino Religioso Escolar (GREER)	CNBB
Ano 09 – n.34 – 1986	2ª. Reunião do Grupo de Reflexão sobre Ensino Religioso Escolar (GREER)	CNBB
Ano 09 – n.36 – 1986	Encontro de coordenadores de ensino religioso	Diocese de Santa Cruz do Sul
Ano 10 – n.40 – 1987	6º Encontro Nacional de Coordenadores Estaduais de Ensino Religioso nas escolas públicas	CNBB
Ano 11 – n. 42 – 1988	Ensino Religioso no Brasil	Vital Wilderink
Ano 11 – n. 43 – 1988	IV Seminário de Educação e Ensino Religioso aos deficientes Auditivos	Salvador Stragapede
Ano 11 – n. 44 – 1988	A natureza do Ensino Religioso, à luz de uma aula	Wolfgang Gruen
Ano 11 – n. 44 – 1988	Ensino Religioso escolar, um desafio sempre presente	Marcos Sandrini
Ano 11 – n. 44 – 1988	O Ensino Religioso nas escolas públicas	Vital Wilderink
Ano 11 – n. 44 – 1988	Nota do Conselho Permanente sobre o ER	CNBB
Ano 12 – n. 47 – 1989	O Ensino Religioso no estado do Rio de Janeiro	Sonia Nikitiuk
Ano 12 – n. 47 – 1989	O Ensino Religioso, um desafio que continua	Vital Wilderink
Ano 12 – n. 47 – 1989	Apoio ao Ensino Religioso	Ivo Lorscheiter
Ano 12 – n. 47 – 1989	Aspectos do Ensino Religioso escolar	Alberto Ramos
Ano 13 – n. 52 – 1990	Estatuto Pastoral do ensino religioso escolar	Francisco Catão
Ano 13 – n. 52 – 1990	8º Encontro Nacional do Ensino Religioso	CNBB
Ano 13 – n. 52 –	Encontro de Professores de Ensino	Redação

1990	Religioso	
Ano 13 – n. 52 – 1990	Primeiro Congresso de Professores de Ensino Religioso da Diocese de Assis	Diocese de Assis
Ano 14 – n. 54 – 1991	Grupo Nacional de Reflexão de Ensino Religioso	CNBB
Ano 14 – n. 54 – 1991	Seminário sobre Ensino Religioso Escolar	Redação
Ano 14 – n. 55 – 1991	A caminhada do Ensino Religioso e da Pastoral Bíblica	CNBB
Ano 14 – n. 56 – 1991	A linguagem do ensino religioso	Francisco Catão
Ano 14 – n. 56 – 1991	Ensino Religioso escolar e pluralismo religioso	Francisco Catão
Ano 14 – n. 56 – 1991	A educação Religiosa em Santa Catarina: 20 ano do CIER	CIER
Ano 15 – n. 58 – 1992	Ensino Religioso no contexto da escola pública	Vital Wilderink
Ano 15 – n. 59 – 1992	Seminário sobre Ensino Religioso Escolar – Regional Sul	CNBB
Ano 16 – n. 61 – 1993	9º Encontro nacional de Ensino Religioso	CNBB
Ano 18 – n. 72 – 1995	25 anos do Conselho de Igrejas para a Educação Religiosa – CIER	CIER
Ano 18 – n. 72 – 1995	Reunião do Grupo de Reflexão do Ensino Religioso – GREER	CNBB
Ano 19 – n. 73 – 1996	Carta do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso	FONAPER
Ano 19 – n. 74 – 1996	Curso de Ensino religioso escolar	Redação
Ano 19 – n. 74 – 1996	O ensino Religioso Escolar em debate	Setor de Educação da CNBB
Ano 22 – n. 87 – 1999	A Educação Religiosa: um grande desafio nos dias de hoje	Francisco Catão

Quadro 2
Artigos da Revista Diálogo

Paralelamente ao trabalho de divulgação dos primeiros exercícios de teorização do Ensino Religioso da “Revista de Catequese”, outro espaço de publicação que antecipou a leitura pedagógica do Ensino Religioso foi a Revista de Educação da AEC, estes foram os artigos localizados entre a origem da Revista 1978 e 1994:

Período	Título	Autor
Ano 01 – n. 01 – 1978	O objetivo específico da instrução religiosa nas escolas	M. Gurgel
Ano 18 – n. 72 – 1989	Interdisciplinaridade a partir do ensino religioso	Carlos Henrique Carrilho Crus
Ano 22 – n. 88 – 1993	O ensino Religioso escolar no Brasil, no contexto da história e das leis	José Israel Ney
Ano 22 – n. 88 – 1993	Projeto Educativo e ensino religioso na escola	Elí Benincá e Equipe de Suporte
Ano 22 – n. 88 – 1993	Pensando nos conteúdos do ensino religioso	Teresinha Motti Lima da Cruz

Ano 22 – n. 88 – 1993	Metodologia do ensino Religioso: novas perspectivas	Rosamaria Calaes de Andrade
Ano 22 – n. 88 – 1993	O Ensino religioso na escola deve ser confessional? Interconfessional? Interreligioso?	João Barros – Guy Jorge Ruffier – Lurdes Caron
Ano 22 – n. 88 – 1993	ASSINTEC – 20 anos de Ensino Religioso Interconfessional	Iris Mathilde Boff Serbena

Quadro 3
Artigos da Revista AEC de Educação

Em 1995 com a criação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER) é proposto uma leitura do Ensino Religioso a partir da escola, é confirmado com alteração do artigo 33 da LDB em 1997, esta confirmação ocorre em 2010 com a homologação da nova versão das Diretrizes do Ensino Fundamental que considera este componente curricular como uma área do conhecimento. A partir de uma nova configuração do Ensino Religioso com perspectiva pedagógica e concebida como área de conhecimento, ampliaram as pesquisas junto aos programas de pós-graduação, com a elaboração de dissertações e teses iniciaram as produções acadêmicas a partir deste conhecimento produzido e divulgado por meio de artigos em periódicos científicos.

Neste contexto é organizada a primeira revista específica sobre o Ensino Religioso, ela não possui o perfil de uma revista científica, pois a intencionalidade é contribuir na formação de professores desta área – REVISTA DIÁLOGO das edições Paulinas. A história desta revista confunde-se com o estabelecimento de uma nova configuração para este componente curricular, foi quando o bispo responsável pelo Setor da Educação da CNBB, D. Aloysio Penna, procurou viabilizar a proposta de uma revista de apoio ao Ensino Religioso, por meio das Edições Paulinas. Assim foi criada a primeira revista de fato para esta disciplina: Revista “Diálogo (outubro 1995)”. Ocorre num contexto de reflexão e preocupação com a formação de professores, sobretudo por solicitação de diversos professores do Ensino Religioso, no X Encontro Nacional de Ensino Religioso - ENER (Fortaleza, agosto 1994), manifestou-se a urgência desta iniciativa que já fora apresentada em encontros anteriores, para o apoio aos docentes tanto de escolas públicas como privadas (JUNQUEIRA, 2000, p.185). A revista “Diálogo” caracteriza-se por ser monotemática, ou seja, aborda um tema sob vários aspectos, quatro números ao ano, os primeiros números publicados: Ensino Religioso no Brasil (0/1995); Ensino Religioso e direitos humanos (1/1996); Matriz cultural religiosa brasileira (2/1996);

Cristianismo no Brasil (3/1996); Ética e educação (4/1996); Violência e convivência humana (5/1997); Violência e as religiões (6/1997); Deus e a violência (7/1997); Ética e violência (8/ 1997); Educação em tempos globais (9/1998); Religiões e educação (10/ 1998); Ensino Religioso: experiências pedagógicas (11/ 1998); Educação e o mundo do trabalho (12/1998); Como falar de Deus (13/1998); Experiência religiosa e transcendência (14/1999); Música na educação (15/1999); Ecumenismo (16/1999). A revista encontra-se em sua terceira editoria, a primeira foi Luzia Sena (1995-2005), seguida Maria Inês Carniatto (2006-2010) e Roseane Barbosa (2010 -...).

Além das revistas sobre o Ensino Religioso tivemos a publicação de Boletins e Jornal para professores deste componente curricular, o primeiro registro é o Boletim ENTRE NÓS (Notícias – Experiências – Reflexões), criado em 1990 (ago/set) pela Editora FTD (São Paulo/SP) com objetivo de criar um canal de comunicação, mediado pelo Departamento de Educação Religiosa da Editora FTD, mas que relacione professores com professores, mediante intercâmbio de notícias sobre o Ensino Religioso Escolar (ERE), assim como a partilha de experiências concretas nesse terreno, aprofundamento da reflexão sobre os principais componentes da área, foi previsto para ser bimestralmente, ou seja, ser publicado e distribuído pela editora nas instituições escolares quatro vezes ao ano, com quinze páginas por número. O último boletim registrado é de 1999 (mar/abr), após este não foi localizado novas publicações. Em 1992 as edições paulinas lançou o LER (Laboratório de Ensino Religioso) iniciado em março/abril, o projeto teve seu início no primeiro semestre deste ano com reuniões de professores para discutir este componente curricular, último registrado é de abril de 1993 (n. 07).

Em 2007 o Pontifício Instituto Missões Exterior (PIME) lançou o Jornal “O Transcendente” (mar/abr) com sede em Florianópolis (SC) segundo o editor a intenção é abordar o fenômeno religioso e os diversos elementos das religiosidades, em consonância com a legislação em vigor, por meio de textos, discussões, conteúdos formativos, entrevistas, dinâmicas, jogos e outras sugestões práticas que auxiliem na preparação e no desenvolvimento das aulas de ensino religioso e na formação do professor, são publicados quatro números por ano.

Foram criados dois boletins on line, inicialmente o GPERNEWS (www.gper.com.br) o primeiro publicado em 2005 (24/03), inicialmente uma publicação quinzenal, mas em 2006 semanalmente com a preocupação de apoiar o

trabalho dos professores e a divulgação de pesquisas. Entre 2005 a 2010 foram publicados 282 boletins, com um total de 3157 assinantes. O segundo boletim online foi criado em 2011 pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso, não existe uma periodicidade e a sua proposição é divulgar as novidades do site (www.fonaper.com.br). Desta forma lentamente os diferentes periódicos são construídos para tornar conhecidas as pesquisas e ações pedagógicas sobre o Ensino Religioso, assim como na primeira década do século XXI com ampliação de dissertações e teses nos diferentes programas de Pós-Graduação, criação de grupos de pesquisa, enfim a inserção do Ensino Religioso como objeto de pesquisa. Percebe-se divulgação de artigos científicos em periódicos com perfil científico no Brasil, alterando o quadro que ocorreu ao longo de todo o século XX.

4. ANÁLISE DOS ARTIGOS DE ENSINO RELIGIOSO

Foram analisados 124 artigos localizados sobre o Ensino Religioso em periódicos científicos, no período de 1995 a 2010. Inicialmente será discutida a questão da metodologia utilizada na análise da pesquisa, dividida em três momentos. Na sequência será abordada a quantificação dos artigos nos periódicos científicos, prosseguindo com uma análise sobre os autores, baseados em uma pesquisa a partir do currículo lattes, apresentando sua formação acadêmica, desde a graduação até a Livre-Docência, visando compreender o perfil do pesquisador da área do Ensino Religioso, assim como será traçado um perfil referente aos artigos do Ensino Religioso e a sua análise.

4.1 Metodologia

Para contribuir na constituição do Ensino Religioso como uma área, torna-se necessário aprimorar o campo da pesquisa, explicitar objetos definidos, questões claras e coesas, bem como metodologias que permitam realizar o percurso científico para esta área. Bardin enfatiza que a análise de conteúdo busca compreender mais além dos significados imediatos; conduz a uma tarefa paciente de "desocultação" do não-dito, do latente, do que permaneceu encoberto (1977, p.44).

Em vista da formação inicial e continuada dos(as) professores(as) desta área, procurar o que fundamenta cada um dos trabalhos, a lógica do procedimento adotado por estes autores, demanda um processo de elaboração de variáveis que permitam a construção de uma orientação ao trabalho, levando em conta a percepção da estrutura dos textos e de suas fontes.

Nesta perspectiva é que foi realizada a análise do mapeamento de produção registrada nos artigos apresentados nos periódicos científicos, produzidos no Brasil ao longo de quinze anos (1995-2010), visando estabelecer a identidade desta disciplina inserida no currículo escolar brasileiro. Os periódicos nos permitem a divulgação das pesquisas desta área por especialistas, especificamente quanto aos saberes do Ensino Religioso. O processo de coleta e análise de dados na presente pesquisa, conforme o referencial teórico de Bardin (1977) seguiu as seguintes etapas:

4.1.2. Pré-análise

Esta primeira fase, referindo-se à análise dos artigos, assim procedeu:

a) Quanto à escolha dos artigos a serem submetidos à análise, foram selecionados considerando os que explicitamente discutissem aspectos relativos ao Ensino Religioso e que fossem apresentados em periódicos com características acadêmicas (comissão científica, periodicidade, normas para autores).

b) Quanto à formulação dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação dos dados analisados, esta pesquisa leva em consideração as seguintes questões: “Os artigos publicados oferecem solidez para a área de conhecimento?”, “Os artigos publicados sobre o Ensino Religioso seguem o rigor necessário para a pesquisa na área?”, “Os artigos colaboram para estabelecer a identidade do Ensino Religioso, que progressivamente assume um perfil de área de conhecimento?”

c) Partindo destas questões, propôs-se como objetivo geral, analisar e mapear a produção de conhecimento do Ensino Religioso, na área de artigos apresentados em periódicos científicos, no período de 1995 a 2010, para estabelecer o seu perfil.

Quanto à pré-análise os autores Junqueira, Dissenha, Rodrigues (2010) argumentam que

Na pré-análise se organiza o material que constitui o —corpusl da pesquisa. Antes de definir qual será o corpus do trabalho, o pesquisador deve realizar a leitura flutuante; este processo ocorre quando se tem o primeiro contato com o material que será analisado. A realização da leitura leva à escolha do referencial teórico e do tema que será abordado, passando pela formulação dos objetivos, das hipóteses ou questões norteadoras de pesquisa e do problema, referenciação dos índices e a elaboração de indicadores. Nem sempre as hipóteses são estabelecidas na pré-análise, elas podem surgir, assim como as questões norteadoras, no decorrer da pesquisa. As decisões tomadas a respeito do corpus condicionam a ênfase que será dada na pesquisa (análise qualitativa). O próximo passo é a constituição do corpus, isto é, definição do conjunto de documentos a serem submetidos à análise, neste caso, os artigos (JUNQUEIRA; DISSENHA; RODRIGUES; 2010, p. 194).

4.1.3. Codificação e categorização

Nesta etapa da pesquisa são realizadas as decisões tomadas na pré-análise, é o momento da codificação em que os dados brutos são organizados sistematicamente, segundo regras de classificação, agregação e enumeração com o objetivo de esclarecer para o analista quais são as características do material selecionado. A principal função desta etapa é fazer a ligação entre o material que foi escolhido para a análise e a teoria que será utilizada pelo (a) pesquisador (a) (DISSENHA, 2010, p.51).

A codificação compreende a escolha de unidades de registro, a seleção de regras de contagem e a escolha de categorias, pois:

[...] tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices, ou, como diz O. R. Holsti: A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo [...] (BARDIN, 1977, p. 103).

Podemos entender categorização como um processo que consiste em classificar e reagrupar as unidades de registro em um reduzido número de categorias, tendo como objetivo explicitar os dados e a sua diversidade em toda sua totalidade.

[...] A unidade de registro é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. A unidade de registro pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis [...] (BARDIN, 1977, p. 104).

4.1.4. Inferência e conclusão

Por fim, a inferência que, segundo Junqueira, Dissenha e Rodrigues (2010),

[...] é a parte mais fértil da análise de conteúdo, está concentrada nos aspectos implícitos da mensagem que está sendo analisada. O pesquisador lê o material buscando descobrir o que está nas entrelinhas,

tudo aquilo que mesmo não estando explícito acaba sendo transmitido pela mensagem. Nessa fase, a interpretação é essencial, deve estar relacionada ao corpus existente, de modo que seja validada pela comunidade científica da área. Concluindo, sistematizam-se os resultados com os objetivos iniciais, buscando a construção de conhecimento científico sobre o objeto pesquisado (JUNQUEIRA; DISSENHA; RODRIGUES; 2010, p. 195).

Nessa etapa da pesquisa, segundo Dissenha (2010),

[...] estabeleceram-se as relações entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, na busca de minuciar e refletir sobre os dados encontrados, e assim, nesse aprofundamento desvelar além da identidade, quais caracteres estão presentes no Ensino Religioso nacional na atualidade; pois é o que dará sentido à nossa interpretação (DISSENHA, 2010, p. 60).

Nesta etapa da pesquisa, estabeleceram-se as relações entre os dados obtidos e a fundamentação teórica, na busca de detalhar e refletir sobre os dados encontrados, e assim, desvelar além da identidade, quais caracteres carrega o Ensino Religioso nacional na atualidade; pois é o que dará sentido à nossa interpretação

4.2. Análise dos artigos

4.2.1. Quantificação dos artigos e sua distribuição nos periódicos

As publicações de periódicos científicos são um espaço fundamental para tornar as pesquisas conhecidas, assim como, ampliar as áreas de conhecimento. A norma NBR 6023/2002, define um periódico científico como “uma publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas e destinada a ser continuada indefinidamente”. Já a NBR 6021/2003, que especifica os requisitos para apresentação dos elementos que constituem a estrutura de organização física de uma publicação periódica científica impressa, define-se como sendo

um dos tipos de publicações seriadas, que se apresenta sob a forma de revista, boletim, anuário etc., editada em fascículos com designação numérica e/ou cronológica, em intervalos pré-fixados (periodicidade), por tempo indeterminado, com a colaboração, em geral, de diversas pessoas, tratando de assuntos diversos, dentro de uma política editorial definida, e

que é objeto de Número Internacional Normalizado (ISSN).

Define-se periódico como

tipo de publicação seriada, normalmente publicada com frequência previamente definida, em fascículos sucessivos, caracterizada pela variedade de conteúdo e de colaboradores. São publicações de conteúdo técnico-científico com informações baseadas em resultados experimentais podendo conter informações e/ou observações de cunho científico ou de divulgação emitindo opiniões que se apresentam sob a forma de revista, boletim, anuário, etc (site do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)).

Para atingir esse primeiro ponto, merece menção a interdisciplinaridade estabelecida com a Ciência da Informação:

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada (MEADOWS, 1999, p. 7).

Possuindo “a característica de fonte de informação para o desenvolvimento da ciência e indicador da produção científica teórico-prática divulgada em suas publicações” (MENDES; SOUZA, 2009, p. 2), o periódico científico apresenta-se como ferramenta de memória e disseminação, sendo considerado importante instrumento de comunicação para o desenvolvimento da ciência, divulgando a pesquisa científica área do ensino religioso, colocando o pesquisador atual e futuro em contato com a produção já registrada no campo do estudo.

Por outro lado, um “artigo publicado numa revista conceituada não representa apenas a opinião do autor; leva também o selo de autenticidade científica através do imprimatur dado pelo autor e os examinadores que ele possa ter consultado” (ZIMAN, 1979, p. 24).

O conteúdo dos periódicos quase sempre é formado por artigos, mas também podem ser apresentadas outras formas de trabalho, como resenhas, estudos de casos, dentre outros.

Conquanto um artigo científico deva obedecer às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a equipe editorial de cada periódico

científico pode estabelecer critérios diferenciados para submissão dos trabalhos apresentados, tanto no formato impresso quanto eletrônico. Todavia, alguns critérios precisam ser atendidos pelo próprio periódico para balizar a sua qualidade, para efeitos de avaliação e indexação.

Nesse contexto, é muito importante que o periódico seja identificado pelo International Standard Serial Number – ISSN (Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas), cujo uso é definido pela norma técnica internacional da International Standards Organization ISO 3297 e é reconhecido como o identificador aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, tornando-a única e definitiva.

Por meio do ISSN identifica-se o título de uma publicação seriada em circulação, futura (pré-publicação) e encerrada, em qualquer idioma ou suporte físico utilizado (impresso, online, CD-ROM, dentre outros). Esse código é composto por oito dígitos, incluindo o dígito verificador, e é representado em dois grupos de quatro dígitos cada um, ligados por hífen, precedidos sempre por um espaço e a sigla ISSN.

Conquanto não seja obrigatório, o ISSN serve de parâmetro para o controle de qualidade de revistas científicas e também um critério de indexação em base de dados nacionais e internacionais.

Um primeiro elemento a ser considerado é a distribuição dos artigos ao longo dos anos, percebe-se um crescimento na produção e divulgação dos artigos em 33 periódicos científicos.

Ano	Nº de artigos
1995	00
1996	01
1998	02
2001	03
2002	04
2003	08
2004	15
2005	12
2006	19
2007	16
2008	08
2009	12
2010	24

Quadro 4
Cronologia da publicação dos artigos

Os artigos foram nos seguintes periódicos:

a) Área de Educação

Revista	N. de Revistas	Números publicados	Área
Caderno CEDES	01	n. 76	Educação
Caderno de Pesquisa	02	n. 131/137	Educação
EDUCERE – Revista da Educação	01	n. 02	Educação
Revista Brasileira de Educação	03	n. 27/01/02	Educação
Revista de Educação da AEC	03	n. 108/136/138	Educação
Revista de Educação da ERA	01	n. 138	Educação
Revista Diálogo Educacional	09	n.03/06/16/17/29/30/23/26/20	Educação
Revista Educação e Sociedade	01	n. 106	Educação
Revista Educação em Movimento	05	n. 01/02/08/09/05	Educação
Revista Educação em Questão	01	n. 16	Educação

Quadro 5
Revistas das Áreas de Educação

+ Cadernos CEDES são publicações de caráter temático, dirigidas a profissionais e pesquisadores da área educacional, com o propósito de abordar questões que se colocam como atuais e significativas neste campo de atuação. Vêm sendo editados desde 1980, mantendo de 3 a 6 novos títulos por ano. Profissionais que atuam na área da educação podem propor temas para a organização de nossos Cadernos, sendo esta proposta avaliada pelo Conselho Editorial. As colaborações devem obedecer às normas de elaboração dos Cadernos e podem ser enviadas diretamente ao CEDES.

+ Caderno de Pesquisa - Periódico da Fundação Carlos Chagas, instituição considerada centro de excelência em pesquisa educacional, foi criado em 1971, com o objetivo de divulgar a produção acadêmica sobre educação, gênero e etnia. Veicula amplo espectro interdisciplinar de temas emergentes e de estudos e pesquisas que propiciam troca de informações e o debate sobre questões de caráter teórico e metodológico, aborda as relações entre educação e os problemas e perspectivas sociais do país, orientações das políticas públicas na área, avaliação educacional e temas étnico-raciais, de gênero e de família, privilegiando a publicação de estudos realizados no Brasil e a ótica interdisciplinar, embora publique também estudos provenientes do exterior. O título abreviado da Revista é Cad. Pesqui., que deve ser usado em notas de rodapé e referências bibliográficas.

+ Revista EDUCERE – Revista da Educação da UNIPAR publica trabalhos inéditos das diversas áreas da Educação, tais como, ensino-aprendizagem, currículo, psicologia educacional, políticas e práticas na Educação Básica e Ensino Superior, Educação Ambiental, Educação em Saúde e Educação Profissional, tecnologia educacional, dentre outras.

+ Revista Brasileira de Educação - Dedicada à publicação de artigos acadêmico-científicos, fomentando e facilitando o intercâmbio acadêmico no âmbito nacional e internacional. É dirigida a professores e pesquisadores, assim como a estudantes de graduação e pós-graduação das áreas das ciências sociais e humanas, tendo por áreas de interesse: educação; educação básica; educação superior e política educacional; movimentos sociais e educação. Seu título abreviado é Rev. Bras. Educ. que deve ser usado em bibliografias, notas de rodapé, legendas e referências bibliográficas. A revista aceita para publicação artigos inéditos de autores brasileiros e estrangeiros que tratem de educação, resultantes prioritariamente de pesquisas, assim como estudos , teóricos que contribuam para o avanço do conhecimento sobre o tema abordado e fomentem a realização de novos estudos e pesquisas. São publicados também documentos, resenhas e notas de leitura. Na seção Documentos, são divulgados textos coletivos elaborados pela ANPEd ou por associações afins, bem como documentos recentes (leis, pareceres, normalizações), emanados de órgãos governamentais e que abordem questões de interesse para a área educacional. Textos que tratem de temas polêmicos ou que debatam algum assunto, com defesa de posicionamentos, são publicados na seção Espaço Aberto. A publicação de artigos está condicionada a dois pareceres de membros do Conselho Editorial ou colaboradores ad hoc. Em caso de divergência, é solicitado um terceiro parecer. Recursos e problemas específicos são examinados e decididos pela Comissão Editorial. A seleção de artigos para publicação toma como critérios básicos sua contribuição à educação e à linha editorial da Revista, a originalidade do tema ou do tratamento dado ao mesmo, assim como a consistência e o rigor da abordagem teórico-metodológica. Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas ou pela Comissão Editorial, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

+ Revista de Educação da AEC – uma revista da Associação de Educação Católica, uma publicação encerrada em 2007, de âmbito nacional que contribuía na formação de professores e gestores especialmente das escolas católicas de educação básica.

+ Revista de Educação da ERA – sem informação.

+ Revista Diálogo Educacional - Publica trabalhos originais e inéditos que contribuam para o desenvolvimento da ciência da área da educação. Abordando temas emergentes capazes de suscitar a troca de informações, bem como debate de questões neste campo de conhecimento. A revista se destina a divulgar a produção acadêmica e científica de pesquisadores e grupos de pesquisa nacionais e internacionais da área de Educação contribuindo com o intercâmbio promovendo a geração de novos conhecimentos. Com tiragem de 600 exemplares e disponível online, a Revista Diálogo Educacional vem divulgando, desde o ano 2000, pesquisas e estudos sobre a formação de professores e o pensamento educacional brasileiro. A Revista publica artigos científicos e resenhas, adotando o processo de revisão (peer review) entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema duplo de revisão anônima (blind review), ou seja, tanto os nomes dos pareceristas quanto dos autores permanecerão em sigilo. Em alguns casos para avaliação dos originais convida-se revisores *ad hoc*. As opiniões emitidas pelos autores dos trabalhos são de sua exclusiva responsabilidade. O título abreviado da revista é Rev. Diálogo Educ. e deve ser utilizado em bibliografias, referências, notas de rodapé e legendas bibliográficas. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida sem autorização expressa do editor.

+ Revista Educação e Sociedade - É um dos mais importantes periódicos hoje editados na área da Educação no país. Idealizada como instrumento de incentivo a pesquisa acadêmica e debate amplo sobre o ensino, nos seus diversos prismas, ela atinge, após anos de publicação ininterrupta, um grande acúmulo de análises, informações, debates, fontes teóricas, relatos de experiências pedagógicas, entre outros, de grande interesse a cientistas e educadores que atuam nas ciências humanas e outros campos do saber. Um aspecto a ser salientado, no horizonte abrangido por Educação & Sociedade, é seu trabalho de abertura aos países da América Latina e Europa. A Revista, agora indexada internacionalmente, recebe

contribuições de autores de diversos países. Neste intercâmbio cosmopolita, tem-se logrado trazer, não apenas para o setor da educação, para outras áreas, temas discutidos com rigor e novidade - por especialistas - mas também apresentando renovado interesse para as várias linhas de pesquisa acadêmica.

+ Revista Educação em Movimento – Uma publicação da Associação de Educação Católica do Paraná em parceria com Pontifícia Universidade Católica do Paraná, com textos na área da docência e gestão, esta publicação foi concluída em 2005.

+ Revista Educação em Questão - editada desde 1987, nasceu da iniciativa de professores do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), quando o Mestrado em Educação, instalado em 1978, completou nove anos formando mestres nas áreas de concentração em Pré-Escolar e Tecnologia Educacional. Os professores acreditando na educação e na pesquisa sócio educacional como ferramentas de transformação do social, não mediram esforços para materializar o projeto editorial da Revista Educação em Questão em substituição ao Boletim de Educação, criado em 1981, de circulação basicamente restrita às universidades federais da região Nordeste. Essa ousadia significou buscar uma distribuição nacional por meio do estabelecimento de uma parceria com a Editora Cortez e, posteriormente, com a rede de editoras universitárias do país. Significou, outrossim, constituir um conselho editorial cientificamente representativo do conjunto dos professores.

A presença de artigos sobre o Ensino Religioso nos periódicos da área de Educação ocorrem a partir da iniciativa de autores que conseguem ter os seus respectivos textos aprovados, as duas revistas com maior incidência de artigos – Educação em Movimento (AECPR) e Diálogo Educacional (PUCPR) possuíam relação com grupo de pesquisa tornando possível esta divulgação.

b) Área de Teologia/Ciências da Religião

Revista	N. de Revistas	Números publicados	Área
Ciberteologia	03	n. 18/23/27	Teol/CieRelg
Ciência da Religião – História e Sociedade	03	n. 02/01/01	Teol/CieRelg
Estudos Teológicos	04	n. 02/01/02/01	Teol/CieRelg

Horizonte	06	n. 20/03/04/06/16/19	Teol/CieRelg
Revista Caminhos	01	n. 02	Teol/CieRelg
Revista de Estudos da Religião	03	n. 02/01/02	Teol/CieRelg
Revista Interações – Cultura e Comunidade	02	n. 05/08	Teol/CieRelg
Revista Núcleo de Estudo da Religião	02	n. 09/14	Teol/CieRelg
Revista Numen	01	n. 01	Teol/CieRelg
Revista Pistis e Praxis	02	n. 02/02	Teol/CieRelg
Revista Religião e Cultura	01	n.11	Teol/CieRelg
Teocomunicação	01	n. 02	Teol/CieRelg
Último Andar	01	n. 01	Teol/CieRelg

Quadro 6
Revistas da Área de Teologia/ Ciências da Religião

+ Ciberteologia - é uma revista eletrônica de teologia e cultura. Sua missão é apurar cada vez mais o diálogo com as novas mídias na complexa missão da comunicação no mundo globalizado. Sabemos que o ciberespaço também é um âmbito onde as pessoas se movimentam e se encontram e, portanto, se forma também aí a comunicação social e a formação da vontade política. Como sugere o título escolhido para esta revista, entende-se que o pensamento teológico, seja na área da pesquisa acadêmica, seja no desafio de pensar criticamente a práxis cristã, necessita urgentemente achar seu lugar na era da informação para não ficar a reboque das novas técnicas cibernéticas. Há certamente uma discussão intrateológica a ser efetivada sobre este tema, na qual já fazemos parte como sujeitos, como meio e como produto. Entretanto, no panorama das revistas e portais similares já existentes temos um diferencial. Este consiste em abrir progressivamente ao domínio público uma significativa parcela do acervo bibliográfico que viemos acumulando em quase oito décadas de atuação no Brasil. Oferece ao público, a cada número, além de artigos científicos de pesquisadores desta e de áreas afins, excertos de nossos principais livros em forma de artigos e comentários. Além disso, o ciberleitor tem acesso a resenhas abalizadas sobre nossa produção teológica e cultural, bem como a uma agenda dos Eventos mais significativos, com espaço para Fórum e opiniões dos visitantes. Desde 2005 a Revista persegue o objetivo de promover a divulgação e a discussão das novas tendências na pesquisa da área de teologia, em suas interfaces com os estudos de filosofia, literatura e ciência da religião. Sua proposta é estabelecer diálogo com autores nacionais e internacionais, acolhendo artigos de pesquisadores de outros países e divulgando a produção brasileira a outros centros de pesquisa e ensino

teológicos. Para isso, o Conselho Editorial estabelece uma seção de artigos, que pode ou não ser temática, que acolhe textos inéditos frutos de pesquisa, e uma seção de notas que divulga principalmente os trabalhos de novos pesquisadores, bem como antecipa ao público brasileiro excertos de obras inéditas a serem publicadas no Brasil nos próximos anos. A revista é complementada por seções que dialogam com a pastoral, a espiritualidade, a reflexão bíblica e a literatura em geral, além de resenhas de publicações significativas. A revista procede por revisão (peer review) entre os membros do Conselho Científico em sistema duplo de revisão anônima

+ Ciência da Religião – História e Sociedade - Periódico semestral do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que desde seu início em 2002 tem contribuído com relevante temáticas que tratam da religião e suas mais variadas vertentes. Sua política editorial, em consonância com as tendências contemporâneas de estudo do fenômeno do campo religioso, tem como objetivo publicar artigos que reflitam a religião na interface das ciências humanas e sociais; é a religião sob o olhar da Teologia Reformada, da História Social, da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia, da Educação e da Filosofia. discussões no campo religioso.

+ Estudos Teológicos - É um periódico semestral e tem como missão oferecer um fórum privilegiado para os debates teológicos sobre temas candentes, considerando a estreita ligação entre fé e religião, por um lado, com a sociedade, economia, política, ecologia e questões de gênero e etnias, por outro, de forma autônoma diante de outras teologias, como a europeia ou norte-americana, mas, por outro lado, sensível à interdependência dos países e saberes num mundo globalizado. Com uma tiragem de 500 exemplares e disponível on-line, vem divulgando pesquisas e estudos de autores e autoras de notório saber. A revista publica artigos científicos, adotando o processo de revisão (peer review) entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema duplo de revisão anônima (blind review), ou seja, tanto os nomes dos pareceristas quanto dos autores permanecerão em sigilo. As opiniões emitidas por autores e autoras dos trabalhos são de sua exclusiva responsabilidade. O título abreviado da revista é ET

e deve ser utilizado em bibliografias, referências, notas de rodapé e legendas bibliográficas.

+ Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião tem por missão veicular trabalhos científicos que contribuam para o avanço da pesquisa, especialmente nas áreas das Ciências da Religião, Filosofia e da Teologia, da formação acadêmica crítica e integral, aberta ao diálogo, à perspectiva interdisciplinar e à pluralidade de ideias. A revista publica trabalhos, especialmente de doutores de programas de pós-graduação, na forma de artigos, comunicações (como entrevistas, estudo de casos), resenhas e notas bibliográficas e resumos de dissertações e teses, preferencialmente de pesquisadores nas áreas de Filosofia, Teologia e Ciências da Religião. Criada em 1997, com a publicação dos dois primeiros números, fruto dos Ciclos de Palestras e Debates do Núcleo de Estudos em Teologia da PUC Minas (NET). Houve um intervalo entre o primeiro volume (n.1 e n.2) e o segundo volume de cinco anos. Em 2003, a revista foi assumida pelo Núcleo de Cultura Religiosa da universidade, realizando a mudança do seu layout, redefinindo a missão da revista e iniciando sua adequação aos critérios do Qualis-Capes. Em 2005, com o surgimento do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, houve novo impulso, a ampliação da Comissão Editorial e do Conselho Editorial Nacional e Internacional, a indexação em diversas agências e, a partir de 2007, a integração da revista a esse Programa e o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). A Revista é filiada à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC) e iniciou em 2009 sua integração ao Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER-IBICT), com sua versão online, publicando de forma aberta e integral todos os seus números. A revista é multilíngue e publica trabalhos em espanhol, francês, inglês, italiano e português, na forma de artigos, comunicações, resenhas e notas bibliográficas, traduções, entrevistas, estudo de casos e resumos de dissertações e teses. Os trabalhos são submetidos à apreciação da Comissão Editorial e encaminhados a dois avaliadores ad hoc para parecer, sistema duplo cego.

+ Revista Caminhos Publicação que visa divulgar a produção científica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado e Doutorado) em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), bem como estabelecer

intercâmbio científico com pesquisadores(as), outras instituições e demais programas na área de Ciências da Religião no Brasil e no exterior.

+ Revista de Estudos da Religião (REVER) - é uma publicação semestral. Seus objetivos são informar o leitor sobre a pesquisa corrente (em especial no Brasil) e propiciar uma discussão metateórica em torno da Ciência da Religião. Ao mesmo tempo, a REVER pretende servir de elo com a discussão acadêmica internacional, abrindo espaço para artigos de autores de outros países. Cada número da REVER traz uma Seção temática que reúne artigos sobre um assunto específico. Outros artigos incluídos na parte principal da revista estão na seção Intercâmbio. Em Fórum, o leitor vai encontrar textos pontuais sobre temas diversos relacionados ao estudo das religiões. Outros textos e informações de interesse estão na seção Resenhas.

+ Revista Interações – Cultura e Comunidade – Publicação da Faculdade Católica de Uberlândia voltada para as Ciências da Religião e para as linhas de investigação das Humanidades e Ciências Sociais que se ocupam do estudo da cultura e dos diferentes tipos de comunidade que tenham ligação com a religião. Surgiu em 2006 com o objetivo amplo de contemplar estudos acadêmicos interdisciplinares sobre cultura e comunidade. Marcando uma nova fase, desde o terceiro número passou a focalizar-se nos estudos sobre religião desenvolvidos, sobretudo, nos programas de Pós-Graduação, com o objetivo de integrar os diversos ramos do conhecimento que buscam melhor compreensão do ressurgimento do fenômeno religioso nos últimos decênios. Nessa trajetória pretende ser um meio de comunicação científica e de interação com as comunidades acadêmicas preocupadas em compreender e analisar o fato religioso, bem como de veiculação de avanços conceituais, metodológicos e experiências nesse campo interdisciplinar de estudos. Com isso visa contribuir não apenas para o enriquecimento do debate nacional e internacional em torno das graves questões de alcance global que tangem o universo religioso contemporâneo, como também oferecer subsídios à preparação de profissionais nessa área. A revista tem como foco a publicação de contribuições científicas tanto no campo específico das Ciências da Religião e subáreas (Teologia, Filosofia da Religião, História da Religião, Sociologia da Religião, Psicologia da Religião, Antropologia, entre outras) como no campo mais amplo das Ciências Sociais e

Humanidades, cujas linhas de pesquisa convergem, de maneira interdisciplinar, para o estudo da cultura e dos diferentes tipos de comunidade que tenham ligação com a religião. São objetivos: a) Servir como um instrumento de debate interdisciplinar entre pesquisadores nacionais e internacionais, visando socializar os conhecimentos adquiridos nos estudos sobre religião e contribuir para a consolidação desse novo campo de estudos chamado Ciências da Religião; b) Divulgar, preservando o rigor e a qualidade, a produção intelectual de pesquisadores que se dedicam ao estudo das manifestações do fenômeno religioso, estimulando as contribuições originais do trabalho acadêmico e de pesquisa; c) Estimular, promover e contribuir com a atualização das correspondências e do intercâmbio da produção científica de pesquisadores de instituições de âmbito regional, nacional e internacional que se dedicam ao estudo da religião, sobretudo os docentes da disciplina Ciências da Religião da Faculdade Católica de Uberlândia e os dos programas de pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião do país. Público Alvo: pesquisadores, professores e outros profissionais nacionais e internacionais que atuam nas áreas das Ciências da Religião, Ciências Sociais e Humanidades

+ Revista Núcleo de Estudo da Religião– Criada no ano de 2008, sediada no Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, é um periódico vinculado ao GT de História das Religiões e das Religiosidades da ANPUH – Associação Nacional de História, voltado especificamente para os estudos em religiões e religiosidades. Sua estrutura contempla artigos científicos e de atualização teórico-metodológica, dossiês temáticos, resenhas, relatos de pesquisa, estudos de caso, entrevistas e textos especiais (assinados por autores convidados, conteúdos de palestras, debates e trabalhos apresentados em congressos), quando recomendados por pesquisadores e aprovados pelo Conselho Editorial. As colaborações devem ser inéditas e podem ser encaminhadas exclusivamente por e-mail. Aceitam-se, para avaliação, textos em português e espanhol.

+ Revista Numen – Publicação do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPCIR-UFJF) de trabalhos acadêmicos inéditos relacionados à área de ciência da religião, reconhecida como área do saber científico aberta ao diálogo interdisciplinar tendo como eixo a compreensão do fenômeno religioso. A proposta da revista Numen é ser um espaço

para a divulgação de pesquisas relevantes para a compreensão da religião, com abertura para perspectivas diversas. Ela busca superação dos reducionismos simplistas na apreciação da religião, oferecendo oportunidade para contribuições oriundas de diversas áreas de conhecimento. Com isso, intenta promover o debate de ideias sobre o tema, possibilitando olhares complementares e críticas entre abordagens conflitantes. Evidentemente, Numen não se concebe como veículo de divulgação religiosa, mas sim de compartilhamento de estudos comprometidos com a abordagem necessária no âmbito de estudos de pós-graduação

+ Revista Pistis e Praxis - é uma publicação semestral da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), publicada pela primeira vez em 2009, com o intuito de constituir um meio de disseminação de novas descobertas na pesquisa voltada a área de Teologia, especialmente para dialogar com os pesquisadores nacionais e internacionais sobre os diversos focos que a pastoral apresenta. Para isso, o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR, em conjunto com o Conselho Editorial, define em cada número da revista um tema que será abordado no Dossiê, seção que objetiva estimular o debate. A revista é complementada por artigos sobre assuntos de interesse e relevância para a área, bem como por resenhas de publicações significativas. Com tiragem de 500 exemplares e disponível online, o periódico adota o processo de revisão (peer review) entre os membros do Conselho Científico em sistema duplo de revisão anônima (blind review), ou seja, tanto os nomes dos pareceristas quanto dos autores permanecerão em sigilo. O título abreviado da revista é Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor. e deve ser utilizado em bibliografias, referências, notas de rodapé e legendas bibliográficas. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida sem autorização expressa do editor. A revista tem por missão publicar trabalhos originais e inéditos que promovam a difusão de estudos, pesquisas e documentos relativos à área de Teologia, com ênfase em Pastoral, abordando temas emergentes capazes de suscitar a troca de informações, bem como o debate de questões nesse campo de conhecimento.

+ Revista Religião e Cultura – uma publicação da PUCSP em parceria com a edições paulinas, a partir de 2011 foi integrada com a REVISTA REVER.

+ Teocomunicação –uma publicação semestral da Faculdade de Teologia da PUCRS, que objetiva divulgar a produção científica relevante em sua área de conhecimento. São Publicados artigos originais, científicos e de revisão, que promovam a difusão de pesquisas na área de Teologia, preferencialmente, de acordo com as linhas de pesquisa do Programa, e suscitem o debate nessa área de conhecimento.

+ Último Andar - Cadernos de Pesquisa em Ciências da Religião inaugura em 2006 sua nova versão eletrônica. Criada em 1998, ocasião em que o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo comemorava 20 anos, ela tem como principal objetivo dar visibilidade e incentivo aos projetos de pesquisa discente. Além de possibilitar um espaço de intercâmbio de artigos com outras Universidades e Programas de Pós-graduação, esta publicação reflete o apoio docente em manter a heterogeneidade de abordagens do fenômeno religioso.

A sub-área de Teologia/Ciência da Religião progressivamente assume dentro de suas políticas editoriais o tema do Ensino Religioso, um registro são os números com dossiê sobre este componente curricular, explicitando por meio destes periódicos, que existe de fato uma ampla discussão sobre a identidade e as concepções do ER no cenário brasileiro.

c) Áreas Diferenciadas

Revista	N. de Revistas	Números publicados	Área
Horizontes Antropológicos	01	n. 27	Antropologia
Rev. Direito	01	n. 04	Direito
Revista da Católica	01	n. 04	Diverso
Fragmentos de Cultura	01	n. 11	Diversos
Norte Científico	01	n. 01	Diversos
Plures – Humanidades	01	n. 01	Diversos
Revista Contemporânea	01	n. 02	Diversos
História: Questões & Debates	01	n. 43	História
Revista de História e Estudos Culturais	01	n. 03	História
Psicologia: Teoria e Pesquisa	01	n. 01	Psicologia

Quadro 7
Revistas de Áreas Diferenciadas

+ Horizontes Antropológicos – uma publicação do programa de pós-graduação em antropologia social da UFRS.

+ Revista Direito – Sem informação

+ Revista da Católica – tem por objetivo principal ser o veículo oficial de registro e divulgação da produção intelectual de alunos e professores, resultante das atividades de ensino, pesquisa e extensão desta instituição. A coordenação da Revista é exercida pelo Conselho Editorial, formado pelo conjunto dos editores-representantes dos diversos cursos de graduação e da pós-graduação e pelo Setor de Publicações. Aqueles que desejam publicar artigos na Revista da Católica devem observar rigorosamente as Normas para publicação, identificando os cursos a que pertencem. O Setor de Publicações se encarregará de reencaminhar os artigos aos editores de cada curso, que se responsabilizarão pelos procedimentos de avaliação, seleção e revisão dos textos. A revista publica artigos acadêmicos de caráter científico, escritos pelos alunos e professores de graduação e pós-graduação, possibilitando a veiculação teórica relativa às atividades das diversas disciplinas, dos Trabalhos de Conclusão de Cursos, bem como das experiências de estágios. Também veiculará as produções relativas às atividades complementares desenvolvidas na Instituição, em sua ligação com os movimentos comunitários que trabalham com o compromisso para com a sociedade e com a humanização dos processos sociais, com a finalidade de orientar a sistematização e socialização do conhecimento produzido. A Revista pretende dar visibilidade à produção intelectual da Instituição, estimulando a pesquisa e a produção científica, apoiando a formação de Núcleos de Pesquisa. Ao mesmo tempo, visa estimular a parceria entre professores e alunos, dando apoio à divulgação dos trabalhos científicos desenvolvidos pelos mesmos, favorecendo, desta forma, a formação de uma cultura de colaboração mútua, de um espírito de solidariedade e seriedade intelectual. A revista estará também aberta a pesquisadores e docentes de outras Instituições, promovendo, com isto, o debate não só interno como também externo.

+ Fragmentos de Cultura – é uma publicação bimestral da Pontifícia Universidade Católica de Goiás que privilegia, na grande área das ciências humanas, as áreas de Filosofia, Teologia, Ciências Sociais e da Religião, para divulgar produções

científicas e estabelecer intercâmbio científico com outras instituições locais, nacionais e internacionais. Serão aceitos para publicação ensaios, artigos e resenhas inéditos, aprovados por pareceristas especialmente designados pelo Conselho Editorial. Os editores reservam-se o direito de realizar as alterações nos originais necessárias à homogeneidade formal da publicação, podendo também solicitar reformas aos autores.

+ Norte Científico – Sem informação.

+ Plures – Humanidades – A revista recebe artigos, relatos de experiência e resenhas cuja temática esteja relacionada à Educação Escolar. Conta com colaborações enviadas por professores, pesquisadores e acadêmicos da área de Educação, provenientes de instituições do Brasil e do exterior. A revista teve início em 2000 e manteve uma publicação anual, até 2007. Em 2008 passou a ser editada semestralmente. Atualmente, com 12 números editados. Tem recebido artigos para publicação de renomados pesquisadores nacionais e internacionais, o que tem possibilitado, em cada número, ao menos uma publicação internacional, assegurando o caráter exógeno da revista. O corpo editorial e de pareceristas também tem sido formado por conhecidos pesquisadores do exterior e do Brasil de diferentes universidades. Outro aspecto a ser destacado é o número de permutas. Atualmente conta com mais de 250 instituições cadastradas com esta finalidade, do Brasil e exterior, com financiamento do Centro Universitário Moura Lacerda. Os números publicados, também, são encaminhados para todos os programas de pós-graduação do país. Além disso, a Revista Humanidades tem publicado os resumos de todas as dissertações defendidas, viabilizando mais um canal de divulgação da produção do programa.

+ Revista Contemporânea – Sem informação.

+ História: Questões & Debates – é publicada pela Associação Paranaense de História e pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, há quinze anos e, recentemente, foi classificada entre as cinco melhores revistas científicas brasileiras da área de História, conforme fórum designado pelas agências de fomento do governo federal. A revista, atualmente, está em processo de indexação internacional. A revista é organizada a partir de dossiês temáticos, mas também

aceita artigos de tema livre, preferencialmente da área de História, ou ligados às áreas de conhecimento e tema afins. Todos os artigos são submetidos a dois pareceristas independentes e especialistas no respectivo tema. Também são aceitas resenhas bibliográficas.

+ Revista de História e Estudos Culturais – entrou no ar em dezembro de 2004 com o objetivo de trazer ao público leitor uma publicação que se caracterizasse pela agilidade, universalidade e gratuidade. Essa preocupação, porém, não encerrava as expectativas depositadas na sua criação. Pelo contrário, o grande propósito era tornar acessível uma publicação capaz de incentivar a interlocução acadêmica e a ampla divulgação de pesquisas instigantes e de alto nível, procurando traduzir a dinâmica e a diversidade dos diálogos interdisciplinares da pesquisa histórica e dos Estudos Culturais.

+ Psicologia: Teoria e Pesquisa – tem por objetivo é publicar trabalhos originais relacionados à psicologia que se enquadrem nas seguintes categorias: estudos empíricos, revisão da literatura, artigos teóricos, artigos metodológicos, relato de experiência profissional, comunicação breve, carta ao editor, nota técnica, resenha. Notícias também podem ser publicadas, a critério do Editor. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e as opiniões e julgamentos neles contidos não expressam, necessariamente, as posições do Conselho Editorial. O título abreviado da revista é Psic.: Teor. e Pesq., forma que deve ser usada em bibliografias, notas de rodapé, referências e legendas bibliográficas.

Áreas como História, Direito, Psicologia, Antropologia, Direito e revistas pluridisciplinar, publicaram textos de forma diversificada a partir da proposta dos autores.

4.2.2. Autores: uma leitura a partir do Currículo Lattes

Para melhor compreender a análise da produção científica sobre o Ensino Religioso, é interessante estabelecer o perfil dos(as) autores(as) dos artigos científicos, com o intuito de conhecer e analisar os dados acadêmicos dos mesmos. Para tal nos valem as informações a partir do Currículo Lattes.

Aqui vale destacar a afirmação de Silva (2007)

uma das funcionalidades da Plataforma Lattes é gerar currículos que serão tornados públicos. Esses currículos são documentos que, à moda da Plataforma Lattes, organizam referências a documentos (alguns públicos e outros privados), do arquivo pessoal, ou institucional, de vários atores. Desta forma, na Plataforma Lattes o currículo é um documento que estrutura os documentos e atividades dos usuários cadastrados. Trata-se um documento peculiarmente orientado ao registro de ações biográficas, destarte, sob uma ótica arquivística, enquadra-se na categoria dos arquivos pessoais (SILVA, 2007, p. 35).

Cada currículo em uma ótica arquivística propõe uma organização do arquivo pessoal do pesquisador, porém Santos (2005) notou que

[...] muitos não se dão conta que sua produção documental possa servir, no futuro e que esta produção permitiria investigar, por exemplo, a evolução das leis ou do ensino jurídico, a evolução desta ou daquela disciplina, ou ainda o papel deste ou daquele autor no desenvolvimento de qualquer área do conhecimento (CHARMASSOM apud SANTOS 2005, p. 23).

Conforme Fraiz (1988) uma característica marcante dos arquivos pessoais é a preponderância do valor informativo de seus documentos, ou seja, para uso de fins históricos. Esses documentos quando disponíveis proporcionam o acesso não somente à história de pessoas ou de instituições, mas também a uma trajetória de atuação, relação sócio- política e econômica que circunscreve os registros contidos nos currículos.

É importante analisar que cada parte da estrutura dos currículos descreve atuações ou produções que cada usuário cadastrado preenche, individualmente, com as atividades que foram por ele desenvolvidas.

Ao pesquisar os currículos na Plataforma Lattes dos 90 autores e co- autores que publicaram 124 artigos localizados sobre o Ensino Religioso, em periódicos científicos no período de 1995 a 2010, 10 currículos não foram localizados. Dos demais, no que diz respeito à caracterização do perfil dos (as) autores, quanto à formação acadêmica, identificou-se:

- Graduação: - alguns autores tinham mais de uma graduação, foi considerado apenas a primeira graduação - Pedagogia (26 autores); Filosofia (16 autores); Teologia (09 autores); Ciências Sociais (04); Letras (03); História (03); Direito (03); Educação Artística (02); Ciências da Religião (02); Arquitetura e Urbanismo (02); Turismo (01); Superior da Formação de professores (01); Sociologia (01); Psicologia (01); Informática (01); Geografia (01); Enfermagem (01); Comunicação Social (01); Ciências Biológicas (01) e Biblioteconomia (01).

- Especialização: (alguns autores tinham mais de uma especialização, foi considerado apenas o primeiro curso), foram localizados 47 autores com cursos de especialização nas seguintes áreas:

Ensino Religioso	06
Ensino Superior	04
Educação Infantil	03
Sociologia	02
Planejamento e Avaliação Educacional	02
Catequética	02
Administração Escolar	02
Língua Portuguesa	01
Terapia Corporal	01
Teórico-prática em Comunicação Social	01
Teologia	01
Tecnologias Educacionais	01
Supervisão Pedagógica	01
Sistema de Informação	01
Psicopedagogia	01
Planejamento Urbano e Habitacional	01
Pensamento Contemporâneo	01
Missiologia	01
Metodologia do Ensino Fundamental	01
Literatura	01
História e Sociologia	01
História	01
Gestão Educacional	01
Gerência e Tecnologia de Qualidade	01
Geografia	01
Filosofia	01
Educação Cristã	01
Currículo	01
Capelania Hospitalar	01
Bioética	01
Assessores de Jovens	01
Arte e Educação	01
Antropologia Social	01
Administração de Pessoa	01

Quadro 8
Formação dos Autores; Especialização

- Mestrado: foram localizados 69 autores com mestrado nas seguintes áreas:

Educação	34
Teologia	12
Ciência da Religião	06
História	04
Antropologia Social	03
Sociologia e Antropologia	03
Ciências Sociais	02
Psicologia	01
Linguística	01

Geografia	01
Filosofia	01
Enfermagem	01

Quadro 9
Formação dos Autores; Mestrado

- Doutorado: foram localizados 38 autores com doutorado nas seguintes áreas:

Educação	14
Ciência da Religião	08
Teologia	06
História	03
Antropologia Social	03
Filosofia	02
Sociologia e Antropologia	02
Sociologia	01
Psicologia	01
Linguística	01
Ciências Sociais	01

Quadro 10
Formação dos Autores; Doutorado

- Pós-doutorado: foram localizados 14 autores com pós-doutorado:

Educação	04
Teologia	02
História	02
Sociologia	01
Psicologia	01
Geografia	01
Filosofia	01
Ciência da Religião	01
Antropologia	01

Quadro 11
Formação dos Autores; Pós Doutorado

- Livre-Docência foram localizados 04 autores com livre docência:

Ciência da Religião	01
Educação	01
Psicologia	01
Teologia	01

Quadro 12
Formação dos Autores; Livre-Docência

Por meio das informações obtidas, verificou-se que dos pesquisadores/autores a formação com maior incidência é com certeza na área de Educação, na graduação dos 80 identificados, 26 com formação em Pedagogia. No Mestrado dos 69 identificados, 34 em programas de Educação. E no Doutorado dos 38 identificados, 14 na área de Educação. Esses dados demonstram que de fato no

espaço de reflexão sobre o campo educacional, o interesse pelo Ensino Religioso ao longo dos 15 anos pesquisados é significativo. Outra área que reúne pesquisadores é a Teologia: na Graduação 09 autores, no Mestrado 12 autores, no Doutorado 06 autores, no Pós-Doutorado 02 autores e na Livre-Docência 01 autor.

Destacamos ainda a Ciência da Religião, assim distribuídos: 02 autores na Graduação, 06 autores no Mestrado, 08 autores no Doutorado, 02 autores Pós-Doutorado e 01 autor na Livre-Docência. Outras áreas afins como Filosofia, História, Sociologia, Antropologia também estão presentes entre os autores.

Na graduação dos autores, as áreas de Turismo, Comunicação Social, Ciências Biológicas, Informática, Biblioteconomia, aparecem em número menor. A mesma característica nos Programas de Mestrado e Doutorado em Linguística, Psicologia, Enfermagem encontra-se em uma presença muito específica.

Outro dado que a pesquisa permitiu evidenciar foi à relação entre autor e artigos produzidos e assim estão distribuídos:

Artigos produzidos	Autores	Nº. de pesquisadores
38	Sérgio Junqueira	01
07	Edile Maria Fracaro Rodrigues	01
05	Luiz Antonio Cunha	01
04	Claudino Gilz Emerli Schlögl Lílian Blanck de Oliveira Luiz Alberto Sousa Alves Remí Klein Robson Stigar	06
03	Ângela Maria Ribeiro Holanda Cláudia Regina Tavares Cardoso Adkins Isabel Cristina Piccinelli Dissenha Lurdes Caron Lurdes de Fátima Polidoro Sérgio Barbosa Rodrigues Sylvio Fausto Gil Filho Viviane Cristina Cândido	08
02	Afonso Maria Ligorio Soares Ana Marie Cavaliere Anísia de Paulo Figueiredo Carlos Roberto Jamil Cury Emerson Giumbelli Erlei Antonio Vieira Gisela I. W. Streck Janayna de Alencar Lui Laude Erandi Brandenburg Leo Marcelo Plantas Machado	13

	Liliana C. Seehaber Marilac da Rosa Olenik Rachel de Moraes Borges Perobelli	
01	Ademildo Kuhn Alberto da Silva Moreira Antonio Boeing Bárbara Raquel do Prado Gimenez Corrêa Célio Borja Celma Christina Cruz da Rocha Cesar Ranquetat Junior Daniela Patti do Amaral Daniela Viana Leal Débora Toniolo Rau Dilmeire Sant'Anna Ramos Vosgerau Domenico Costella Douglas Cabral Dantas Douglas Jeferson Menslin Edlaine de Campos Gomes Ednilson Turozi de Oliveira Eliane Moura da Silva Eulálio Figueira Evaldo Luis Pauly Geraldo José de Paiva Gilson Marcos da Silva ² Henri Luiz Fuchs Iliana Juracy de Amorim Biscaia Machado Irma Beatriz Araújo Kappel Janaína Camilo Jordanna Castelo Branco José Antônio Lucas Guimarães José Carlos Bertoni José Vaidergorn Josias Rafael Wagner Juliana de Mello labor Karina Kosicki Bellotti Leá Marcondes Lidia Kadlubitski Lidiane Fatima Grützmänn Carneiro ³ Luis José de Oliveira Geraldés Luiz Guilherme Braga Luzia Sena Maria Amélia Schmidt Dickie Maria Celina de Queirós Cabrera Nasser Maria Eliane Azevedo da Silva Maria Judith Sucupira da Costa Lins Marili Bassini Marília De Franceschi Neto Domingos Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro Miguel Longhi Neuza Alves Nascimento Patrícia Corsino Rosa Lydia Teixeira Corrêa ³ Rosane Andrade Torquato Roseli Fischmann Sandra de Sá Carneiro	61

	Sergio Luis do Nascimento Simone Riske-Koch Suzana dos Santos Gomes Teofilo Bacha Filho Vera Lúcia do Amaral Vicente Paulo Alves Viviane Mayer Daldegan Wander Moreira da Costa Wolfgang Gruen	
--	--	--

Quadro 13
Autores de Artigos

4.2.3. Temas abordados nas diferentes publicações

Após análise dos 124 artigos localizados sobre o Ensino Religioso em periódicos científicos, no período de 1995 a 2010, identificaram-se os principais temas de produção: Escola confessional; Legislação e laicidade; Formação de professores; Questão da metodologia; Conteúdos filosóficos expressos em estudos sobre subsídios; A história do Ensino Religioso e identidade.

Tema	Publicação
Ensino Confessional	Aspectos do ensino religioso e da Pastoral escolar nas escolas Católicas do Brasil.
	Espaço e representação na formação do professor de Ensino Religioso: arte/espiritualidade. Diferentes linguagens na formação de professores do ensino religioso. Ciência da Religião, Ensino Religioso e Formação Docente. Aspectos referentes à formação de professores de ensino religioso. A questão da simbologia na formação do professor que atua no Ensino Religioso.
Questão da metodologia, conteúdos filosóficos expressos em estudos sobre subsídios	A Transposição Didática: a passagem do saber científico para o saber escolar. Adolescentes e religiosidade: aportes para o Ensino Religioso na escola. Ensino Religioso entre Sons e Imagens. Ensino Religioso na perspectiva da escola: uma identidade pedagógica. Do Ensino Religioso ao estudo da Religião: uma proposta epistemológica. Concepções epistemológicas no Ensino Religioso: desafios para a práxis. Ciência da Religião, Ensino Religioso e Formação Docente.
	Ensino Religioso, uma herança do autoritarismo. Ensino Religioso: para explicar melhor, conte uma história.

	O Ensino Religioso como parte elementar da formação integral. O ensino religioso escolar: modelos teóricos e sua contribuição à formação ética e cidadã. O Ensino Religioso para ensinar ou formar? Um tema forte e delicado. O Estado e a Educação Religiosa: Observações a partir da Psicologia. Ensino Religioso em escolas públicas no Brasil: notas de pesquisa. Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente. Autonomização do campo educacional: efeitos do e no ensino religioso. Ciências da Religião numa sociedade multicultural A questão do ensino religioso na União Européia. Ainda o Ensino Religioso em escolas públicas: subsídios para a elaboração de memórias sobre o tema. A identidade do Ensino Religioso a partir dos livros produzidos sobre esta área do conhecimento. A etnorreligiosidade em um educandário do ensino básico boavistense: novos paradigmas na elaboração de um projeto didático pedagógico plural. A Experiência da Capacitação Descentralizada. A identidade do ensino religioso, do rito cristão na história da educação brasileira. A disciplina Ensino Religioso com adolescentes.
	A Educação na concordata Brasil-Vaticano. A identidade do Ensino Religioso no contexto da laicidade. A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica? Ensino Religioso no contexto das legislações: entre conquistas, desafios e perspectivas. Ensino Religioso: da concepção à regulamentação.

Quadro 14
Temas dos Artigos

A relação entre os temas abordados nos artigos científicos e o número de artigos, assim se expressa:

Temas	Artigos
A história do Ensino Religioso e identidade	43
Questão da metodologia, conteúdos filosóficos expressos em estudos sobre subsídios	41
Formação de professores	25
Legislação e Laicidade	13
Escola confessional	02

Quadro 15

Quadro geral da distribuição dos artigos

Percebe-se que a compreensão da identidade e a história do Ensino Religioso é uma das temáticas mais exploradas pelos autores, o que é compreensível, pois historicamente as pesquisas e projeto estiveram focados na construção do perfil realizado na prática deste componente curricular. Um segundo tema é a sua relação pedagógica e epistemológica, para tal os elementos de fundamentos pedagógicos provocam a compreensão desta área, posteriormente as experiências e propostas sobre a formação de professores. Duas temáticas com menor intensidade de publicação são Legislação e Laicidade, assim como, a questão da Escola Confessional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício de estabelecer o perfil e tendências da produção científica para o Ensino Religioso significa o estabelecimento de balizas para prosseguir na produção de obras de referência, que poderão auxiliar no trabalho dos atuais e futuros pesquisadores. Especialmente pelo fato de que o Ensino Religioso, ao longo da história da educação brasileira, nunca foi propriamente considerado uma área de conhecimento, em consequência de sua origem de uma articulação política entre instituições religiosas e governo.

Recentemente com a expectativa da escolarização deste componente curricular e com a criação dos cursos de Licenciatura, emerge a tendência de uma nova concepção para o Ensino Religioso, por meio da produção e publicação de artigos de trabalhos acadêmicos apresentados em eventos, livros resultantes de dissertações e teses.

Com as análises realizadas em artigos sobre o Ensino Religioso, foram localizados 124 artigos em periódicos científicos, no período de 1995 a 2010. Percebe-se que houve um crescimento significativo na produção e divulgação dos artigos, pois esses foram distribuídos ao longo dos anos em 33 periódicos científicos. É nesta perspectiva foram identificados os principais temas de produção: Escola confessional; Legislação e laicidade; Formação de professores; Questão da metodologia, conteúdos filosóficos expressos em estudos sobre subsídios; A história do Ensino Religioso e identidade.

O primeiro registro sobre a publicação de textos referentes ao Ensino Religioso foi promovido pelo Secretariado Nacional de Ensino da Religião, relativamente tinha o apoio das escolas e da Associação de Educação Católica (1945). Porém posteriormente não foram encontrados registros de artigos de Ensino Religioso até a década de setenta, quando a Revista de Catequese criada em 1977 (n.0), Editora Salesiana (SP), passou a publicar artigos, notícias, experiência sobre este componente curricular que com a Lei 5692 (1971) iniciava um novo percurso e orientação para essa disciplina.

Quanto à formação dos pesquisadores, encontramos uma grande variedade nos cursos de graduação, partindo da pedagogia, filosofia e ciências da religião, até chegar a cursos como enfermagem, serviço social, nutrição e informática. Essa

diversidade pode e deve colaborar com a sedimentação da pesquisa em Ensino Religioso, pois apresenta diversos olhares sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa / Portugal, Edições 70, 1977.

BONAVIDES, P.: AMARAL. R. **Textos políticos da história do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1996, v. 8.

BUFREM, Leilah Santiago; JUNIOR, Rene Faustino Gabriel; GONÇALVES, Viviane. **Dez anos de revista Diálogo Educacional (2000-2009): histórico e evolução**. In: Revista Diálogo Educacional – Vol. 10 – n. 29, jan/abr, 2010, Curitiba: PUCPR.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL/ INSTITUTO NACIONAL DE PASTORAL, **Relatório do Secretariado Nacional de Ensino da Religião**, Rio de Janeiro, Mimeo., 1952.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Educ. Soc. [online]. 2002, vol. 23, no. 79 [citado 2009-03-31], pp. 257-272. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302002000300013&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0101-7330. doi: 10.1590/S0101-73302002000300013 Acesso em 12 de julho de 2011.

FIGUEIREDO Anísia de Paulo. **O Ensino Religioso no Brasil: tendências, conquistas e perspectivas**. Petrópolis, Vozes, 1996.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, Normas para habilitação e admissão de Professores de Ensino Religioso, Blumenau, Mimeo, 1997.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO, Pâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. São Paulo: Ave Maria, 1997.

FRAIZ, Priscila. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais de Gustavo Capanema. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol 11, n. 21, 1988. Disponível em <[http://WWW.fap.pr.gov/arquivos/File/Arquivos2009/Extensão/I encontro inter artes/26 Zeloi dos Santos.pdf](http://WWW.fap.pr.gov/arquivos/File/Arquivos2009/Extensão/I%20encontro%20inter%20artes/26%20Zeloi%20dos%20Santos.pdf)>. Acesso em 07 agosto 2010.

GARCIA, A. M. F. **O Conhecimento**. In: HÜHNE, Leda Miranda (Org.) **Metodologia científica**: caderno de textos e técnicas. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

IBICT. ISSN. Disponível em: < <http://www.ibict.br/secao.php?cat=ISSN> >. Acesso em: 25 de setembro. 2011 às 16:43.

JUNQUEIRA, S.; DISSENHA, I.C.P.; BARBOSA, S.R. **Eventos acadêmicos: A construção da identidade do Ensino Religioso nos acontecimentos e trabalhos científicos**. In: Estudos Teológicos / Escola Superior de Teologia – Vol. 50 – n.1 – jan./jun. 2010, São Leopoldo: Sinodal.

_____.Sérgio Rogério Azevedo (Org). **O Sagrado: fundamentos e conteúdo do ensino religioso**. Curitiba, Ibpx, 2009.

_____.Sérgio Rogério Azevedo. **Ensino Religioso no Brasil:estudo do seu processo de escolarização**. Tese de Doutorado na Universidade Pontifícia Salesiana: Roma, 2000, 353 p..

_____. Sérgio Rogério Azevedo. **O processo de escolarização do Ensino Religioso no Brasil**. Petrópolis,Vozes, 2002.

_____.Sérgio Rogério Azevedo; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira; HOLANDA, Ângela Maria. **Aspectos legal e curricular**. São Paulo, Paulinas, 2007.

_____.S. R. A.; WAGNER, R.(Org.). **Ensino Religioso no Brasil**. Curitiba, Champagnat, 2011.

KOPNIN, P.V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1978.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

LAVILLE. Chirstuan.; DIONE Jean. **A construção do saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre, Artmed, 1999.

MAZZOTTI, T.B. **Analyse des métaphores: une approche pour la recherche sur les représentations sociales**. In: GARNIER, C.; DOISE, W. *Les representations sociales*: balisage du domaine d'études. Montréal: Éd. Nouvelles, 2002.

MEADOWS, Arthur Jack. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96, Rio de Janeiro, Qualitymark, 1997.

MULLER, Suzana Pinheiro Machado. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. In: Ci. Informação – Vol. 23 – n.3 – sert./dez. 1994, Brasília.

NORONHA, Dayse Pires; FERREIRA, S.M.S.P. Revisões de literatura. In: Bernadete Santos. Campelo Beatriz Valadares Andon; Jannette Marguerite Kremer (Org.).

Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte, MG, UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de [et al.]. **Ensino Religioso: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2007.

ROMANOWSKI, J. P. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação.** Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

_____. Lilian Blanck de; KOCH, Simone Riske; WICKERT, Tarcísio Afonso. **Formação de docentes e Ensino Religioso no Brasil: tempos, espaços, linguagens.** Blumenau, EDIFURB, 2008.

ROMANOWSKI, Joana Paulin. **As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90.** Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MAKIYAMA, Matilde Tiemi. **O Ensino Religioso.** São Paulo. EDUSP, 2003.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia Científica:** a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

SEVERNO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, M. B. et al. **Alfabetização no Brasil: O estado do conhecimento.** Brasília: INEP/MEC, 1989.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: Uma perspectiva social.** 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

STIGAR, Robson. **O tempo e o espaço na construção do Ensino Religioso: um estudo sobre a concepção do Ensino Religioso na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Dissertação de Mestrado (Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SANTOS, Paulo Roberto H. **Arqueiros de cientistas gênese documental e procedimentos de organização;** São Paulo. Associação dos arquivistas de São Paulo, 2005.

SILVA, Flávio Mascarenhas. **Organização da informação em sistemas eletrônicos abertos de informação científica e tecnológica, análise da plataforma lattes, 2007. Tese de doutorado em ciência da informação.** Departamento de biblioteconomia e documentação da universidade de São Paulo, 2007.

VALÉRIO, Palmira Mariconi; PINHEIRO, Lena Vani Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. In: Transformação – Vol. 20 – n.2 – mai/ago. 2008, Campinas.

ANEXO

CÓDIGO	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR	RESUMO	REVISTA
AR001	O Ensino Religioso como parte elementar da formação integral	Ademildo Kuhn	Sem resumo	Estudos Teológicos, v. 44, n. 2, p. 113-124, 2004
AR002	Ciência da Religião, Ensino Religioso e Formação Docente	Afonso Maria Ligorio Soares	O artigo discute a relação entre Ciência da Religião, ensino religioso (ER) e a adequada formação docente de quem se encarregará de ministrar essa disciplina no ensino fundamental das escolas públicas. Para o autor, o ER nada mais do que a transposição didática dos resultados alcançados pela Ciência da Religião. Ele avança pelo terreno epistemológico e descarta os modelos catequético e teológico para o ER, sugerindo o modelo da Ciência da Religião como o único habilitado a sustentar a autonomia epistemológica e pedagógica do ER.	Revista de Estudos da Religião setembro / 2009 / pp. 1-
AR003	O mal estar do ensino religioso nas escolas públicas	Ana Marie Cavalliere	O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em 14 escolas da rede estadual do Rio de Janeiro, onde se analisou o processo de implementação do ensino religioso confessional como disciplina regular. Os depoimentos de 96 professores demonstraram que ainda que predomine o apoio à disciplina, há um mal-estar nas escolas quanto ao seu caráter confessional. O estudo mostrou também que a expectativa de	Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 131, p. 303 – 332, maio/ago, 2007

AR004	Quando o Estado pede socorro à religião	Ana Marie Cavalliere	reforço do controle social foi a base para a aceitação da disciplina pelos professores.	Revista Contemporânea v. 01 - n. 02 - jul/dez - 2006
AR005	Ensino Religioso no contexto das legislações: entre conquistas, desafios e perspectivas	Ângela Maria Ribeiro Holanda	O presente artigo destaca o Ensino Religioso nesses últimos 15 anos, no contexto das legislações, apresentando aspectos entre conquistas, desafios e perspectivas desde 1995, quando da instalação do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (Fonaper), o qual mobilizou educadores e instituições de ensino superior para a construção da identidade pedagógica deste ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, por meio da nova redação dada ao artigo 33 pela Lei n. 9.475/97, consolida a discussão curricular, a utopia do respeito à diversidade religiosa, na	Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 30, p. 291-307, maio/ago. 2010

AR006	Fenômeno Religioso e Religiosidade	Ângela Maria Ribeiro Holanda	perspectiva do convívio a partir do diálogo inter-religioso, e a reflexão da operacionalização deste ensino na implantação/implementação dos sistemas e redes de ensino. O presente artigo tem como objetivo estudar o fenômeno religioso e a religiosidade, evidenciando o ser humano, enquanto ser religioso, a experiência de religiosidade inerente a cada ser, sua relação com o sagrado, o absoluto em busca do transcendente que é expressa através dos ritos, dos mitos e símbolos. A abordagem possibilita contribuir também na discussão do objeto de estudo do ensino religioso, componente curricular da Base Nacional Comum do Ensino Fundamental.	Revista de Educação da AEC – ano 35 janeiro/março 2006 n. 138 – pp. 24 a 31
AR007	Ensino Religioso: da concepção à regulamentação	Anísia de Paulo Figueiredo	O ensino religioso como disciplina do currículo, é assunto discutido em todas as etapas da implantação e implementação da educação no Brasil. Passou, nesse transcurso, por diferentes óticas das quais procedeu a um tipo de olhar sobre seu objeto de estudo e de interesse sócio-político-cultural, nas respectivas fases de sua organização e efetivação como parte integrante do sistema de ensino. Tomado como fio condutor de todo o processo civilizatório brasileiro foi sempre amparado por uma legislação especial que continua a remetê-lo à condição de disciplina “sui generis”: componente	Revista de Educação da AEC – ano 35 janeiro/março 2006 n. 138 – pp. 43 a 61

			de dentro e de fora do ambiente escolar, a um só tempo. É integrante do sistema escolar como disciplina, mas dependente do sistema religioso, com linguagens, práticas, ambientes e outros aspectos diferenciados. Este último sistema é chamado a opinar sobre que conteúdos incluir na programação escolar e, em determinados Estados, a orientar a sua organização e prática pedagógica. A escola, por sua vez, com sua natureza laica, deve oferecê-lo, desde que a frequência seja facultativa, pois a própria Carta Magna o faz passar pelo prisma da liberdade religiosa, uma vez que a escola da rede pública está vinculada ao princípio da laicidade do Estado. Se entendido como algo próprio da religião, a Lei Maior, a partir de 1934, assegura ao cidadão, uma vez matriculado em escola da rede pública, o direito em fazer a opção pela frequência à disciplina, ou não. (Constituição Federal, art. 210, § 1º). E mais, a Escola depende de alguns critérios administrativos e de aspectos filosóficos que pontuam a natureza da matéria, constantes de Leis Regulamentares	
AR008	O GRERE na CNBB: uma caminhada de vinte anos	Anísia de Paulo Figueiredo	Sem resumo	Revista de Educação da AEC – ano 34 julho/setembro 2005 n. 136 – pp. 90 a 99
AR009	Expressões culturais e religiosas: potencializando o diálogo	Antonio Boeing	Este texto analisa a produção cultural e religiosa como resultado	Revista de Educação da AEC – ano 35 janeiro/

AR010	Formação docente para o ensino religioso: desafios e perspectivas na refundação de uma disciplina escolar	Bárbara Raquel do Prado Gimenez Corrêa Sylvio Fausto Gil Filho	do esforço humano no sentido de responder às suas necessidades, preocupações, interesses, desejos e sonhos. Considera que as expressões culturais e religiosas estão perpassadas pelas contradições inerentes em cada espaço e tempo e, que os modelos criados buscam padronizar outras maneiras de organizar a vida. Destaca a abertura do ser humano à transcendência e sua busca permanente tendo em vista significar e direcionar a existência. Reflete sobre a importância dos processos educativos contemplarem a dimensão religiosa e, pontua aspectos que favorecem ou impedem o diálogo. O Ensino Religioso está presente no espaço escolar com todos os seus dilemas e perplexidades através dos seus conteúdos e práticas. O professor de Ensino Religioso em sua prática profissional projeta o estudo do fenômeno religioso e redefini o sagrado como sendo algo ligado ao cotidiano religioso e gerando um conflito entre o caráter científico do objeto de estudo da disciplina e as crenças pessoais. O estudo da formação do professor de Ensino Religioso permite a revisão crítica da tomada de decisão na prática docente. Assim como, o processo de como o discurso formulado pelo professor depende da mediação da vontade e do intelecto articulados	março 2006 n. 138 – pp. 32 a 42 Revista Religião & Cultura – Vol. VI – n. 11 Jan/Jun 2007 , p. 69 a 82
-------	---	--	---	--

AR011	Ensino religioso na escola pública: o retorno de uma polêmica recorrente		com a crença pessoal. As verdades que acreditamos são constituídas de fatos e idéias existentes para nós na medida em que os vemos assim. São representações da nossa vontade e construções do nosso intelecto. A dualidade entre vontade e intelecto atinge a prática docente no Ensino Religioso na medida em que as representações de nossa vontade são confrontadas com as formulações do nosso intelecto treinado na academia. O processo de transformação do conhecimento, na escola, esta afeto a dinâmica de nossa disposição em agir que é parte essencial de nossas crenças. No Ensino Religioso partimos do pressuposto que as nossas crenças pessoais mediadas pela vontade são ainda preponderantes na prática escolar, pois não houve um rompimento com a visão dominante sobre a disciplina que quase é uma imagem do senso comum. O texto objetiva refletir sobre a rumorosa questão que envolve o ensino religioso em escolas públicas. Esse ensino religioso, ainda que facultativo, vem revelando-se problemático em Estados laicos, perante o particularismo e a diversidade dos credos religiosos. Cada vez que tal proposta compareceu à cena dos projetos educacionais, veio carregada de uma discussão intensa em torno de sua presença e	Revista Brasileira de Educação - Set /Out /Nov /Dez 2004 No 27
-------	--	--	---	--

			factibilidade em um país laico e multicultural. No caso do Brasil, o conjunto de princípios, fundamentos e objetivos constitucionais, por si só, garante amplas condições para que, com a toda a liberdade e respeitadas todas as opções, as igrejas, os cultos, os sistemas filosófico-transcendentais possam, legitimamente, recrutar fiéis, manter crentes, manifestar convicções, ensinar seus princípios, fundamentos e objetivos e estimular práticas em seus próprios ambientes e locais. Além disso, hoje mais do que ontem, as igrejas dispõem de meios de comunicação de massa, em especial as redes de televisão ou programas religiosos em canais de difusão, para o ensinamento de seus princípios	
AR012	Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino fundamental	Carlos Roberto Jamil Cury	Sem resumo	Revista Brasileira de Educação Mai/Jun/Jul/Ago 1996 N ° 2
AR013	O ensino religioso e o artigo 33, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Célio Borja	Sem resumo	Rev. Direito, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, jul./dez. 1998
AR014	Tematizando o ensino religioso – identidade e des-identificações	Celma Christina Cruz da Rocha	O artigo tem como principal questão de reflexão a constituição da identidade religiosa. Utilizou-se como ferramenta teórica de diálogo elementos das contribuições de pensadores contemporâneos, num recorte específico que se refere à questão da identidade, das práticas discursivas e à constituição da identidade religiosa. O texto pretende ser uma contribuição	Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.16, p. 147-166, set./dez. 2005

			instigante, no sentido de uma provocação permanente às relações de poder-saber-subjetividade. Contêm manifestos o desejo e o esforço para abrir novos caminhos éticos numa perspectiva da constituição de uma subjetividade que se exerce a partir da vigilância e de um ativismo incessante que não busca o fim da luta, mas a liberdade de participação nela.	
AR015	Do confessional ao plural: uma análise sobre o novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas brasileiras	Cesar Ranquetat Junior	Este artigo procura examinar a nova modalidade de ensino religioso definida pela Lei Federal 9.475/97 que altera o artigo 33 da LDB de 1996. O novo modelo de ensino religioso se afasta de toda forma de confessionalismo e proselitismo buscando estar de acordo com a atual pluralização do campo religioso brasileiro. Analisam-se também questões como a laicidade, a secularização e a relação Estado e Igreja Católica que estão intimamente relacionadas com o ensino religioso nas escolas públicas.	Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 8, n. 23, p. 289-305, jan./abr. 2008
AR016	A contribuição do ponto de vista do professor-leitor, da revista Diálogo para o ensino religioso	Cláudia Regina Tavares Cardoso Sérgio Junqueira	A Diálogo – Revista de Ensino Religioso – tem contribuído para a formação dos professores no Brasil e na propagação do Ensino Religioso (ER), como área de conhecimento, desde a criação em 1995 até 2005, quando completou 10 anos de criação. Essa contribuição se dá por meio dos temas abordados e também pela ótica dos educadores, que buscam	Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História – maio de 2008.

		contribuir na elaboração da revista, enviando seus questionamentos e sugestões. A Revista Diálogo é editada pela Paulinas, desde outubro de 1995 e nasceu das aspirações de professores do ER. Criada em pleno debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que em 1997 ocorreu a revisão do Artigo 33, da Lei 9.475/97, que reforçou o ER como disciplina curricular e área de conhecimento a ser ensinado nas escolas públicas do ensino fundamental. O formato da Diálogo foi estudado pelos elaboradores, pensando no(a) professor(a)-leitor(a) do periódico, conforme descreve a editora, Imã Luzia Sena, em entrevista: “(...) nós começamos do zero (...) pensando no formato da revista, colocando-nos no lugar do professor, como ele queria que fosse”. Da relação entre o professor-leitor e o periódico Diálogo há todo um processo de comunicação e recepção em que produto (a Revista) oportuniza ao público-sujeito-leitor-receptor (o professor) aquisição de conhecimento, de informação. O professor-leitor, por sua vez, retorna esse saber e interfere na elaboração da Revista. Para analisar as 134 Cartas dos Leitores da Revista Diálogo buscou-se agrupá-las em categorias, que facilitam o processo de análise. Da participação dos leitores em se
--	--	--

		corresponder com a direção da Revista Diálogo, 93 são do sexo feminino, sendo que os universos feminino e masculino que escreveram estão concentrados na região Sudeste do Brasil. Como “Formação” entendeu-se na leitura das cartas que são utilizadas, ao menos, com três fins específicos: na informação e atualização do(a) leitor(a)- receptor(a); como subsídio para atuação do professor em sala de aula e como material de apoio, manuseado pelos estudantes. Ao analisar as cartas, observando a formação e atuação dos receptores da Diálogo conseguiu-se delinear o perfil desse(a) leitor(a). Entre os correspondentes, 46,25% (62 leitores) não especificaram a formação ou a atuação profissional e 31,34% são professores do ER nas redes pública e particular e também religiosos(as). No uso da Revista Diálogo como “subsídios para a atuação em sala de aula” percebe-se a satisfação de 37,31% dos(as) leitores(as). Como o(a) receptor(a)- leitor(a) percebe a revista, pode vir a influenciar em seus sentimentos com relação ao objeto do conhecimento, neste caso o ER. O formato da Revista, a visualização, com imagens, fotos e ilustrações interferem na assimilação do objeto lido. Entre o universo de correspondências, 74 referem-se positivamente a apresentação da Revista Diálogo.
--	--	--

AR017	Análise da reportagem da Época sob os pontos de vista do Ensino Religioso e do Leitor - Jesus vai a Escola	Cláudia Regina Tavares Cardoso Adkins Sérgio Junqueira	A história do Ensino Religioso é organizada a partir das legislações, dos textos didáticos produzidos para subsidiar o cotidiano da sala de aula, mas especialmente dos textos publicados em revistas e jornais brasileiros. Essas publicações expressam a polêmica envolvendo esta área do conhecimento, e que mobilizam a relação do Estado e Igreja, ao longo do século XX e recentemente no século XXI. Este artigo parte das reações provocadas pelo texto publicado pela Revista Época n.º 537, edição de 1.º de setembro de 2008, a partir da concepção do Ensino Religioso e das teorias do leitor. Procura analisar mais um momento desta história contemporânea, para tal foram utilizados autores como Chartier, Chalhub e Mattelart que nos permitem construir este percurso histórico.	Revista da Católica – n. 04 – v. 02 – 2010
AR018	O dialogar da Revista Diálogo com o professor-leitor do Ensino Religioso	Cláudia Regina Tavares Cardoso Adkins	Esta pesquisa considerou a contribuição da Revista Diálogo, mídia impressa editada pelo Grupo Paulinas, para a formação do professor-leitor do Ensino Religioso, durante o período de 1995 a 2010. Procurouse identificar as percepções de professores sobre o Ensino Religioso, a partir da Revista Diálogo, pela ótica da teoria do receptor-leitor. A importância do tema se dá em vista da inserção do Ensino Religioso, como área de conhecimento (1998), antecedido	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n. 2, p. 383-415, jul./dez. 2010

AR109	O projeto "As Cores da Vida" na celebração do Ano Brasileiro do Ensino Religioso		pela revisão do Artigo 33, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1997), que reforçou o Ensino Religioso como disciplina curricular e área de conhecimento a ser ensinada nas escolas públicas do ensino fundamental. Considerados o objeto do estudo e o conteúdo a ser analisado, houve apoio teórico em Freire, Junqueira e Garcia. Embasando a teoria da recepção, com ênfase no leitor-professor e a função da linguagem na mensagem da revista, foram consultados Bordenave, Chalhub, Chartier, Martin-Barbero, Mattelart, entre outros. Foi demonstrado que a Diálogo auxilia no aprofundamento e na atualização sobre o fenômeno religioso, orientando e ampliando o conhecimento dos leitores. Portanto, no ponto de vista do professor-leitor, a Revista Diálogo contribuiu para a formação continuada do docente do Ensino Religioso. Esse leitor-professor encontra-se no processo dinâmico pela busca da formação continuada e permanente. O Ensino Religioso encontra espaço para levar o aluno a refletir sobre o sentido da vida e assumir um compromisso responsável de transformação da realidade segundo os valores religiosos, por meio de escolhas livres e coerentes.	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n.
-------	--	--	--	--

AR020	Aspectos Conceituais na Formação de Professores do Ensino Religioso no Brasil		implicações à disciplina de Ensino Religioso, provenientes dos fenômenos socioculturais que compõem o atual contexto, de modo especial a necessidade de superação dos preconceitos religiosos, das marginalizações, das diferenças, das polarizações e dos fundamentalismos. Discute a contribuição que o Ensino Religioso pode oportunizar por meio de proposta pedagógica e curricular composta de um conjunto temático, gradativamente distribuído em trimestres letivos, pertinentes ao estudo das manifestações do fenômeno religioso, com objetivos estabelecidos e com enfoque adequados à faixa etária do corpo discente. Apresenta os detalhes do processo de elaboração e de implementação do Projeto “As Cores da Vida”, em comemoração ao Ano Brasileiro do Ensino Religioso, proclamado em 15 de novembro de 2009, na Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus.	2, p. 479-499, jul./dez. 2010
		Claudino Gilz Gilson Marcos da Silva Lidiane Fatima Grützmann Carneiro Rachel de Moraes Borges Perobelli	O presente artigo tem como objetivo discutir os cursos de formação de professor de ensino religioso por meio de aspectos conceituais, a saber: ideologia e identidade. Oportuniza uma reflexão de como a noção de um curso de formação de professores, tendo em vista construir identidade, pode agregar em torno de si elementos ideológicos quase	Revista Religião & Cultura – Vol. VI – n. 11 Jan/Jun 2007 – ISSN 1676-6881, p. 57 a 68

AR021	Ética, moral e civismo: difícil consenso		sempre ignorados. Analisa o conceito de 'ideologia' enquanto horizonte de compreensão de como a educação veio historicamente se constituindo em termos de pensamentos, enfoques, políticas públicas, propostas curriculares, cursos de formação de professores (de Ensino Religioso). Contempla a idéia de 'não-neutralidade' na educação, uma vez que não é possível pensar em 'curso' ou em 'formação docente' prescindindo de aspectos conceituais a partir dos quais o professor manifesta sua subjetividade e contribui para que haja um ensino reproduzidor de alienações ou não. Aponta para a importância de o professor de Ensino Religioso entender-se como participante de um contexto histórico e social em processo, no qual o diferencial de sua atuação docente consistiria basicamente na capacidade de posicionar-se criticamente, fazendo-se protagonista de sua trajetória profissional.	Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 131, p. 351-369, maio/ago. 2007
		Daniela Patti do Amaral	As discussões que envolvem o conceito de ética, moral e civismo estiveram e ainda estão presentes no campo educacional, seja através de disciplinas como Educação, Moral e Cívica; Organização Social e Política Brasileira; Estudo dos Problemas Brasileiros; pela via do Ensino Religioso, ou, mais recentemente por meio dos temas transversais. Entre os anos de 1997	

AR022	A Experiência da Capacitação Descentralizada		e 2006, 13 proposições foram apresentadas por congressistas, procurando reintroduzir nas escolas o estudo da educação moral e civismo, ou introduzir disciplina que contemple a ética e cidadania, em busca do resgate de valores supostamente perdidos pela sociedade. Realizamos uma pesquisa sobre essas proposições, seus autores e suas justificativas. Buscamos problematizar a ambigüidade no discurso e na prática política dos parlamentares e refletir sobre as dificuldades de consenso em torno dos valores pretendidos pelos projetos parlamentares.	Revista de Estudos da Religião Nº 2 / 2004 / pp. 15-25
		Daniela Viana Leal	O texto trata do trabalho desenvolvido pela equipe do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo no ano de 2003. Apresenta a proposta do programa de Ensino Religioso entendido como campo de conhecimento e de formação cultural, de caráter necessariamente universal, renegando qualquer tipo de proselitismo e propondo o respeito a todos os tipos de religião sem discriminação ou privilégio de nenhuma delas. A abordagem parte do ponto de vista da experiência da autora como capacitadora dos professores da rede pública estadual, relata as discussões e	

			debates desenvolvidos nos encontros realizados nas Diretorias Regionais do Estado, além de propor algumas sugestões de atividades didáticas com o uso do cinema como instrumento midiático para a educação.	
AR023	Epistemologia do Ensino Religioso	Domenico Costella Ednilson Turozi de Oliveira	Este artigo situa o Ensino Religioso nas escolas no contexto da variedade dos saberes humanos, seguindo a intuição de Edgar Morin. O artigo afirma que a Epistemologia, junto com a perspectiva fenomenológico-hermenêutica, é sensível ao Sagrado e às experiências religiosas num clima de respeito, análise aprofundada e observação. O artigo propõe um processo de autoquestionamento e auto-avaliação dos próprios princípios teóricos para que os professores e as professoras de ensino religioso apreciem ainda mais as experiências religiosas de cada aluno (a) e tomem consciência da relevância de uma perspectiva que apresente as experiências religiosas como parte constitutiva dos seres humanos.	Revista Religião & Cultura – Vol. VI – n. 11 Jan/Jun 2007 – ISSN 1676-6881, p. 43 a 56
AR024	O ensino religioso escolar: modelos teóricos e sua contribuição à formação ética e cidadã	Douglas Cabral Dantas	O percurso histórico do Ensino Religioso na escola pública brasileira deixou-nos como herança uma compreensão pouco unânime acerca da identidade e objetivos desta disciplina, o que implicou também o surgimento de princípios e concepções diferentes em torno de projetos político-pedagógicos,	Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 112-124, 1º sem. 2004

AR025	Cursos de especialização de ensino religioso no cenário brasileiro	Douglas Jeferson Menslin Sérgio Rogério Azevedo Junqueira	metodologias e formação de seus professores. Este artigo tem como objetivo favorecer a revisão de pressupostos que estão na base de diferentes modelos teóricos do Ensino Religioso Escolar, como também de suas respectivas opções pedagógicas, e apontar algumas reflexões que contribuem para a divulgação do modelo pluralista (ou inter-religioso), mais inclusivo e democrático, e, portanto, concernente com a natureza mesma da escola pública. A partir da homologação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, em que se institucionalizou a exigência de formação profissional para aqueles que atuam no magistério, tentou-se estabelecer uma identidade para os profissionais docentes para as diversas áreas do conhecimento, como no caso do ensino religioso. Apesar da legitimação desse profissional, o que se tem detectado é que poucos são os profissionais habilitados para essa área do ensino. Uma das alternativas encontradas é a criação de cursos de especialização lato sensu, cuja característica é justamente complementar a formação docente para áreas específicas do conhecimento. O objetivo deste artigo é retratar a construção ou a (des)construção dessa identidade no decorrer da história educacional no Brasil, apontando as características dos	Ciência da Religião – História e Sociedade – vol 06 – n. 02 – 2008
-------	--	--	---	---

AR026	Em Riscos e Rabiscos: Concepções de Ensino Religioso dos Docentes do Ensino Fundamental do Estado do Paraná	Edile M. Fracaro Rodrigues Sérgio Rogério Azevedo Junqueira Dilmeire Sant'Anna Ramos Vosgerau	cursos de especialização para o ensino religioso por meio de um estudo entre os anos de 1997 e 2008 dos diferentes cursos de especialização para o ensino religioso oferecidos no território nacional brasileiro, bem como propor algumas reflexões sobre a construção da identidade do profissional docente para o ensino religioso no Brasil. O Ensino Religioso, como área de conhecimento, tem se preocupado com uma formação específica levando em conta as necessidades dos professores, pois um docente formado por uma determinada escola de pensamento vai formar segundo esses moldes. A partir de duzentos e dezoito desenhos e frases foram investigadas as concepções de Ensino Religioso dos professores do Ensino Fundamental do Estado do Paraná. A utilização do software ATLAS.ti constitui um aspecto importante da investigação, pois demonstrou eficácia e versatilidade na associação de textos e imagens. Os dados apontaram quatro concepções: Transmissão e Desenvolvimento de Valores, Respostas às Questões Existenciais, Estudo das Tradições Religiosas e Área de Conhecimento. Os riscos e rabiscos esboçam o desenho de uma	Revista de Estudos da Religião setembro / 2009 / pp. 19-44
-------	---	--	--	--

AR027	Cultura Material escolar e Ensino Religioso: um caminho para a formação do professor de ensino religioso	Edile Maria Fracaro Rodrigues Claudino Gilz Sérgio Rogério Azevedo Junqueira	mudança significativa para a história do ER no Paraná: a superação das aulas de religião catequéticas e a preocupação com conteúdos que tratem da diversidade de manifestações religiosas. O presente artigo discute a cultura material escolar a partir de um conjunto de elementos que – direta ou indiretamente – subsidiam o processo de ensino-aprendizagem nas suas mais variadas expressões e espaços físico-sociais, como um caminho para a formação do professor de Ensino Religioso. Constatamos que, além de arquivos, de documentos textuais e iconográficos, de saberes produzidos pelos recursos pedagógicos e de políticas governamentais voltadas à adoção de livros didáticos para as escolas, essas mesmas fontes são também pontos de convergência de usos e sentidos educacionais. Fomenta, por isso, a necessidade de o professor de Ensino Religioso avaliar com mais propriedade as concepções pedagógicas, as práticas e os saberes vinculados aos materiais escolares utilizados nas atividades de ensino aprendizagem. Identifica na pesquisa sobre cultura material escolar um dos meios de elucidar a complexidade inerente aos desafios da formação docente da área de Ensino Religioso, principalmente no	Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 181-195, jan./abr. 2009
-------	--	--	---	---

AR028	Pluralismo religioso, sexualidade e experiência religiosa entre estudantes de ensino fundamental e médio	Edlaine de Campos Gomes Juliana de Mello labor	que diz respeito à problemática da diversidade	Diante do quadro de pluralidade do campo religioso brasileiro, impulsionado especialmente pelo crescimento, participação política e visibilidade das chamadas religiões pentecostais nas últimas três décadas, vimos surgir posicionamentos institucionais distintos em relação aos temas associados à sexualidade como o aborto, os métodos contraceptivos, a virgindade e o homossexualismo. Será que é possível pensar que as interpretações individuais decorrem exclusivamente das orientações institucionais? A proposta desse artigo é apresentar a análise de resultados sugeridos pela pesquisa realizada junto a 198 estudantes, com idade entre 14 e 18 anos, do ensino fundamental e médio da rede pública do estado de Santa Catarina. A pesquisa teve como objetivo estabelecer uma interface entre "ethos privado" e "experiência religiosa", no sentido de perceber a relação entre pertencimento, adesão religiosa e posturas individuais.	Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 105-121, 2004
AR029	Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania	Eliane Moura da Silva	Neste artigo são apresentadas algumas das questões conceituais e teóricas que nortearam a implantação do Ensino Religioso nas escolas públicas de São Paulo. Defendendo o ensino público laico, a diversidade, o multiculturalismo e o pluralismo, o estudo dos	Revista de Estudos da Religião Nº 2 / 2004 / pp. 1-14	

AR030	“Abrindo janelas”: um desafio à formação de educadores além de territórios e territorialidades	Emerli Schlögl Lílian Blanck de Oliveira	fenômenos religiosos foi valorizado como patrimônio cultural e histórico, enfatizando as diversas expressões e crenças definidas como religiosas no campo da História Cultural. Chamando a atenção para os diferentes sentidos e usos de termos que, em determinada situação, geram crenças, ações, instituições, condutas, mitos, ritos. Como atividade pedagógica, o trabalho com a diversidade religiosa se torna elemento central de ação pró-ativa em favor de atitudes de tolerância e respeito às diferenças e compreensão da alteridade.	Revista Religião & Cultura – Vol. VI – n. 11 Jan/Jun 2007 – ISSN 1676-6881, p. 99 a 105
			O presente texto busca focalizar a questão da simbologia no Ensino Religioso tendo em vista a formação de docentes para este componente curricular. Para a psicologia o olhar que se dirige ao mundo capta deste aquilo que em instância psíquica o indivíduo já simbolizou. Mas não basta “abrir as janelas” e tomar conhecimento dos códigos simbólicos que integram as culturas e os sujeitos em relação ao Fenômeno Religioso. É preciso um olhar para o próprio olhar, articular um diálogo entre aquilo que se conhece e aquilo que se deseja conhecer, entre os limites e as possibilidades; buscando perceber que os significantes e os significados pessoais podem auxiliar ou impedir o contato direto e a compreensão dos significados e significantes de outras culturas e	

AR031	A questão da simbologia na formação do professor que atua no Ensino Religioso	Emerli Schlögl	sujeitos, que por sua vez se percebem inscritos e afetos a diferentes territórios e revelam diferentes territorialidades. É fundamental o estudo da simbologia para a compreensão das diferentes manifestações religiosas. O sagrado sempre foi representado e comunicado por meio de símbolos, presentes em vestimentas, em rituais, em formas, objetos, cores, enfim, em todo o entorno vivido no contato com a transcendência/imanência. O símbolo aponta sempre para algo que se encontra além dele, neste caso, os seus múltiplos sentidos, na medida em que são desvendados, lançam novos espaços de segredo e mistério. Portanto, o símbolo é vivo e multifacetado, jamais se esgotando totalmente em interpretações. O exercício de dialogar com os símbolos é tarefa que se coloca para todo aquele que pretenda estudar as expressões do sagrado. Ao professor de Ensino Religioso cabe o estudo constante da linguagem simbólica, pois é nesta que encontrará subsídios para a compreensão dos modos, formas e motivos que levam os homens e mulheres do mundo todo a fazer religião.	Revista de Educação da AEC Ano 34 julho/setembro 2005 n. 136 – pp. 22 a 34
AR32	Espaço e representação na formação do professor de Ensino Religioso: arte/espiritualidade	Emerli Schlögl Sérgio Junqueira	A implantação da concepção do Ensino Religioso como leitura das diferentes manifestações do religioso proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNER)	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n. 2, p. 345-359, jul./dez. 2010

AR033	Ensino Religioso em escolas públicas no Brasil: notas de pesquisa		somente será efetivada pela formação de professores que compreendam o espaço do sagrado. Para tal, a Associação Inter-Religiosa de Educação (Assintec), que foi criada em Curitiba, PR, em 1972, e com uma ampla experiência em formação continuada, organiza desde meados da década de 90, encontros para professores envolvendo a reflexão sistemática sobre a questão que envolve a arte e a espiritualidade. O desenvolvimento deste projeto objetiva favorecer a releitura do fenômeno religioso, a partir da compreensão e experiência do sagrado expressas nas mais variadas modalidades artísticas.	Revista Núcleo de Estudo das Religiões – UFRS ano 09 - n. 14 - 2008
		Emerson Giumbelli	O texto procura discutir algumas dimensões da definição e implementação da disciplina de ensino religioso em escolas públicas no Brasil. Inicia com reflexões mais gerais que levam em consideração a noção de laicidade e os marcos nacionais para o ensino religioso. Em seguida, propõe um cotejo entre as situações dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, abordando contrastes e pontos convergentes. Por fim, apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa que cobre 12 estados brasileiros, destacando três dimensões: os aparatos estatais, os conselhos inter-religiosos e a formação de	

AR034	Religião nas escolas públicas: questões nacionais e a situação no Rio de Janeiro	Emerson Giumbelli Sandra de Sá Carneiro	professores. Neste artigo, tomamos o ensino religioso como campo de questões amplas sobre a relação entre Estado e religião no Brasil. Nosso foco recai sobre dois pontos mais específicos: o artigo 33 da atual LDB, que sinaliza certas transformações do papel e da natureza do ensino religioso, e o caso do Estado do Rio de Janeiro, enfocado a partir da polêmica lei estadual que aprovou o modelo confessional. Tecemos ainda algumas considerações sobre as mudanças que percorrem as relações no campo religioso e, ao final, esboçamos algumas questões, visando a continuidade da problematização das formas pelas quais a relação entre religião e escola vem se definindo.	Revista Contemporânea v. 01 - n. 02 - jul/dez - 2006
AR035	O lugar do ensino religioso na sociedade aprendente	Erlei Antonio Vieira Iliana Juracy de Amorim Biscaia Machado Miguel Longhi Sérgio Junqueira	Hoje, pelo mundo todo, assiste-se a uma crescente multiplicação dos conhecimentos e diversificação dos instrumentos de pesquisa. As alterações na economia, na política e na produção científica evidenciam este novo tempo. ““““ O presente e significativo desenvolvimento da pesquisa nas mais diferentes áreas passou a ser designado “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Definidas como de caráter bibliográfico, tais pesquisas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do	Revista Educação em Movimento, Curitiba, v.2, n.5, p. 77-94, (Supl.), maio/ago. 2003.

AR036	O livro didático no ensino religioso	Erneli Schlögl Erlei Antonio Vieira	conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições tem sido produzidas certas teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de especialização, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos de seminários. Neste artigo serão apresentados e desenvolvidos o percurso e os resultados de um trabalho de pesquisa sobre a produção acadêmica que vem sendo desenvolvida no Brasil no campo do ensino religioso, área de conhecimento estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Esse estudo foi iniciado e conduzido como um dos projetos do Grupo de pesquisa Educação e Religião da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). A própria definição do que seja o livro didático é tema bastante complexo, podemos buscar a raiz da palavra didático, que vem do grego didactikos, adjetivo, próprio para instruir, no que se diz respeito ou bem como fim o ensino. Portanto o livro didático nos conduz ao ensino, ao saber, nos leva a construção de idéias. O difícil é analisar o livro didático dentro de um contexto sócio-histórico econômico, temos que ter bem claro qual é o objetivo do livro	Revista Educação em Movimento, – v. 03 – n. 09 – p. 29 a 36 set/dez 2004 ISSN 1676-9430
-------	--------------------------------------	---	---	---

		o que quer ensinar, e, no entanto o que deve ser ensinando. Neste processo seria necessário criar mecanismos de avaliação de aprendizagem, para percebermos a eficácia do livro, na vida escolar. Existem muitos aspectos que devem ser levados em consideração na análise do livro didático de Ensino Religioso, concepção que veicula, linguagem utilizada, tipos de exercícios, metodologia de abordagens e também precisamos observar as ilustrações que são de extrema importância na comunicação de idéias. Além do estudo das formas no processo interpretativo, as cores ocupam lugar de destaque. A importância do estudo psicológico das cores e suas combinações vem sendo realizado historicamente pelo ser humano. A coerência entre texto e imagem e, inclusive, a riqueza de funções que uma imagem pode desempenhar são itens que devem ser levados em consideração. O livro didático de ensino religioso precisa ser analisado com criticidade e, principalmente, deve refletir a concepção de educação veiculada no momento em que estiver sendo editado. Os livros publicados a partir de 1997, para que estejam em conformidade com os novos ditames legais, não podem mais veicular nenhum tipo de evangelização e precisam	
--	--	---	--

AR037	O Ensino Religioso para ensinar ou formar? Um tema forte e delicado	Eulálio Figueira	contemplar o fenômeno religioso em tradições religiosas de matriz oriental, ocidental, indígena e afro-brasileira. Tratar da temática do que deve ser ensinado dentro de uma sala de aula, sabendo que não se trata de um ato gratuito e muito menos sem repercussões, constitui tarefa bastante árdua, pois isso envolve a definição dos rumos que a humanidade irá tomar. Cada conteúdo e cada metodologia levada para dentro de uma sala de aula não têm o mesmo impacto que uma conversa de bar. Uma disciplina curricular introduzida na regularidade das salas de aula deve ter como objetivo produzir um leque mais alargado de testemunhos. Deverá tomar como objeto de seu trabalho a experiência religiosa. Desse modo, entende-se que o estudo resultante dos esforços do Ensino Religioso pode ajudar, de modo relevante, não só a compreender, mas a identificar o pensamento religioso da geração contemporânea, ou dito de outro modo: ajudar a perceber como homens e mulheres, em seus lugares históricos, produzem razões para fazerem o que fazem e como fazem.	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n. 2, p. 329-344, jul./dez. 2010
AR038	O dilema epistemológico do ensino religioso	Evaldo Luis Pauly	Este texto analisa e debate o dilema epistemológico decorrente da inclusão da disciplina ensino religioso no currículo das escolas públicas de ensino fundamental.	Revista Brasileira de Educação - Set /Out /Nov /Dez 2004 No 27

			Inserir esse debate nos dilemas epistemológicos dessa disciplina em relação à liberdade de religião numa federação republicana, retomando o debate político acerca da separação entre Igreja e Estado. Analisa as diversas constituições brasileiras e a relação que foram estabelecendo com esse dilema. Analisa, posteriormente, alguns pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre a disciplina ensino religioso e temas correlatos.		
AR039	O Estado e a Educação Religiosa: Observações a partir da Psicologia	Geraldo José de Paiva	O tema da educação religiosa oferecida pelo Estado é tratado do ponto de vista das condições psicológicas adequadas a sua eficiente ministração, a saber, estabelecimento de relações interpessoais no pequeno grupo, nitidez na apresentação das informações e inserção num grupo de referência mais abrangente. Como base filosófica, necessária ao ponto de vista psicológico, é apresentada a visão de Habermas e Ratzinger do Estado democrático, cuja função é não só tolerar mas promover a diversidade cultural dos grupos que o compõem, sobre o pressuposto da ação comunicativa ou do diálogo	Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Abr 2006, Vol. 22 n. 1, pp. 063-068	
AR040	A disciplina Ensino Religioso com adolescentes	Gisela I. W. Streck	O Ensino Religioso é uma disciplina escolar e seu objetivo não é converter alunos e alunas, nem ensinar a ter fé ou convencê-los a aderirem a uma determinada confissão religiosa. Como disciplina escolar acompanha o	Estudos Teológicos 2004 / Vol. 44, N° 2	

AR041	Adolescentes e religiosidade: aportes para o Ensino Religioso na escola	Gisela I. W. Streck	desenvolvimento da religiosidade do ser humano, desde a infância até a adolescência. Alunos adolescentes vêm de diferentes confissões religiosas e viveram experiências distintas nas suas famílias. Esta diversidade de experiências e os relacionamentos com outros são decisivos e determinam um desenvolvimento próprio, também em termos de religiosidade O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com adolescentes. O objetivo foi compreender a religiosidade nesta fase da vida. A partir da fala de alunos e alunas, a pesquisa mostrou que as imagens antropomórficas do Deus da infância são trazidas para a adolescência. Os conceitos sobre Deus são definidos a partir daquilo que aprenderam e ouviram falar na sua família, na sua comunidade de fé, no seu meio social. A pesquisa também mostrou que adolescentes começam a duvidar sobre aquilo que até então representava certeza e segurança. A partir do conflito, a autoridade externa em pessoas e instituições é posta em dúvida. Inicia-se uma mudança na forma de imaginar Deus: a figura antropomórfica dá lugar a imagens indefinidas e abstratas. Adolescentes começam a questionar e duvidar: o sistema de valores, de vida e de fé é agora	Estudos Teológicos 2006 / Vol. 46, Nº 2
-------	---	---------------------	--	---

			objetivado e examinado. Adolescentes necessitam de um espaço protegido na sua família, na escola, na sua comunidade, para poderem dialogar sem sofrer preconceitos ou pré-julgamentos. Necessitam duvidar e perguntar, compartilhar suas experiências, medos e anseios, seus planos e projetos de vida. Adolescentes precisam de um espaço para poder falar, ouvir e receber orientação para as perguntas sobre o sentido da vida.		
AR042	O Ensino Religioso: uma questão paradigmática no currículo a partir da interdisciplinaridade	Henri Luiz Fuchs	A escola é desafiada a refletir sobre a proposta de currículo a partir da LDB 9.394/96 que estabelece uma nova dinâmica curricular que contempla e insere o Ensino Religioso como componente obrigatório no currículo da escola. Vivemos uma nova realidade que desafia o ser humano a buscar o sentido da vida numa realidade complexa que supera os limites da fragmentação moderna. A partir do Ensino Religioso, a reflexão sobre a interdisciplinaridade é um desafio inerente ao próprio processo educativo. Além de garantir o espaço do Ensino Religioso no currículo, faz-se necessário redefinir os conteúdos e a proposta curricular, a fim de proporcionar um espaço adequado para a reflexão sobre as experiências do ser humano oriundas do contexto no qual ele está inserido.	Estudos Teológicos 2006 / Vol. 46, Nº 2	
AR043	Vozes e sentidos no discurso institucional legal do Ensino	Irma Beatriz	Este estudo fundamenta-se na base	Revista de História e	

	Religioso	Araújo Kappel	teórica da Análise do Discurso de vertente francesa, a partir de uma análise qualitativa. Considerando a presença de outros discursos, além do Discurso Institucional Legal, discutimos o processo de constituição das vozes (polifonia – percebida a partir das marcas de heterogeneidade e dos silêncios) nos enunciados, e dos sentidos (polissemia percebida a partir dos enunciados e paráfrases) na identificação das formações discursivas e ideológicas. Na perspectiva de melhor compreender a construção e os efeitos de sentido pelo objeto discursivo Ensino Religioso, buscamos refletir acerca dos textos institucionais legais tanto na referência ou não a Deus nos Preâmbulos das sete Constituições Brasileiras como na presença ou ausência de artigos específicos acerca da obrigatoriedade ou não do Ensino Religioso nas escolas de Educação Básica.	Estudos Culturais Julho-Setembro 2006 Vol 03/ ano 03 – n. 03
AR044	Ensino Religioso na Escola Pública – Uma Mudança de Paradigma	Janaína Camilo	Durante o ano de 2003 foi desenvolvido o projeto “Ensino Religioso na Escola Pública do Estado de São Paulo”, que objetivou oferecer aos professores de ensino religioso a oportunidade de discutir propostas que viabilizassem o ensino religioso na Rede Oficial de Ensino, tendo como caminho norteador as premissas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96), especialmente aquela que veta o	Revista de Estudos da Religião N° 2 / 2004 / pp. 26-36

AR045	Entre crentes e pagãos: ensino religioso em São Paulo	Janayna de Alencar Lui	proselitismo religioso na sala de aula. Assim, tanto durante a realização de seminários temáticos, quanto nas várias ações de capacitação dos professores, os debates evidenciaram que não podemos ensinar uma religião, mas religiões, tendo como conceitos éticos básicos o respeito à diversidade e o exercício da tolerância. Este artigo tem como proposta sugerir leituras teóricas sobre alteridade e representação e, também, propor atividades destinadas ao desenvolvimento desses conceitos em sala de aula, especialmente através de projetos interdisciplinares. O artigo procura refletir sobre as estratégias de atuação dos atores envolvidos no processo de implantação do Ensino Religioso nas escolas públicas do Estado de São Paulo, tendo como foco as relações instituídas no interior do campo estudado. Com a análise da interpretação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.9.394/96) e a posterior modificação de seu artigo n.33 pela Lei n.9.475/97, algumas questões envolvendo a escolha dos conteúdos, capacitação docente e formação do professor aparecem como indicativas para se entender o posicionamento dos grupos envolvidos. Pela participação de grupos como o Conselho de Ensino Religioso de São Paulo, a	Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 131, p. 333-349, maio/ago / 2007
-------	---	------------------------	--	--

			Associação dos Professores de Ensino Religioso de São Paulo, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e o Conselho Estadual de Educação é possível compreender a formação do campo de disputa decorrente da implantação da disciplina nas escolas públicas.	
AR046	O Ensino Religioso na educação infantil de duas escolas públicas no município do Rio de Janeiro: o que as práticas revelam?	Jordanna Castelo Branco Patrícia Corsino	Este artigo busca fazer uma análise dos conteúdos e das práticas de dez aulas de ensino religioso de turmas de Educação Infantil, de duas escolas da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, que atendem crianças de quatro a seis anos de idade e como o que as crianças significam dessas aulas. Foi observado que nas aulas, dadas de forma ritualizada, as crianças rezam, cantam, ouvem histórias bíblicas moralizantes e doutrinárias, aprendem a obediência e o bom comportamento. Mas suas falas e ações revelam seus modos singulares de ver o mundo, refratando o discurso das professoras.	Revista Contemporânea v. 01 - n. 02 - jul/dez - 2006
AR047	Contribuições da Educação Religiosa: A tolerância	José Antônio Lucas Guimarães	Este artigo sustenta que o ensino religioso implica contradições e desafios. Entre os desafios, está a questão da metodologia e da praticidade desse tipo de ensino. Nesse sentido, é preciso utilizar dois modelos básicos de educação, implantados pela igreja primitiva e pela Reforma Protestante: educação como abertura ao diálogo	Ciências da Religião – História e Sociedade Volume 8 • N. 1 • 2010

AR048	O Ensino Religioso nas escolas públicas	José Carlos Bertoni	e educação como direito de todos à leitura da Bíblia e da vida. Com base nesses modelos, pode-se pensar a tolerância. Essa é uma das contribuições que a educação religiosa pode dar à sociedade contemporânea. Porém, ela só cumprirá esse papel se adotar as novas pedagogias que promovem a aceitação do outro. Com isso, a tolerância será uma realidade na educação religiosa, desde que não falem diálogo, integração e afetividade. Com mudanças de paradigmas, um ambiente de diálogo e o fortalecimento do religioso, a educação religiosa fará uma enorme diferença na promoção do respeito ao outro. Marcado por conflitos na escola pública brasileira desde sua origem e por uma forte presença da religião cristã, o Ensino Religioso no Brasil evoluiu no seu processo histórico. De uma concepção catequética e unirreligiosa nos primórdios da colonização, o Ensino Religioso passou para uma concepção pluri-religiosa a partir da laicização do Estado como tentativa de superar o proselitismo e promover um diálogo, especialmente, entre as religiões cristãs. Já nos últimos anos, esse ensino evoluiu para uma proposta transreligiosa com o propósito de reter o fenômeno religioso como área de conhecimento e como parte da formação básica do cidadão,	ciências da religião – história e sociedade Volume 7 • N. 1 • 2009
-------	---	---------------------	---	--

			assegurando o respeito à diversidade religiosa brasileira. Este artigo apresenta um panorama da evolução do Ensino Religioso nas Leis de Diretrizes e Bases e uma análise da concepção proposta pela última LDB.	
AR049	Ensino Religioso, uma herança do autoritarismo	José Vaidergorn	Sem resumo	Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 407-411, set./dez. 2008
AR050	Ensino Religioso entre Sons e Imagens	Karina Kosicki Bellotti*	A proposta deste artigo é discutir o uso de meios de comunicação de massa como ferramentas de auxílio ao Ensino Religioso, com base na proposta teórica elaborada pela equipe da UNICAMP, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, e realizada entre agosto de 2002 e outubro de 2003. Meios de comunicação populares, como televisão comercial e religiosa, websites e revistas são consideradas fontes valiosas para desenvolver a tolerância religiosa a partir do entendimento da diversidade cultural.	Revista de Estudos da Religião Nº 2 / 2004 / pp. 37-48
AR051	Concepções epistemológicas no Ensino Religioso: desafios para a práxis	Laude Erandi Brandenburg	As concepções epistemológicas são determinantes para a intencionalidade e a prática do Ensino Religioso. O presente estudo ocupa-se em apresentar concepções epistemológicas presentes numa amostragem da realidade da escola pública estadual e em setores de apoio ao Ensino Religioso no Estado do Rio Grande do Sul. Evoca também a fala das ausências na abordagem	Estudos Teológicos, v. 46, n. 2, p. 45-59, 2006

AR052	O ensino religioso na escola pública estadual . o difícil exercício da diferença	Laude Erandi Brandenburg	do Ensino Religioso. Consta das possibilidades de encaminhamento das concepções epistemológicas na prática desse componente curricular na rede estadual de escolas/RS. O ensaio apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa sobre concepções epistemológicas essenciais ao Ensino Religioso na rede estadual de escolas do RS. Dentre elas, destaca-se a questão das diferenças na educação e, de modo específico, no Ensino Religioso. O ponto de partida é o amparo na legislação através do respeito à diversidade religiosa nas escolas. Questões como identidade, semelhança, igualdade, tolerância, alteridade, gênero, conflitos e processo coletivo se mesclam na busca de acenos epistemológicos para as práticas no Ensino Religioso. A análise preliminar dos dados da pesquisa de campo em andamento dá conta do panorama epistemológico detectado na revisão bibliográfica até o momento.	Estudos Teológicos, v. 45, n. 1, p. 78-98, 2005
AR053	A identidade do ensino religioso, do rito cristão na história da educação brasileira	Leá Marcondes Liliana C. Seehaber	No decorrer da história, o Ensino Religioso foi marcado pelas relações estabelecidas entre Estado e Igreja, formando uma simbiose entre a política e a religião, a qual definia sua natureza e seu papel. É decorrente desta simbiose, toda a problemática e os debates que envolvem o universo educacional onde o Ensino	Revista Educação em Movimento – v. 03 – n. 09 – set/out 2004

AR054	Educação religiosa na creche, elementos para uma reflexão sobre a educação religiosa com crianças entre 0 a 3 anos	Leo Marcelo Plantes Machado Neuza Alves Nascimento Sérgio Junqueira	Religioso é entendido como um elemento eclesial na escola, sendo tratado como apêndice do sistema escolar, como elemento estranho ao currículo. Atualmente, há o esforço de assegurá-lo como disciplina regular integrante do sistema escolar, mas o cerne do Ensino Religioso deve estar centrado nos conteúdos de uma Antropologia Religiosa e não mais, como o ensino das doutrinas de uma determinada religião. A compreensão de alguns dados históricos sobre a trajetória do Ensino Religioso nas escolas brasileiras, nos ajudarão a entender melhor a questão auxiliando a superar os desafios que permanecem, como entraves, no reconhecimento desta disciplina na grade curricular. O texto que segue, referencia as diversas fases e abordagens da disciplina de Ensino Religioso, nos diferentes períodos históricos, salientando o contexto sócio-político educacional vivenciado nestes 504 anos de escolarização e em especial nos últimos 33 anos quando entrou em vigor as Leis de Diretrizes de Base da Educação. Este texto foi elaborado para iniciar uma reflexão sobre a Educação Religiosa com crianças de 0 a 3 anos que encontram-se em creches, muitas das vezes as atendentes deste segmento de escolaridade possuem uma série de	Revista Educação em Movimento – v. 03 – n. 08 – mai/ago 2004
-------	--	---	--	--

AR055	Cultura e diversidade religiosa: diálogo necessário em busca da fraternidade universal	Lidia Kadlubitski Sérgio Junqueira	questionamentos, pois encontram-se diante de um dilema entre sua concepção de educação e o das famílias, sobretudo, pois compreende-se ainda que a Educação Religiosa significa realizar práticas de religião. Entretanto inicialmente é importante contextualizar o ambiente da creche, seu desenvolvimento e atual proposição do significado deste espaço, para em seguida apresentar elementos sobre o desenvolvimento humano, portanto religioso. Esta temática ainda necessita ser aprofundada e ampliada, o artigo pretende provocar este provocar tal processo. A presente pesquisa objetivou refletir sobre cultura e diversidade religiosa no contexto brasileiro. Para tanto, desenvolveu-se uma abordagem crítica subsidiada por uma pesquisa documental, que se fundamentou na análise de alguns suportes legais, considerando a Constituição de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96; os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso de 1997; a Conferência Nacional de Educação de 2010, entre outros. Os resultados apontam que a diversidade religiosa advinda da elaboração cultural, sempre esteve presente na história da humanidade, como uma forma de	questionamentos, pois encontram-se diante de um dilema entre sua concepção de educação e o das famílias, sobretudo, pois compreende-se ainda que a Educação Religiosa significa realizar práticas de religião. Entretanto inicialmente é importante contextualizar o ambiente da creche, seu desenvolvimento e atual proposição do significado deste espaço, para em seguida apresentar elementos sobre o desenvolvimento humano, portanto religioso. Esta temática ainda necessita ser aprofundada e ampliada, o artigo pretende provocar este provocar tal processo.	INTERA ÇÕES - Cultura e Comunidade / Uberlândia / v. 5 n. 8 / p. 123-139 / jul./dez. 2010
-------	--	---------------------------------------	--	---	--

AR056	Princípios para a formação de professores no Ensino Religioso		questionar o sentido da vida e da transcendência em relação às questões vitais que preocupam o ser humano. Com vistas ao reconhecimento da diversidade cultural e religiosa e para garantir a liberdade de expressão assegurada pelo artigo 5º, inciso VI, da constituição brasileira, o Ensino Religioso em nosso país foi legalmente aceito como parte dos currículos das escolas oficiais do ensino fundamental, pelo artigo 33 da LDB 9.394/96. Na escola o Ensino Religioso, por meio do estudo do fenômeno religioso, desencadeia o respeito para com o diferente, com o propósito de fomentar o diálogo inter-religioso e a tolerância a toda e qualquer religião, necessários em busca da Fraternidade Universal.	questionar o sentido da vida e da transcendência em relação às questões vitais que preocupam o ser humano. Com vistas ao reconhecimento da diversidade cultural e religiosa e para garantir a liberdade de expressão assegurada pelo artigo 5º, inciso VI, da constituição brasileira, o Ensino Religioso em nosso país foi legalmente aceito como parte dos currículos das escolas oficiais do ensino fundamental, pelo artigo 33 da LDB 9.394/96. Na escola o Ensino Religioso, por meio do estudo do fenômeno religioso, desencadeia o respeito para com o diferente, com o propósito de fomentar o diálogo inter-religioso e a tolerância a toda e qualquer religião, necessários em busca da Fraternidade Universal. A formação de docentes para o Ensino Religioso na atualidade brasileira constitui-se em desafio para todos os educadores comprometidos/as com uma educação pautada por princípios de inclusividade, liberdade e responsabilidade. As propostas de Cursos de Licenciatura para o Ensino Religioso percebem se inseridas nesse desafio e constituem um espaço para pesquisas e reflexões nesta direção. O presente texto objetiva trazer algumas contribuições a partir de vivências e pesquisas desenvolvidas com acadêmicos e	Revista de Educação da AEC Ano 35 janeiro/março 2006 n. 138 – pp. 62 a73.
-------	---	--	---	---	--

AR057	A questão do ensino religioso na União Européia	Lílian Blanck de Oliveira Sérgio Junqueira	acadêmicos de Ciências da Religião – Licenciatura Plena de ensino Religioso da Universidade Regional de Blumenau, estado de Santa Catarina, nos anos de 1998 a 2005. O Ensino Religioso é um componente curricular nas escolas do continente europeu desde o século dezoito, quando a religião passa a fazer parte do cotidiano escolar. A compreensão de um Ensino Religioso relacionado às instituições religiosas de matriz cristã persiste no século vinte e um, entretanto a alteração do perfil étnico-cultural religioso do continente está exigindo todo um repensar sobre esta prática curricular. O Fórum Europeu de Ensino Religioso, por meio de suas sessões ordinárias, está promovendo uma ampla reflexão sobre esta temática, buscando tecer novos olhares, leituras e perspectivas aos desafios que se apresentam na atualidade em relação a ela. O presente artigo explicita, a partir da Constituição da União Européia e atividades do Fórum Europeu de Ensino Religioso, alguns elementos históricos da geografia e itinerários pedagógicos desse componente curricular.	Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 6, n.17, p. 125-138, jan./abr. 2006.
AR058	Linguagem e diferença: espaços e encontros na formação em ensino religioso	Lílian Blanck de Oliveira Simone Riske-Koch	As percepções e construções em relação ao sagrado integram o substrato cultural dos povos, cujos relatos e registros elaborados	Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 8, n. 23, p. 245-262, jan./abr. 2008

		sistematicamente pela humanidade se constituem em uma rica fonte de conhecimentos a instigar, desafiar, conflitar e subsidiar as gerações. A linguagem busca expressar, anunciar e pronunciar diferentes olhares, leituras, sentimentos e vivências que pessoas, culturas e povos vão organizando em relação ao que os circundam. O cotidiano escolar é um dos espaços onde continuamente transitam sujeitos e conhecimentos cujas vivências e redes de significados se percebem entretecidas com questões, que circunscrevem e indicam a presença do religioso de forma plural. O Ensino Religioso, em conformidade com a LDBEN n. 9394/96, nova redação do artigo 33 (Lei 9475/97) e Resolução 02/98 do Conselho Nacional de Educação o Ensino Religioso, é disciplina de matrícula facultativa, compreendida como parte integrante da formação do cidadão e constitui-se em uma das dez áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. O respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e a isenção de quaisquer formas de proselitismo são critérios estabelecidos no texto de lei. O presente texto busca fazer algumas aproximações conceituais sobre linguagem e diferença no intento de sinalizar possíveis referências, para estudos e discussões da temática em relação à formação de educadores para a área de	
--	--	---	--

AR059	Cultura, cidadania e ensino religioso	Liliana C. Seehaber Léo Marcelo Plantes Machado	conhecimento de Ensino Religioso. É sempre polêmica a discussão sobre a presença do Ensino Religioso na escola. De um lado resistências, de outro, aceitações. É decorrente destes embates as diferentes concepções sobre a importância desta disciplina, sua metodologia e sua finalidade no ambiente escolar. Diversos autores e organismos buscam na reflexão e no diálogo a composição de um currículo multicultural e pluri-religioso que contribua para o desenvolvimento da cidadania e para uma nação solidária e tolerante. Nesta perspectiva, o conhecimento religioso enquanto patrimônio cultural da humanidade necessita estar presente na escola, a fim de possibilitar e promover oportunidades de os educandos se tornarem capazes de entender, aceitar e respeitar a religiosidade e as crenças específicas de cada cultura, cujo substrato religioso colabora para a vivência da democracia e da autêntica cidadania. Diante disso é que se propõe esta reflexão. Para aflorar dois aspectos na discussão do Ensino Religioso no âmbito: a cidadania e a cultura entendendo-a como fundamento para a aceitação do pluralismo religioso e como base para as discussões sobre o Ensino Religioso na escola.	Revista Religião e Cultura – Vol VI, n. 11 – Jan/Jun 2007
AR060	As festas e as tradições religiosas	Luiz Alberto	O texto apresenta o papel das	Revista de Educação da

		Sousa Alves Sérgio Junqueira	festas nas tradições religiosas que apresentam elementos como mito, rito, símbolo, música, dança, luxo e beleza. Na busca de construir a leitura religiosa da sociedade favorecendo articulação de uma nova configuração do Ensino Religioso. Por exemplo o mito é a primeira tentativa do homem para entender o cosmos e a vida. Como ainda não tinham desenvolvido uma ciência natural que lhes ajudasse a compreender toda essa complexidade, O homem criou os mitos que se constituem numa ferramenta poderosa de explicação do macro e micro cosmo, os mitos são história que contada e ouvidas suscitam a reflexão sobre o tema abordado. Outros aspectos podem ser compreendidos nesta ampla perspectiva.	ERA – ano 35 janeiro/Março 2006 n. 138 pp. 74/78
AR061	As festas religiosas, o profano no sagrado: formação dos professores	Luiz Alberto Sousa Alves Sérgio Junqueira	O texto apresenta o papel das festas nas tradições religiosas que apresentam elementos como mito, rito, símbolo, música, dança, luxo e beleza. Na busca de construir a leitura religiosa da sociedade, favorecendo articulação de uma nova configuração do Ensino Religioso. Por exemplo, o mito é a primeira tentativa do homem para entender o cosmos e a vida. Como ainda não tinham desenvolvido uma ciência natural que lhes ajudasse a compreender toda essa complexidade, o homem criou os mitos, que se constituem numa ferramenta poderosa de explicação	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 1, n. 2, p. 435-442, jul./dez. 2009

			do macro e microcosmo, os mitos são histórias que, contadas e ouvidas, suscitam a reflexão sobre o tema abordado. Outros aspectos podem ser compreendidos nesta ampla perspectiva. A festa com todos os seus elementos têm a função de tornar a vida humana mais leve e fácil de ser vivida. Ela ajuda a comunidade a confiar na sua capacidade de organização e realização de seus projetos. A estrutura da festa se relaciona também com a estrutura da vida das pessoas no seu cotidiano.	
AR062	A Educação na concordata Brasil-Vaticano	Luiz Antonio Cunha	Este texto analisa três artigos da concordata firmada pelo governo brasileiro com o Vaticano, em novembro de 2008, concernentes à educação. Com base no texto do acordo e de notícias publicados na imprensa, o texto focaliza, especialmente, a questão do ensino religioso nas escolas públicas, situada no contexto definido pela ambigüidade do Estado brasileiro, entre o confessionalismo e laicidade.	Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 263-280, jan./abr. 2009
AR063	A luta pela ética no ensino fundamental: religiosa ou laica?	Luiz Antonio Cunha	Este artigo identifica um conflito entre dois conceitos de Ética no currículo das escolas públicas de ensino fundamental no Brasil contemporâneo. De um lado, a Ética laica, fundamentada nos provisórios consensos político-ideológicos; de outro, a Ética religiosa, convergente com uma Educação Moral e Cívica de conteúdo religioso. Esse conflito	Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, p.401-419, maio/ago. 2009

AR064	Autonomização do campo educacional: efeitos do e no ensino religioso	Luiz Antonio Cunha	conceitual é explicado pelo autor como produto de um conflito político em torno da autonomia do campo educacional. Com base no conceito de campo, de Pierre Bourdieu, o autor analisa as vicissitudes do processo de autonomização do campo educacional no Brasil, focalizando, para isso, o Ensino Religioso nas escolas públicas. Ao longo da argumentação, o texto focaliza protagonistas diretamente envolvidos nos conflitos do campo e examina a legislação sobre essa questão, no nível federal e nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, a qual é referidas à conjuntura política e social. O artigo conclui que, embora seja geral a tendência de perda de autonomia do campo educacional brasileiro, em proveito do campo político e do campo religioso, ela ocorre num grau menor em São Paulo do que no Rio de Janeiro.	Revista Contemporânea v. 01 - n. 02 - jul/dez - 2006
AR065	Religião, moral e civismo na escola pública	Luiz Antonio Cunha	Sem resumo	Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 131, p. 281-283, maio/ago. 2007
AR066	Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil - 1931 - 1937	Luiz Antonio Cunha	O artigo examina as relações observadas entre as disciplinas Ensino Religioso e Educação Moral e Cívica no ensino básico no Brasil. Analisa o Ensino Religioso particularmente no currículo das escolas públicas e a Educação Moral e Cívica no conjunto das escolas. Para isso, a legislação	Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 131, p. 285 a 302, maio/ago. 2007

			federal foi examinada como produto de alianças e conflitos entre o campo político e o campo religioso, naquilo que concerne ao campo educacional. O autor conclui que, no período estudado, ambas as disciplinas expressaram diferentes sentidos, em somatório ou em alternância, no jogo de forças entre o campo político e o campo religioso.		
AR067	Na lei nas escolas: diferentes aspectos do ensino religioso no estado do Rio de Janeiro	Luiz Guilherme Braga	Este artigo propõe uma discussão sobre a relação entre religião e modernidade a partir dos debates gerados pela implantação do ensino religioso em colégios públicos de ensino médio do Estado do Rio de Janeiro. Foi realizado, durante um ano, o acompanhamento de aulas de ensino religioso junto a dois professores de um colégio estadual da cidade do Rio de Janeiro. O acompanhamento do processo de implantação da lei e o trabalho etnográfico dentro da escola proporcionam construir uma nova relação entre religião e espaço público, na qual é possível compreender e aceitar a presença e atuação da religião na esfera pública de um Estado laico sem que isso cause a impressão de que a religião está fora de seu lugar.	Revista do Núcleo de Estudo da Religião - NER (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - UFRGS) Ano 09 - - 2008 - número 14	
AR068	Ensino Religioso e Cidadania	Lurdes Caron	O Ensino Religioso e cidadania fazem parte da vida de todo o cidadão brasileiro. Este ensino, não é o único e nem o exclusivo componente curricular para trabalhar a formação para a	Revista de Educação da AEC Ano 34 julho/setembro 2005 n. 136 – pp. 55 a 75	

AR069	Formação para a cidadania e o ensino religioso	Lurdes Caron	cidadania. Como toda disciplina escolar, o Ensino Religioso visa contribuir para a formação da cidadania, e tem uma prática docente que lhe é própria. Os desafios e as mudanças atuais estão a exigir transformações profundas na maneira de viver e relacionar-se. Exigem constante atualização na e da educação, privilegiando o aprender a ser, o aprender a aprender, o ter acesso ao saber acumulado, o aprender a conviver em solidariedade. Um relatório da organização das UNESCO fala da educação para suprir as necessidades de aprendizagem básica. O Estado não é o único responsável pela formação cidadã. Todas as instituições sociais (Família, escola, igreja) têm essa função. Todas precisam colaborar para a formação da cidadania, direito fundamental do ser humano. Ser cidadão é recuperar sentimentos que levem para o engrandecimento do ser humano, no respeito à liberdade e no direito de agir para a construção de um mundo sem violência pacífico e harmonioso. A ação cidadã precisa estar em função da felicidade do ser humano.	Revista Educação em Movimento. Curitiba, v.2, n.5, p. 11-19, (Supl.), maio/ago. 2003
AR070	Políticas e práticas de formação de professores de Ensino Religioso: desafios, avanços e perspectiva	Lurdes Caron	O Ano Brasileiro de Ensino Religioso (ER) desafia docentes e pesquisadores envolvidos com a formação de professores de ER a marcar a diferença. Nas décadas de 1980 e 1990, várias instituições	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n. 2, p. 269-289, jul./dez. 2010

			(religiosas ou não) organizavam cursos, seminários e encontros para formação de professores de ER. A Licenciatura Plena em ER aconteceu a partir de 1996 e Santa Catarina foi o Estado pioneiro na formação de professores com essa habilitação. A pesquisa descreve experiências de instituições religiosas e outras com a formação de professores de ER e destaca a experiência de Santa Catarina, a partir de 1996, com o Curso de Ciências da Religião – Licenciatura Plena – Habilitação em Ensino Religioso (CCR/LP/ER). A formação de professores de ER com Licenciatura Plena, em Estados da Federação Brasileira, ainda é carente de políticas públicas.	
AR071	A Transposição Didática: a passagem do saber científico para o saber escolar	Lurdes de Fátima Polidoro Robson Stigar	Neste artigo vamos procurar conceituar o que vem a ser a Transposição Didática, sua relação com a ciência e com a educação, sua importância para o saber e, por fim, qual a sua contribuição para a disciplina de Ensino Religioso.	Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano VI, n. 27, 2010
AR072	A distinção de Ensino Religioso e Catequese	Lurdes de Fátima Polidoro Robson Stigar	Pretendemos apresentar neste artigo algumas ideias sobre a diferença da disciplina Ensino Religioso (ER) da tradicional Catequese, objetivando uma identidade de cada um desses componentes, refletindo, assim, sobre a história e a identidade do Ensino Religioso em contraste com a Catequese, bem como redimir as	Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano III, n. 23, 2007

			distorções históricas do Ensino Religioso no Brasil. Acreditamos que tal processo só será possível com a mudança de paradigma em relação aos fundamentos pedagógicos e epistemológicos do Ensino Religioso e uma maior conscientização do que vem a ser Catequese e Ensino Religioso.		
AR073	O ensino religioso em face do Projeto Político Pedagógico	Lurdes de Fátima Polidoro Robson Stigar	Este artigo objetiva analisar a relação do ensino religioso junto ao Projeto Político Pedagógico destacando a relevância de a disciplina estar incluída na grade curricular, apontando a sua identidade, o seu conteúdo e, por fim, a importância da disciplina como área de conhecimento e não apenas um momento de formação humana, pastoral ou catequese	Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura - Ano III, n. 18, 2007.	
AR074	10 anos de Diálogo	Luzia Sena	Sem resumo	Revista de Educação da AEC Ano 35 janeiro/março 2006 n. 138 – pp. 94 a 96	
AR075	O Ensino Religioso e a interpretação da lei	Maria Amélia Schmidt Dickie Janayna de Alencar Lui	O trabalho trata das diferentes interpretações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, especialmente da reformulação de seu artigo 33, de 1997, que implementou e regulou o ensino religioso em escolas públicas. Sendo essa regulamentação referente aos ensinos de primeiro e segundo graus, ficou a cargo dos diferentes estados por em prática os ditames legais, através de suas Secretarias de Educação. Vamos considerar dois casos específicos, o	Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 13, n. 27, p. 237-252, jan./jun. 2007	

				de São Paulo e o de Santa Catarina, mostrando como essas diferentes interpretações da lei condicionaram o tipo de atuação possível de agentes religiosos nos processos tanto de capacitação dos professores como de definição de currículos.	
AR076	Ensino Religioso: para explicar melhor, conte uma história	Maria Celina de Queirós Cabrera Nasser		O Ensino Religioso, ou o ensino que encontra sua matéria-prima na experiência religiosa, trabalha com um conteúdo que diz respeito à espiritualidade, isto é, à dimensão mais profunda do ser humano. É esta dimensão que nos permite estabelecer a relação de transcendência, ou seja, a experiência da transcendência. A linguagem, campo do pensamento, organiza as ideias e as experiências para expressá-las por meio de uma comunicação que lhes seja fiel e compreensível para o outro. A linguagem simbólica talvez seja a melhor forma de expressar a experiência da transcendência, é a ponte que faz o ser humano ir além de si, do mundo, da história. Como trabalhar com conteúdo tão profundo? Para explicar melhor, conte uma história.	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n. 2, p. 309-327, jul./dez. 2010
AR077	Formação docente e o Ensino Religioso: resultado preliminar de levantamento sobre teses e dissertações no Brasil	Maria Eliane Azevedo da Silva[Afonso Maria Ligorio Soares		Este artigo pretende apresentar uma visão geral das dissertações e teses defendidas em universidades brasileiras na área da Educação cuja temática principal seja a formação docente e o Ensino Religioso. Constatou-se a	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n. 2, p. 361-381 jul./dez. 2010

AR078	Ensino Religioso no desenvolvimento integral da pessoa	Maria Judith Sucupira da Costa Lins	existência de cerca de 50 teses e dissertações a respeito do Ensino Religioso, sendo a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) a que detém o maior número de pesquisas sobre o assunto. A seleção do material obedeceu a três eixos, a fim de enuclear os assuntos pesquisados: formação do professor; finalidades e currículo; e material didático e subsídios para a formação docente. As temáticas levantadas nesta proposta inicial de discussão apresentam-se interligadas e concentram-se nas seguintes questões: concepção do sagrado e do Ensino Religioso; ritos, símbolos, afetividade e mediação; cultura e cidadania; perfil do professor de Ensino Religioso; práticas curriculares e prática docente; subsídios para a formação docente; e o fazer pedagógico. Este artigo focaliza o ensino religioso nas escolas como um fator do desenvolvimento pessoal. Não há intenção de descrever nenhuma religião em particular. O objetivo deste artigo é mostrar como é importante para as crianças e para os jovens que tenham a oportunidade de receberem ensino religioso nas escolas. Referências bibliográficas mostram que o ensino religioso é um tópico de interesse aos educadores em diferentes países. Foi descrito que o ensino religioso é também um componente	Revista Contemporânea v. 01 - n. 02 - jul/dez - 2006
-------	--	---	--	--

AR079	Redescobrir o universo religioso: uma proposta pedagógica	Mariac Loraine da R. Oleniki Viviane Mayer Daldegan	para o desenvolvimento social, cognitivo, emocional e moral dos estudantes. É também sugerido que este artigo deva ser continuado por pesquisas.	Apresenta a valorização do conhecimento religioso e da experiência religiosa individual. Discute o novo enfoque pedagógico do Ensino Religioso, dispondo de pistas que auxiliem no processo de aprendizagem do educando e na construção de uma consciência de respeito a diversidade religiosa. Destaca a experiência pedagógica proposta na coleção Redescobrir o Universo Religioso.	Revista Educação em Movimento - v. 01 - n. 01 - p. 55 a 59 jan/abr 2002 ISSN 1676-9430
AR080	Ensino Religioso: educação pró-ativa para a tolerância	Marieli Bassini	Este artigo pretende mostrar como foi desenvolvido o trabalho junto aos professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo para a implantação da disciplina Ensino Religioso, cujo objetivo foi o de desenvolver a tolerância entre as escolas e comunidades através do estudo da História das Religiões como patrimônio cultural da humanidade. Na primeira parte utilizamos as proposições teóricas de Roger Chartier, apresentando a diversidade cultural como uma construção e representação humanas. Na segunda parte, apontamos exemplos acerca da religião como uma construção histórica; também apresentamos atividades para o trabalho em sala de aula com os alunos.	Este artigo pretende mostrar como foi desenvolvido o trabalho junto aos professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo para a implantação da disciplina Ensino Religioso, cujo objetivo foi o de desenvolver a tolerância entre as escolas e comunidades através do estudo da História das Religiões como patrimônio cultural da humanidade. Na primeira parte utilizamos as proposições teóricas de Roger Chartier, apresentando a diversidade cultural como uma construção e representação humanas. Na segunda parte, apontamos exemplos acerca da religião como uma construção histórica; também apresentamos atividades para o trabalho em sala de aula com os alunos.	Revista de Estudos da Religião Nº 2 / 2004 / pp. 49-64
AR081	Ensino Religioso e Estado Laico: uma lição de tolerância	Marieli De	O artigo discute a questão da		Revista de Estudos da

		Franceschi Neto Domingos	laicidade, em especial no meio educacional, mostrando sua distância de ideias anticlericais. A autora afirma que é a laicidade que permite a convivência pacífica entre as religiões e o respeito aos indivíduos que optam por não professar nenhuma religião. A escola é o espaço onde esses universos culturais se encontram, onde os conflitos podem se acirrar ou serem desarmados.	Religião setembro / 2009 / pp. 45-70
AR082	Mapeamento quantitativo do ensino religioso no Brasil: que dizem os pesquisadores?	Marislei de Sousa Espindula Brasileiro Alberto da Silva Moreira	Neste estudo tem-se por objetivos analisar o perfil quantitativo do ensino religioso no Brasil. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, com análises integrativa, sistematizada e quantitativa de publicações científicas elaboradas entre 1978 e 2009. Os resultados apontaram 207 pesquisas disponibilizadas, em sua maioria, no sítio do Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso, intensificadas nos últimos dez anos em instituições das regiões Sudeste e Sul do Brasil apontam um ensino majoritariamente interconfessional ecumênico. Conclui-se que nos últimos trinta anos muito se publicou sobre ensino religioso, no entanto, existe a necessidade de uma formação docente voltada para o ensino religioso brasileiro, levando em consideração toda a sua complexidade.	Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 19, n. 11/12, p. 849-866 nov./dez. 2009
AR083	Aspectos referentes à formação de professores de ensino religioso	Remí Klein Sérgio Junqueira	Os autores discorrem sobre três aspectos fundamentais e interligados no Ensino Religioso	Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 8, n. 23, p. 221-243, jan./abr. 2008

AR084	Ensino Religioso: expectativas e perspectivas discentes em formação docente	Remí Klein	(ER): o amparo legal do referido componente curricular, a definição de conteúdos e a formação específica de professores. Subdividem a sua abordagem sobre o tema em duas partes, a saber: explicitam exigências legais e a legislação específica sobre a formação de professores de ER e apontam experiências e alternativas encontradas em nível nacional e em diferentes estados para a formação de professores de ER. O artigo culmina com 'próvoações' finais, apontando considerações e reivindicações em termos de encaminhamentos em relação à formação inicial e continuada de professores de ER. Este trabalho avalia a importância da capacitação em Metodologia de Ensino Religioso nos cursos de licenciatura em Pedagogia, uma vez que, pela legislação vigente em âmbitos nacional e estadual, não é exigida nenhuma formação específica, além da habilitação docente propriamente dita, para lecionar a referida disciplina na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. O artigo abarca o embasamento legal sobre o assunto e o confronto com uma pesquisa de campo, envolvendo a própria prática docente, bem como a atuação de outros docentes e a participação de discentes na disciplina em cursos de Licenciatura em Pedagogia em Institutos de	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n. 2, p. 253-267, jul./dez. 2010
-------	---	------------	---	---

AR085	Ensino Religioso: expectativas e perspectivas discentes em formação docente	Remí Klein	Ensino Superior (IES) na região metropolitana de Porto Alegre. Este trabalho avalia a importância da capacitação em Metodologia de Ensino Religioso nos cursos de licenciatura em Pedagogia, uma vez que, pela legislação vigente em âmbitos nacional e estadual, não é exigida nenhuma formação específica, além da habilitação docente propriamente dita, para lecionar a referida disciplina na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental. O artigo abarca o embasamento legal sobre o assunto e o confronto com uma pesquisa de campo, envolvendo a própria prática docente, bem como a atuação de outros docentes e a participação de discentes na disciplina em cursos de Licenciatura em Pedagogia em Institutos de Ensino Superior (IES) na região metropolitana de Porto Alegre.	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n. 2, p. 253-267, jul./dez. 2010
AR086	O lugar e o papel dos símbolos no processo educativo-religioso	Remí Klein	O texto aborda o lugar e o papel dos símbolos no processo educativo religioso. A partir da sua pesquisa e da sua prática docente, o autor percebe o quanto os símbolos religiosos são significativos na vida das pessoas, sobretudo das crianças e dos jovens, permeando o seu imaginário religioso e estando profundamente interligados com suas histórias, suas vivências, suas pessoas de referência e suas perguntas existenciais marcantes. Trata-se de um enfoque teológico-	Estudos Teológicos 2006 / Vol. 46, Nº 2

AR087	A construção do ensino religioso na atual LDB	Robson Stigar	pedagógico, bem como epistemológico e metodológico, visando repensar a formação e a atuação docente na área de conhecimento do Ensino Religioso na escola e em outros contextos educacionais.	Último Andar (18), 1-74, 1º Semestre, 2010 – ISSN 1980-8305 A Hipótese que apresentei nesta pesquisa é que a concepção de Ensino Religioso apresentada no artigo 33 da atual LDB seria uma concepção “mista” e constituída por uma composição de várias correntes e interesses. Supomos que a atual redação do artigo 33 da LDB teria sido uma saída estratégica e política para agradar os vários grupos religiosos e não religiosos existentes na sociedade brasileira, principalmente a CNBB, o FONAPER, os evangélicos, as demais instituições religiosas e também o próprio grupo do NÃO, que milita pela exclusão do Ensino Religioso no espaço escolar. Essas correntes, cujos lobbies se fizeram presente no congresso nacional, levaram a uma lei de consenso, por natureza ambígua, que reflete seus interesses divergentes.
AR088	Diferentes linguagens na formação de professores do ensino religioso	Rosane Andrade Torquato	Educação a Distância tem demonstrado a possibilidade de contribuir na formação inicial e continuada em diversos segmentos, o atual trabalho realizou uma análise de aspectos técnicos do Curso para formação de professores de Ensino Religioso organizado pelo FONAPER, todo o	Revista Educação em Movimento, Curitiba, v.2, n.5, p. 55-76, (Supl.), maio/ago. 2003

			material gerado em Curitiba e atingiu mais de quatro mil professores em todo o país. Por meio deste artigo é possível o estudo de aspectos técnicos de um EAD, assim como conhecer este material de alcance nacional.	
AR089	Ainda o Ensino Religioso em escolas públicas: subsídios para a elaboração de memórias sobre o tema	Roseli Fischmann	O presente trabalho apresenta-se como um testemunho, na linha da literatura de testemunho que se desenvolve em abordagens que integram o fazer acadêmico e a reflexão sobre a construção histórica, como em Agamben e outros. Traz narrativas da autora, de sua vivência reflexiva do debate em torno do tema do ensino religioso em escolas públicas, em espaço público no Brasil, destacando a experiência do Estado de São Paulo, em 1995, e, em nível federal, em 1996 e 1997, como parte do processo de elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC.	Revista Contemporânea v. 01 - n. 02 - jul/dez - 2006
AR090	Ensino Religioso na perspectiva da escola: uma identidade pedagógica	Sérgio Junqueira	A revolução da educação teve enorme impacto nos últimos dois séculos. O ensino se generalizou e passou a ser obrigatório, enquanto o tempo gasto no banco escolar aumentou e os conteúdos ganharam diversidade - em suma, pode-se dizer que o próprio conceito de educação mudou. Para a maioria dos países, a educação é hoje entendida como um dos grandes desafios do desenvolvimento social. Nesse contexto, o ensino religioso,	INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade / v. 4 n.5 / p. 245-256 / 2009

AR091	Formação de professores no Ensino Religioso brasileiro na modalidade de educação a distância	Sérgio Junqueira Edile Maria Fracaro Rodrigues Vicente Paulo Alves	incluído no currículo das escolas brasileiras, representa a conquista de um espaço pelas instituições religiosas, assumindo o papel de formar o cidadão - e tornando-o capaz de interpretar o que lhe acontece diariamente e de agir na sociedade a que pertence. A dimensão continental do país e a carência de uma formação específica para o Ensino Religioso, especialmente a partir da alteração do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trouxeram o desafio de um processo formador. Para levantar o perfil dos cursos de Ensino Religioso e suas diferentes concepções, foi feito um mapeamento a partir de documentos disponibilizados pelas instituições de ensino pela internet no período de novembro de 2008 a fevereiro de 2009. Os dados apontam que está sendo gerado um Programa de Formação de Professores em Exercício preocupado com a qualidade dos cursos e seus ambientes de aprendizagem. Os cursos pesquisados apontam atividades de ensino que se articulam em torno de metodologias e que envolvem o uso das tecnologias da informação e comunicação, a exposição de conteúdos por meio de encontros síncronos e assíncronos. A composição das disciplinas oferece ao professor um conhecimento	Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 10, n. 29, p. 171-189, jan./abr. 2010
-------	--	--	---	--

AR092	Formação do Professor de Ensino Religioso: um Processo em construção no contexto brasileiro	Sérgio Junqueira	global sobre as grandes religiões que existem no Brasil, mas ressaltamos que o Ensino Religioso não visa ao estudo de religiões e nem pretende ser uma complementação filosófica na escola. Por isso, é preciso prosseguir retomando a prática e a teoria para uma reflexão sobre a ação docente. A presente pesquisa de abordagem qualitativa sobre a história da formação de professores do Ensino Religioso visa compreender as diferentes propostas para formação inicial e continuada para a profissionalização docente de profissionais que atuam nesta área do conhecimento. Foram utilizados documentos do Ministério da Educação, Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso e folders impressos e on line de cursos ofertados pelas instituições de ensino superior no período de 1995 a 2010. Esse registro histórico do percurso da formação de professores para o Ensino Religioso explicita os referenciais teóricos que sustentaram os cursos e, simultaneamente, a identidade desta área do conhecimento e seu encaminhamento para assumir o perfil de uma formação a partir das Ciências da Religião no contexto dos sistemas de educação adequado à legislação e dos diferentes Estados da Federação.	Revista de Estudos da Religião junho / 2010 / pp. 62-84
AR093	Formar acólitos da educação ou produtores do	Sérgio	“O professor é aquele que de	Revista Diálogo

	conhecimento ?		Junqueira	repente aprende”, afirma Riobaldo no romance “Grande Sertão Veredas” de Guimarães Rosa, este é o desafio que coloco, ao refletir sobre a formação do docente, de maneira particular no Ensino Religioso, partindo do pressuposto que este profissional deve ser capacitado como todo e qualquer professor, já que será responsável por um dos componentes curriculares com uma intenção clara: a formação do cidadão que possui uma cultura e está inserido em contexto de rápidas e significativas transformações.	Educacional - v. 2 - n.3 - p. 59-75 - jan./jun. 2001
AR094	Formar o Formador!?: Capacitação do professor de Ensino Religioso		Sérgio Junqueira	A capacitação docente para o ensino religioso diante da atual concepção para este componente curricular está exinguindo não apenas a organização de mais um curso, mas a compreensão do que é para ser conhecido, assim como a orientação brasileira para as licenciaturas. multiplicam-se pelo país organizações que estão gerando processos formativos, mas nem sempre acompanhando a proposta de um ensino religioso que gere a inserção do estudante como cidadão em uma sociedade multicultural e que aprenda a respeitar esta diversidade de sua região	Revista Educação em Movimento – V. 01 – n. 02 – p. 85 98 mai a ago 2002
AR095	História, Geografia e Ensino Religioso: uma proposta integrada		Sérgio Junqueira Edile Maria Fracaro Rodrigues	Compreendida como um direito de todos, dever do Estado e da família em colaboração com a sociedade, a Educação no Brasil é caracterizada pela igualdade de condições, pelo	Diálogo Educ., Curitiba, v. 7, n. 20, p. 143-165, jan./abr. 2007.

AR096	Mafagafos e mafagafinho. Identificar, propor e ousar um Ensino Religioso e uma Pastoral Escolar	Débora Toniolo Rau	respeito à pluralidade de idéias e pela valorização do patrimônio cultural. No processo de apropriação do conhecimento é preciso estabelecer o diálogo entre o sujeito e os saberes do espaço que ocupa, considerando as emoções e o contexto. Nessa proposta, o professor assume uma nova perspectiva de instigar seus alunos a questionar o cotidiano, a investigar novos elementos para construir o conhecimento, superando o processo de apenas repetir informações. Propor que temas como trabalho, sociedade e cultura sejam articulados para colaborar na formação da identidade nacional desses sujeitos do conhecimento permite a compreensão do espaço e tempo que o ser humano ocupa. Para tal, a interdisciplinaridade entre História, Geografia e Ensino Religioso levará a uma reflexão sobre a diversidade sociocultural e a uma reverência aos que compreendem o mundo de forma diferente do que aprenderam, pois ocupam espaços geográficos diferentes. Esta é a conquista construída, ou melhor, em construção, por pessoas que acreditam na responsabilidade de todos os cidadãos brasileiros. A história do ensino religioso antecede as discussões brasileiras e este componente curricular é o resultado de longas disputas na	Revista Diálogo Educacional - v. 3 - n.6 - p.109-132 - maio/agosto, 2002
-------	---	--------------------	--	---

			política educacional internacional. Desde a sua origem foi, na realidade, um instrumento para interferir na formação de idéias da população. Discutir o ensino religioso ainda é algo estranho, pois permanecem os que insistem em considerá-lo como um processo para educar na religião. Os debates no campo pedagógico permanecem na forma, no máximo na definição de conteúdos, mas os princípios são os mesmos do século XVIII. Da mesma forma, a pastoral escolar é um questionamento ainda muito recente, pois está intimamente relacionado com aspectos conceituais como: escola – educação – religião		Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.16, p. 229-246, set./dez. 2005.
AR097	O contexto pluralista para a formação do professor de ensino religioso	Sérgio Junqueira Luiz Alberto Sousa Alves	O pluralismo religioso no Brasil é cada vez mais explícito, sobretudo no que diz respeito ao processo de busca de algo que transcenda o ser humano. Nesta perspectiva, não apenas a mobilidade entre as opções de pertença a religiões, de modo particular a desinstitucionalização religiosa dos brasileiros, está sendo analisada, mas, neste contexto, está sendo estruturado um novo modelo de ensino religioso que contribua na discussão do aspecto religioso presente nas pessoas e na sociedade deste país.		PLURES HUMANIDADES, RIBEIRÃO PRETO V.4, N. 1, 2003
AR098	O desafio de um percurso: exercício de refletir o aspecto metodológico do ensino religioso	Sérgio Junqueira	A nomeação do ensino religioso como área do conhecimento, pela câmara de educação básica do conselho		-

			nacional de educação, provocou uma séria reflexão sobre o embasamento deste componente curricular. historicamente a presença e justificativa do ensino religioso nas escolas sempre foram resultado da pressão política, mas fundamentos epistemológicos e pedagógicos eram, ou ainda são, inexistentes ou inexpressivos. Exige-se um significativo desafio de refletir aspectos que progressivamente venham a contribuir na estruturação destes fundamentos. o que se pretende não é neste momento explicitar esta estrutura, mas organizar alguns argumentos provocativos, a fim de estabelecer um percurso para desenhar uma área do conhecimento.	
AR099	O Ensino Religioso no Brasil: estudo do seu processo de escolarização	Sérgio Junqueira	O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa que visou à compreensão do desenvolvimento da escolarização do Ensino Religioso no Brasil. Para isso, buscou-se nas origens do país a compreensão de como surgiu e se desenvolveu este percurso a partir da história nacional, enfocando a educação. Isto, com a finalidade, de expor o aspecto da escolarização do ensino religioso no Brasil e qual o fator fundamental que influenciou a sua permanência na escola. Isto ocorreu a partir do ano de 1997, em que o governo brasileiro homologou	EDUCERE – Revista da Educação – Toledo – PR Vol. 1, n 2, jul/dez 2001

				a revisão do artigo 33, da Lei 9394/96, conformando uma nova concepção para o ensino Religioso, articulando este ensino como um componente curricular segundo as exigências dos demais componentes.	
AR100	O Ensino Religioso no Brasil: estudo do seu processo de escolarização	Sérgio Junqueira			Educere – Revista da Educação – Vol. 1, n. 2 jul/dez 2001
AR101	O Ensino Religioso no Paraná. A partir da deliberação 03/2002 do Conselho Estadual de Educação	Sérgio Junqueira		Sem resumo	Revista Educação em Movimento, Curitiba, v.2, n.5, p. 97-106, (Supl.), maio/ago. 2003.
AR102	O Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso na internet:WWW.FONAPER.COM.BR	Sérgio Junqueira Josias Rafael Wagner		O Ensino Religioso como área do conhecimento assumiu um novo perfil a partir de 1997 com a promulgação da alteração do artigo trinta e três da Lei de Diretrizes de Educação do Brasil. Através da memória da construção desta identidade é possível compreender este processo, entretanto a implementação desta nova identidade somente foi possível através do processo de formação dos professores que encontram-se no cotidiano da sala de aula, para tal duas estratégias foram importantes, a primeira o curso a distância promovido pelo Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso e a segunda estratégia a organização de um site que atua como formador para professores e pesquisadores da área.	Revista Educação em Movimento– v. 03 – n. 09 – p. 45 a 50 set/dez 2004 ISSN 1676-9430
A103	Professor de Ensino Religioso: histórico da formação no contexto brasileiro	Sérgio Junqueira Edile Maria		A história da formação de professores de Ensino Religioso é uma pesquisa de abordagem	Teocomunicação – Porto Alegre v. 40 – n. 02 – 173 – 191 maio/ago

		Fracaro	qualitativa organizada com o objetivo de compreender as diferenças propostas para formação inicial e continuada visando à profissionalização docente de profissionais que atuam neste área do conhecimento. Foram utilizados documentos do Ministério da Educação, Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso e folders impressos e online de cursos distribuídos pelas Instituições de Ensino Superior no período de 1995 a 2010. Procuramos explicitar os referenciais teóricos que sustentaram os cursos e, simultaneamente, a identidade desta área do conhecimento e seu encaminhamento para assumir o perfil de uma formação a partir das Ciências da Religião, no contexto dos sistemas de educação adequado à legislação e aos diferentes estados da federação.	2010
AR104	Relatando uma experiência: dimensão religiosa do ser humano e a construção do conhecimento: Aprendizagem e avaliação, o desafio da educação	Sérgio Junqueira	Sem resumo	Revista Educação em Movimento, Curitiba, v.2, n.5, p. 107-111, (Supl.), maio/ago. 2003
AR105	Ilustração de personagens negros e brancos em livros didáticos de Ensino Religioso do ensino fundamental	Sergio Luis do Nascimento	O artigo apresenta algumas considerações sobre a análise dos discursos sobre os segmentos raciais negros e brancos em livros didáticos de Ensino Religioso de 5ª e de 8ª séries do ensino fundamental, publicados entre 1977 e 2007. A análise foi produzida nos contextos interpretativos da teoria da ideologia (THOMPSON, 1995) e	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor., Curitiba, v. 2, n. 2, p. 417-433, jul./dez. 2010

AR106	A identidade do Ensino Religioso a partir dos livros	Sérgio Rogério Azevedo Junqueira Isabel Cristina Piccinelli Dissenha Sérgio Barbosa Rodrigues	dos estudos contemporâneos sobre discursos racistas. Além disso, manteve-se como foco os possíveis impactos da movimentação em torno do tema na produção de discurso racista em livros didáticos de Ensino Religioso, procurando contemplar publicações produzidas de acordo com os três modelos tradicionalmente presentes em diversas escolas do Brasil, a saber: as concepções denominadas Confessional, Interconfessional e a Fenomenológica. A análise formal ou discursiva consistiu na avaliação interna das próprias formas simbólicas, à qual se buscou integrar técnicas de análise de conteúdo. Para análise quantitativa, obteve-se uma amostra de 432 personagens nas ilustrações retiradas de 20 livros didáticos de Ensino Religioso de 5ª e de 8ª séries do ensino fundamental. A identidade do Ensino Religioso como área de conhecimento pode ser historicamente demonstrada a partir dos livros produzidos para sistematizar as reflexões, as pesquisas e os diversos estudos referentes aos aspectos legais, metodológicos, às propostas de conteúdo, à formação de professores e às questões relacionadas ao ensino-aprendizagem desse componente curricular. Este artigo deriva do primeiro relatório de uma pesquisa de abordagem qualitativa utilizando	Horizonte, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. 136-152, jan./mar. 2010 - ISSN: 2175-5841
-------	--	---	---	---

AR107	A identidade do Ensino Religioso a partir dos livros produzidos sobre esta área do conhecimento	Sérgio Rogério Azevedo Junqueira Isabel Cristina Piccinelli Dissenha Sérgio Barbosa Rodrigues	metodologia histórico-analítica apoiada em documentos impressos, visando compreender a identidade de uma disciplina que progressivamente assume um perfil de área de conhecimento. São apresentados três quadros que tratam da produção referente ao Ensino Religioso: Quadro 1 – Período de publicação; Quadro 2 – Editoras que publicaram os livros sobre o Ensino Religioso; Quadro 3 - Autores e ou coautores que publicaram livros sobre o Ensino Religioso. A presente reflexão indica outras frentes, como empreender análise de conteúdo dos textos apresentados nessas publicações a fim de contribuir para a definitiva configuração identitária do Ensino Religioso.	Horizonte, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p. xx-xx, jan./mar. 2010
			A identidade do Ensino Religioso como área de conhecimento historicamente pode ser demonstrada a partir dos livros produzidos para sistematizar as reflexões, as pesquisas, enfim os diferentes estudos referentes aos aspectos legais, metodológicos, propostas de conteúdo, sobre a formação de professores e as questões relacionadas ao ensino aprendizagem deste componente curricular. Este artigo deriva do primeiro relatório de uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando uma metodologia histórico-analítica apoiada em documentos impressos e visa compreender a identidade de	

AR108	Aspectos do ensino religioso e da Pastoral escolar nas escolas Católicas do Brasil		uma disciplina que progressivamente assume um perfil de área de conhecimento. São apresentados três quadros que tratam da produção referente ao Ensino Religioso. Quadro 1 – Período de publicação; Quadro 2 - Editoras que publicaram os livros sobre o Ensino Religioso; Quadro 3 - Autores e ou Co-Autores que publicaram os livros sobre o Ensino Religioso. A presente reflexão indica outras frentes como por exemplo, empreender análise de conteúdo dos textos apresentados nestas publicações a fim de contribuir para a definitiva configuração identitária do Ensino Religioso.	Revista de Educação da AEC - Ano 34 julho/setembro 2005 n. 136 – pp. 76 a 89
		Sérgio Rogério Azevedo Junqueira Mari lac da Rosa Olenik Luiz Alberto Sousa Alves	O Ensino Religioso e a Pastoral no espaço escolar estão intimamente relacionados a identidade das Escolas Confessionais Católicas. Inúmeros investimentos foram realizados na formação dos profissionais que atuam nestas áreas. Entretanto, um mapeamento da efetiva realização dos mesmos é ainda algo incipiente. Com este objetivo foram realizadas nos últimos cinco anos duas pesquisas, ainda de pequeno alcance no que se referem as respostas, mas que demonstram tendências da identidade do espaço religioso nas escolas. Diante do resultado, obtido pelas respostas enviados pelas escolas, algumas reflexões foram elaboradas, com o intuito de iniciar	

			uma sistemática neste campo. O levantamento foi realizado pelo Setor de Ensino Religioso da CNBB com o apoio da AEC nacional, e a tabulação da recente pesquisa e a análise foram realizadas pelo Grupo de Pesquisa Educação e Religião do Programa de Mestrado da PUCPR.	
AR109	Aspectos legislativos do Ensino Religioso brasileiro: uma década de identidade	Sérgio Rogério Azevedo Junqueira Ângela Maria Ribeiro Holanda Rosa Lydia Teixeira Corrêa3	O cenário do Ensino Religioso brasileiro foi alterado a partir de 1997 com a revisão do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, onde ficou estabelecida para cada estado da federação a responsabilidade de orientar este ensino quanto à oferta nos horários normais das escolas públicas, a organização dos conteúdos e a formação dos(as) professoras(as). Desta forma encontramos situações diversificadas para compreender os aspectos divergentes e convergentes explicitando a sua identidade enquanto área de conhecimento nos aspectos organizacionais, curriculares, na formação de professores(as) e a entidade civil mencionada no artigo 33.	Revista Religião & Cultura – Vol. VI – n. 11 Jan/Jun 2007 – ISSN 1676-6881, p. 9 a 42
AR110	Desafios do contexto histórico-legislativo da formação do professor de ensino religioso no Brasil	Sérgio Rogério Azevedo Junqueira Edite Maria Fracaro Rodrigues Rachel de Morais Borges	O debate para uma formação inicial e continuada do professor de Ensino Religioso tem considerado as urgências e necessidades dos novos tempos. Entretanto, não basta que pareceres e resoluções simplesmente estabeleçam as Diretrizes Curriculares para o	Revista Educação em Questão, Natal, v. 30, n. 16, p. 127-141, set./dez. 2007

AR111		Perobelli Claudino Gilz	Ensino Fundamental, incluindo uma área de conhecimento qualificada como Educação Religiosa. Há de se buscar um maior aprofundamento dos elementos integrantes de sua natureza e o conseqüente tratamento metodológico a ser-lhe dispensado nessa nova condição. Isto não será possível, sem que se leve em conta a formação de profissionais capacitados a compreender a natureza da disciplina e desenvolver as habilidades e competências para um desempenho como profissionais da educação.	Estudos Teológicos São Leopoldo v. 50 n. 1 p. 164-186 jan./jun. 2010
	Eventos Acadêmicos: a construção da identidade do ensino religioso nos acontecimentos e trabalhos científicos	Sérgio Rogério Azevedo Junqueira Isabel Cristina Piccinelli Dissenha Sérgio Rodrigues Barbosa	A construção da identidade histórica do Ensino Religioso tem sido demonstrada sistematicamente a partir das legislações e seus diferentes impactos, e propomos uma nova variável para essa compreensão: os eventos de divulgação, com aspectos formadores e científicos. Este é o primeiro relatório de uma pesquisa de abordagem qualitativa utilizando uma metodologia histórico-analítica apoiada em documentos impressos e mídia digital para estabelecer essa identidade para uma disciplina que progressivamente assume um perfil de área de conhecimento. Trata-se de pesquisa em andamento, e será necessária ainda uma análise de conteúdo dos trabalhos apresentados nesses eventos e posteriormente publicados.	

AR112	A identidade do Ensino Religioso no contexto da laicidade	Sérgio Rogério Junqueira Edile Fracaro Rodrigues	A discussão sobre o Ensino Religioso na escola pública das diferentes unidades da Federação é uma polêmica constante ao longo da história da República brasileira. A imposição legal do Ensino Religioso no âmbito escolar pode remeter à ideia de um Estado não laico e acarretar mais preocupações e discussões do que propriamente promover uma formação integral que favoreça os estudantes. No Estado laico, as religiões são livres contanto que respeitem a neutralidade confessional da esfera pública e a garantia de cuidar do bem comum. O Ensino Religioso, no espaço da educação, contribui para prevenir a intolerância e instiga os estudantes a buscar seus direitos e liberdades. Isto não significa abrir mão do direito de expressão da confessionalidade de alunos e professores, mas permitir ao outro ser sujeito de sua cultura e de seus desejos. O Ensino Religioso como componente curricular está alicerçado nos princípios da cidadania, no entendimento do outro enquanto outro. E isso só é possível num Estado laico, pois é competência do Estado assegurar aos alunos o direito de receber a formação religiosa desejada. É um direito cidadão. Sem resumo	Horizonte, Belo Horizonte, v. 8, n. 19, p. xx-xx, out./dez. 2010
AR113	A avaliação no ensino religioso escolar: perspectiva processual	Suzana dos Santos Gomes		Horizonte, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 124-128, 2º sem. 2003

AR114	O Ensino Religioso nas escolas públicas do Brasil: discurso e poder frente ao pluralismo religioso	Sylvio Fausto Gil Filho	O ensino religioso no Brasil hodierno redefine-se sob a égide do pluralismo religioso. O processo de reestruturação do ensino religioso perpassa a discussão da hegemonia religiosa católica no país. Este parâmetro evidenciase na construção de um discurso sobre o ensino religioso articulado pelos especialistas da religião que oscilam entre uma ênfase no aspecto confessional e outro fenomenológico de abordagem. No Paraná este embate adquire características polarizadas, de um lado o discurso das lideranças religiosas e de outro a práxis dos professores que atuam nas escolas públicas de ensino fundamental. A partir deste contexto, considera-se que a iniciativa de democratização do saber não resolverá por si só os problemas do preconceito e intolerância religiosa. Associado à expansão do saber sobre o fenômeno religioso, necessita-se uma revisão do posicionamento dos líderes religiosos diante da comunidade e das entidades civis do ensino religioso.	Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.16, p. 121-145, set./dez. 2005.
AR115	Um espaço para compreender o Sagrado: a escolarização do ensino religioso no Brasil	Sylvio Fausto Gil Filho Sérgio Rogério Azevedo Junqueira	O objetivo deste artigo é discutir na perspectiva histórica a crise epistemológica do Ensino Religioso ainda inconcluso no ambiente educacional do Brasil. Mesmo reconhecendo o pluralismo religioso no Brasil, é notável a disputa do espaço escolar pelas tradições religiosas, inferindo na alteração do	História: Questões & Debates, Curitiba, n. 43, p. 103-121, 2005. Editora UFPR

			foco de estudo deste componente curricular. Esta reflexão, articulada a partir do processo de escolarização do Ensino Religioso, demonstra o debate recente e o redimensionamento do objeto desta disciplina. Apresenta a discussão do pensamento e a análise do discurso religioso neste processo, pois a escola é um espaço privilegiado para a compreensão do sagrado em nossa sociedade.		
AR116	O Ensino Religioso na escola pública e privada	Teófilo Bacha Filho	O artigo procura situar o ensino religioso frente à legislação atual pertinente ao assunto, abrangendo tanto a escola pública quanto a privada. Depois de breve análise acerca do laicismo do Estado moderno e de uma rápida excursão pela história do Brasil, o autor levanta algumas interrogações acerca da formação do docente para essa disciplina, o que poderia ser esse ensino na escola pública e como ele pode ser compreendido no âmbito da escola privada. O texto encerra com uma sucinta reflexão sobre as novas concepções acerca do tema	Revista Educação em Movimento – v. 01 – n. 02 – p. 79 a 84 mai/ago 2002 ISSN 1676-9430	
AR117	Cursos de Pós-Graduação Lato-Sensu de ensino religioso no cenário brasileiro: uma formação continuada	Vera Lúcia do Amaral Sérgio Junqueira	A partir da homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394/96, intensifica-se a exigência de formação inicial e continuada dos profissionais que atuam no magistério e, entre estes, o profissional docente para o ensino religioso. Os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino	Revista Caminhos – Goiânia, v. 8, n. 2, p. 133-146, jul-dez, 2010	

		Religioso (PCNER) surgem na perspectiva de capacitação do profissional. Diante deste desafio, o objetivo da pesquisa é analisar e caracterizar os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu de Ensino Religioso no Brasil numa perspectiva de formação continuada. Foram propostos os seguintes objetivos específicos: contextualizar a questão da formação continuada e ou educação contínua; analisar como a política educacional expressa nos documentos oficiais no Brasil aborda a formação dos professores e a formação continuada; identificar elementos da formação continuada na grade curricular/ ementas dos Cursos de Especialização em Ensino Religioso no Brasil. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa e a técnica a análise documental. Foram analisados vinte e três cursos de Pós-Graduação Lato Sensu no Brasil, sendo que dez (10) estão no Rio Grande do Sul, oito (8) no Paraná, três (3) em Santa Catarina, um (1) no Espírito Santo e um (1) no Mato Grosso do Sul. A análise identifica que os cursos de Especialização em Ensino Religioso estão em expansão e têm contribuído para a formação continuada do professor, mas ainda carecem de instrumentos reguladores e ou de políticas que garantam uma formação integral e	
--	--	--	--

AR118	Do Ensino Religioso ao estudo da Religião: uma proposta epistemológica	Viviane Cristina Cândido	humana. Neste trabalho apontamos para a finalidade do ER - Ensino Religioso - e evidenciamos sua natureza como disciplina. Partimos das controvérsias do ER e as explicitamos. Na sequência, apresentamos, em linhas gerais, nossa proposição de uma epistemologia para o ER, capaz de fornecer elementos para a consideração das controvérsias existentes sobre o assunto	INTERAÇÕES - Cultura e Comunidade / v. 4 n.5 / p. 229-244 / 2009
AR119	Há lugar para o ensino religioso na escola ?	Viviane Cristina Cândido	Em nossa dissertação, estudamos as fontes do discurso sobre o Ensino Religioso. Para este artigo, consideramos os limites desta forma de apresentação, escolhemos apresentar as concepções do Grupo do Não e as reflexões decorrentes para o ER. Ao nos decidirmos pelas fontes a serem utilizadas no trabalho original, optamos por aquelas ligadas à formação da opinião pública, em duas vias: os trabalhos publicados no site: www.stbrasil.com.br . e os artigos publicados pelo jornal Folha de São Paulo. Neste artigo, no entanto, traremos apenas a primeira por considerarmos as questões apresentadas, embora relativas ao Estado de São Paulo, relevantes para o fazer pedagógico do ER em todo o país. Apresentamos a Sociedade da Terra Redonda e seu discurso e compreensão do Ensino Religioso, trabalhando um a um, os textos	Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.16, p. 185-207, set./dez. 2005.

AR120	Metodologia para o Ensino Religioso?	Viviane Cristina Cândido	publicados neste site e apontando as concepções implícitas neste discurso. Como embasamento teórico para compreensão dessa fonte, apresentamos uma leitura do pensamento de Fritjof Capra, relativo à relação entre fé e ciência e de Alain Touraine acerca da modernidade. Para a reflexão acerca da educação e da escola, trazemos Luckesi e Anísio Teixeira. O que pretendemos é contribuir com um avanço na reflexão em busca das bases epistemológicas de um ER possível na escola. Neste artigo pretendemos apresentar uma reflexão sistemática, no campo da didática, acerca da proposição de uma metodologia específica para o Ensino Religioso. Demonstramos que, para darmos conta dessa questão, precisamos antes nos perguntar acerca de nossa cosmovisão e, mais propriamente, de nossas concepções de educação, escola e conhecimento. Objetivamente, tanto pelo tema quanto pela extensão proposta para este artigo, não pudemos nos deter em clarear tais conceitos e sim em apontar a necessidade dessa clareza para que, em consequência, se possa definir a finalidade e a natureza do Ensino Religioso. De forma um pouco mais apurada apresentamos a caracterização do ER por duas de suas mais significativas fontes, a	Revista de Educação da AEC - Ano 34 julho/setembro 2005 n. 136 – pp. 35 a 45
-------	--------------------------------------	-----------------------------	---	--

AR121	O ensino religioso nas fronteiras do diálogo inter-religioso	Wander Moreira da Costa	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso¹ e a questão do conhecimento religioso. Ainda com a finalidade de caracterizar o ER tratamos das leis federais que o regulamentam. Na sequência apresentamos uma concepção de currículo e as reflexões necessárias para um projeto curricular, ou seja, a organização no âmbito da escola para a elaboração de um currículo. É aqui que situamos a metodologia e respondemos à questão-título: trata-se de uma metodologia específica de ER? O que pretendemos é que você, educador(a), tenha uma visão ampla das questões pedagógicas intrínsecas a um Ensino Religioso que se pretenda disciplina no contexto da escola, espaço/tempo de relações. Esperamos que esse trabalho seja caminho para o diálogo e disponibilizamos nosso email para tanto. Cruzar fronteiras é uma experiência humana ampla e não se trata apenas das fronteiras religiosas. O Ensino Religioso revela uma seiva de alteridade capaz de alimentar todas as dimensões da vida humana na sua verdadeira essência. Nossa contribuição efetiva passa indiscutivelmente pela reelaboração do formulado, abrindo novos horizontes para um acolhimento efetivo do diferente. A	Horizonte, Belo Horizonte, v. 13, n. 20, p. 105-115, 2º sem. 2003
-------	--	-------------------------------	---	--

AR122	Ciências da Religião numa sociedade multicultural	Wolfgang Gruen	convivialidade no cotidiano do espaço escolar é lugar onde se manifesta o gregário, onde se deve contemplar a riqueza multiforme da trindade.	Texto originalmente apresentado como aula inaugural do Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da PUC Minas. Trata da epistemologia e dos desafios da investigação em Ciências da Religião. Partindo do problema de base da religiosidade na Educação, do fenômeno religioso e sua dimensão profunda, o artigo segue uma densa investigação sobre os limites e horizontes das Ciências da Religião.	Horizonte, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 15-26, 1º sem. 2005
AR123	Ensino Religioso, uma disciplina escolar	Sérgio Junqueira	Sem resumo		Revista de Educação da AEC Ano 27 julho/setembro 1998 n. 108 – pp.90 a 103
AR124	A etnorreligiosidade em um educandário do ensino básico boa vistenese: novos paradigmas na elaboração de um projeto didático pedagógico plural	Luis José de Oliveira Geraldes	Este texto trata da etnorreligiosidade entre estudantes do ensino médio de Boa Vista - Roraima (RR) – a Escola Estadual Jesus de Nazareno de Souza Cruz, permitindo conhecerem-se os respectivos aprendizados na Educação Religiosa, à época do ensino fundamental. Buscou-se teorizar acerca do objeto deste estudo, e identificá-lo em quatro aspectos comuns às religiões: conceitos, cerimônias,		Norte científico, v. 04 – n. 01, 2009 – pp. 31 a 50

			organização e experiências pessoais. Baseadas em pressupostos teóricos elaboraram-se as tipologias de religião e da religiosidade; das respostas, ao questionário aplicado, formaram-se quadros específicos em cada dos sup.cit. aspectos. A metodologia avaliativa nos moldes comparativos Weberianos possibilitou concluir-se que, as características peculiares da etnorreligiosidade revelada poderão contribuir para a elaboração regional de conteúdos didático-pedagógicos mais plurais daquele componente curricular.	
--	--	--	--	--